



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**A MEDIATIZAÇÃO DOS INCÊNDIOS DE PEDRÓGÃO
GRANDE NA RTP1 E NA TVI**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica
Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Ciências
da Comunicação, vertente em Media e Jornalismo**

Por

Adriana Maria Esteve Sabido

Faculdade de Ciências Humanas

Dezembro, 2019



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**A MEDIATIZAÇÃO DOS INCÊNDIOS DE PEDRÓGÃO GRANDE NA
RTP1 E NA TVI**

**Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para
obtenção do grau de mestre em Ciências da Comunicação, vertente
em Media e Jornalismo**

Por

Adriana Maria Esteve Sabido

Sob orientação da Professora Doutora Rita Figueiras

Faculdade de Ciências Humanas

Dezembro, 2019

RESUMO

A informação acompanha-nos diariamente, 24 horas por dia e durante os sete dias da semana. Com os avanços tecnológicos acedemos às novidades apenas com a distância de um clique e as televisões têm a tarefa de analisar o que ocorre durante o dia de forma a resumir e transmitir as notícias. Os noticiários, que se posicionam como uma fonte importante na transmissão de informações aos telespetadores, geram uma consciência social e conhecimentos sobre os diferentes temas apresentados neste programa informativo.

A presente investigação tem como propósito analisar os noticiários em horário *prime time* dos canais RTP1 e TVI na faixa temporal de 17 a 30 de junho de 2017, baseada numa teoria fundamentada por académicos e à luz de uma metodologia, de investigação de dados, apoiada na análise de conteúdo.

Neste pressuposto, procedeu-se à avaliação das notícias sobre a temática dos incêndios de Pedrógão Grande através da visualização dos noticiários compreendidos nas datas supramencionadas sendo possível dar resposta às diferentes unidades de registo, tais como o formato predominante, a posição da peça noticiosa assim como a análise das imagens apresentadas, dos atores presentes e dos temas abordados.

Concluiu-se que as peças noticiosas foram apresentadas, na sua maioria, no formato diferido e que a maior parte do tempo dedicado à temática permanece na primeira parte dos noticiários. Os principais atores presentes são os jornalistas, os políticos, os cidadãos e os bombeiros e as imagens estão principalmente caracterizadas por cidadãos e pela floresta a arder. Relativamente aos temas abordados são as consequências e a temática dedicada aos fogos que assumem a maior faixa temporal.

Palavras-chave: Televisão, Noticiários, Incêndios, RTP1 e TVI

ABSTRACT

Information is upon us daily, the 24 hours of the day and the seven days of the week. With technological advances, access to news is only one click away and television has the job of analysing what happens daily to summarize and convey these news. News programmes position themselves as an important source of information to television viewers and generate a social awareness and knowledge about the different subjects they present.

This investigation has as an aim to analyse the prime time news programme of the RTP1 and TVI television channels during the period of June 17th until June 30th of 2017. This was based on a theory established by academics on a methodology of data analysis, supported by content analysis.

On this basis, the evaluation of news about fires of Pedrógão Grande was carried out through watching the news programmes on the aforementioned dates. In this way, it was possible to identify the different units of content, such as the predominant format, the stance of the pieces of news, in addition to the analysis of the presented images, of the presented actors and the approached subjects.

It was concluded that the news were largely presented in a deferred format and that the dedicated time to the subject matter is mostly during the first part of the news programmes. The main actors are the journalists, the politicians, the citizens and the firemen and the pictures are mainly characterized by citizens and by burning forests. Regarding the approached subjects, the consequences and the topic of the fire take up the longest news broadcasting time.

Keywords: Television, News programmes, Fires, RTP1 and TVI

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

INTRODUÇÃO	1
I. REVISÃO DE LITERATURA	9
1. Mediatização.....	10
1.1 Mediatização do tema ambiente e dos incêndios	13
1.2 Noticiários.....	17
1.3 Direto.....	24
2. Cobertura de catástrofes.....	28
2.1 Cobertura de incêndios	35
2.2 Cobertura de incêndios em Portugal.....	36
II. METODOLOGIA	40
2.1 Método: Análise de conteúdo.....	41
2.2 Processo de recolha de dados	43
2.3 Unidades de registo e categorias de análise	44
III. APRESENTAÇÃO DE DADOS	48
3.1 Análise do Formato das peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1 e da TVI.....	51
3.2 Análise da Posição das peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande no alinhamento dos noticiários da RTP1 e da TVI	54
3.3 Análise dos Atores presentes nas peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1 e da TVI	57
3.4 Análise das Imagens presentes nas peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1 e da TVI	59
3.5. Análise dos Temas presentes nas peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1 e da TVI	63
IV. CONCLUSÃO	75
V. BIBLIOGRAFIA	80
5.1 Obras e textos eletrónicos.....	80
5.2 <i>Podcasts</i>	85
5.3 Artigos de jornais	85
5.4 Legislação.....	86
5.5 <i>Sites</i> dos noticiários.....	86

VI. ANEXOS.....	90
Anexo A – Tabela elaborada por Concha Mateos.....	90
Anexo B – Notícias recolhidas por Temas do Mês no TOP15 em junho de 2017.....	91
Anexo C - Peso relativo dos quatro temas em análise nas pesquisas <i>Google</i>	91
Anexo D - Tabela com os totais e as percentagens de todos os dias da análise da Unidade de Registo do Formato Diferido da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI	92
Anexo E - Tabela com os totais e as percentagens de todos os dias da análise da Unidade de Registo do Formato Direto da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI	93
Anexo F - Tabela com os totais e as percentagens da Unidade de Registo do Formato da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI	93
Anexo G – Tabela com os tempos diários da Unidade de Registo da Posição da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI	94
Anexo H - Tabela com os totais e as percentagens da Unidade de Registo da Posição da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI	95
Anexo I – Tabela com tempos diários da Unidade de Registo dos Atores da RTP1 e da TVI	95
Anexo J - Tabela com os totais e as percentagens da Unidade de Registo dos Atores da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI	97
Anexo K - Tabela com os tempos diários da Unidade de Registo das Imagens da RTP1 e da TVI	98
Anexo L - Tabela com os totais e as percentagens da Unidade de Registo das Imagens da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI	99
Anexo M - Tabela com os tempos diários da Unidade de Registo das Imagens da RTP1 e da TVI	100
Anexo N - Tabela com os totais e as percentagens da Unidade de Registo das Imagens da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI	101
Anexo O – Tabela com os tempos diários da Unidade de Registo dos Temas da RTP1 e da TVI	102
Anexo P - Tabela com os totais e as percentagens da categoria dos <i>fogos</i>	103
Anexo Q - Tabela com os totais e as percentagens da categoria das <i>Condições Climáticas, Acidentes, Feridos e Vítimas Mortais e Prevenção</i>	103
Anexo R – Tabela com os tempos diários da Unidade de Registo dos Temas da RTP1 e da TVI	104
Anexo S - Tabela com os totais e as percentagens da categoria das <i>emoções</i>	105
Anexo T- Tabela com os totais e as percentagens da categoria das <i>consequências</i>	105

Anexo U - Tabela com os totais e as percentagens de todos os temas	105
--	-----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Tempo dedicado a peças noticiosas sobre os incêndios de 2017 nos noticiários da RTP1 e da TVI.....	50
Gráfico 2 – Formato das peças noticiosas sobre os incêndios de junho de 2017 nos noticiários da RTP1 e TVI.....	51
Gráfico 3 – Formato diário das peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1	52
Gráfico 4 - Formato diário das peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da TVI.....	53
Gráfico 5 - Os incêndios de Pedrógão Grande na posição da peça do alinhamento dos noticiários da RTP1	54
Gráfico 6 - Os incêndios de Pedrógão Grande na posição da peça do alinhamento dos noticiários da TVI.....	55
Gráfico 7 - Atores presentes na cobertura dos incêndios de Pedrógão Grande no Telejornal	57
Gráfico 8 - Atores presentes na cobertura dos incêndios de Pedrógão Grande no Jornal das 8.....	57
Gráfico 9 - Imagens presentes nas peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande os noticiários da RTP1	59
Gráfico 10 - Imagens presentes nas peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da TVI.....	60
Gráfico 11 - Análise do tema <i>fogos</i> nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1	64
Gráfico 12 - Análise do tema <i>fogos</i> nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1	64
Gráfico 13 - Análise de diferentes temas nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1	65
Gráfico 14 - Análise de diferentes temas nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da TVI.....	66
Gráfico 15 - Análise do tema <i>emoções</i> nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1	68
Gráfico 16 - Análise do tema <i>emoções</i> nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da TVI.....	68
Gráfico 17 - Análise do tema <i>consequências</i> nas peças dos incêndios de Pedrógão nos noticiários da RTP1	70
Gráfico 18 - Análise do tema <i>consequências</i> nas peças dos incêndios de Pedrógão nos noticiários da TVI.....	70

Gráfico 19 - Análise dos temas presentes nas peças noticiosas sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1	72
Gráfico 20 - Análise dos temas presentes nas peças noticiosas sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da TVI.....	73

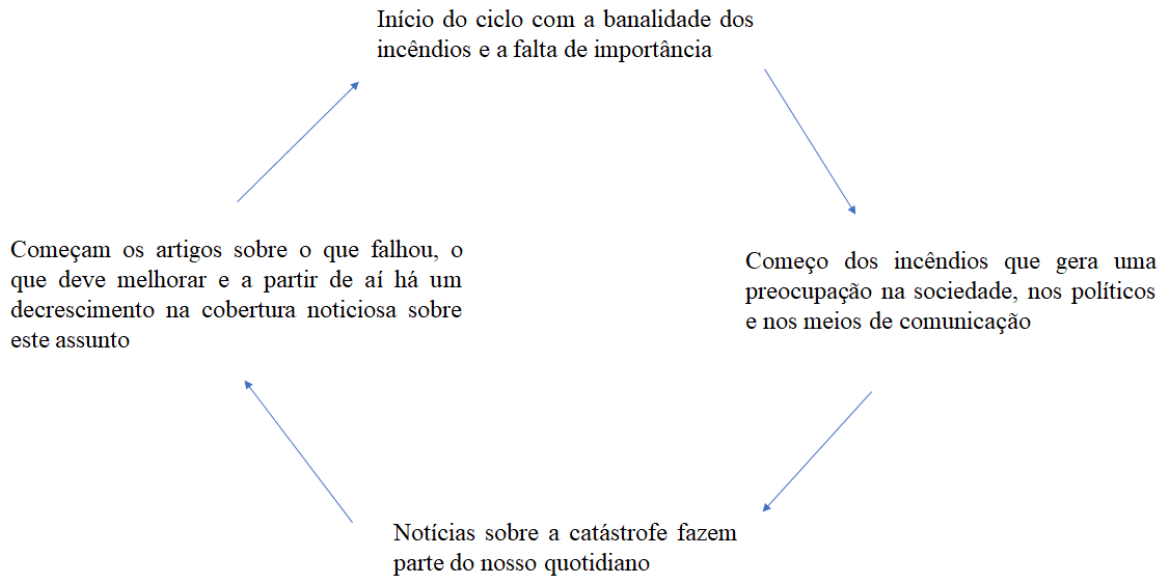
INTRODUÇÃO

O tema dos incêndios, com o passar do tempo, tornou-se banal na nossa sociedade. Começamos a adotar expressões como a ‘época dos incêndios’, a assumir que temperaturas altas são sinónimo de fogos e que a floresta portuguesa é caracterizada por sofrer do mesmo mal todos os anos.

Juntando ao interesse pela comunicação e pelo jornalismo a preocupação ambiental, este trabalho de investigação tem como objeto de estudo a mediatização dos incêndios florestais em Portugal, com o objetivo de perceber de que forma foi feita a cobertura noticiosa dos incêndios de Pedrógão Grande, em junho de 2017, nos noticiários de horário nobre dos canais de televisão RTP1 e TVI. Atendendo nesta cobertura não apenas o formato das peças, mas também o discurso e as imagens apresentadas.

Após a leitura do texto de Nolasco (2017) apercebemo-nos que, de facto, vivemos um ciclo: Um ciclo que tem início na falta de consciência que há na sociedade sobre os incêndios que tem como consequência que não se dê a devida importância a este tema, alterando-se completamente no segundo passo quando o foco de incêndio acontece e gera uma preocupação nos cidadãos, nos políticos e nos meios de comunicação, surgindo assim a revolta por parte da população e as medidas e as melhorias para os seguintes anos por parte dos governos e das autoridades passando à terceira etapa na qual as notícias, sobre a catástrofe, nos diferentes meios de comunicação fazem parte do nosso quotidiano até que se esquece o sucedido e recomeça.

Ano após ano surpreendemo-nos e lamentamo-nos como se nunca tivéssemos tido fogos no nosso país.



Esquema: Elaboração própria

Para compreender este trabalho de investigação, assim como o meu objeto de estudo – mediatização dos incêndios florestais em Portugal – importa compreender a contextualização histórica da relação entre o nosso país, a nossa floresta e o fogo.

Se questionássemos sobre a causa dos incêndios a resposta seria (apenas) fogo? Errado! As espécies florestais, a gestão da floresta e as políticas de prevenção são três fatores com bastante importância, mas o problema crucial é um problema de pessoas.

Os incêndios não são um fenómeno recente, mas sim está a ser um fenómeno eminente. Enquanto antes eram controlados, os incêndios estudados nesta dissertação foram mais uma prova do descontrolo causado no nosso país.

Os fenómenos da natureza estão fora do alcance do Homem, se antes o fogo assustava, hoje em dia o papel inverteu-se e é a natureza que tem medo da mão humana. Por isso, quando os meios de comunicação social publicam notícias cuja imagem principal é uma floresta em chamas, não são às chamas que devemos temer, mas sim ao que o ser humano não está a fazer para prever e evitar isso.

Segundo Maria João Canadas¹, “os incêndios não são acontecimentos recentes, ao longo da história a floresta mediterrânica sempre esteve caracterizada pelos incêndios, mas houve

¹ Professora do Instituto Superior de Agronomia

uma série de alterações a partir dos anos 50 que alimentaram esta questão” (comunicação pessoal, outubro, 16, 2018).

Sem querer dar um principal foco ao contexto histórico, apenas são salientadas umas noções básicas para uma melhor perceção do trabalho de investigação em causa, ideias captadas após uma conversa com a Professora Maria João Canadas.

A realidade há uns anos não é a mesma que a atual, já que antes as florestas eram percorridas para colher lenha, carumas e pinhas que tinham como fim o fogo para um uso doméstico. Nesta altura os incêndios dominavam-se facilmente entre os trabalhadores florestais e a população, visto que os nossos bosques não tinham tanto combustível. Até os anos 60 e 70 havia uma forte ligação entre a agricultura e a mata, mas com a introdução dos adubos - no fundo a modernização das atividades - houve uma quebra nesta ligação. A partir deste momento a floresta expandiu-se: No século XVIII com o pinheiro e os montados (de sobre e azinho) diminuiu-se a área agrícola e aumentou-se a florestal. O pinheiro oferecia uma receita importante para as pessoas, não era apenas a madeira que se cortava e vendia, mas a resina que se extraía era uma fonte regular de rendimentos.

Há uma zona em Portugal, conhecida como Pinhal (na qual Pedrógão está inserido), que é uma mancha no centro do país onde o pinheiro se foi expandindo. Como eram zonas pobres para a agricultura, a partir da década de 60 foi-se reduzindo esta área agrícola e alargou-se a de floresta, primeiro de pinhal e a partir dos anos 70 as plantações de eucalipto. O aparecimento do eucalipto foi tirando protagonismo ao pinhal, a receita da resina deixou de existir devido aos substitutos artificiais e a madeira também se foi desvalorizando. Foi em Portugal que se usou por primeira vez o eucalipto para a pasta de papel, as primeiras fábricas começaram a usar a madeira de pinheiro, mas descobriram rapidamente que a qualidade do papel e a eficiência da transformação da madeira em pasta de papel era melhor com o eucalipto, sendo este fenómeno que levou à expansão da espécie.

Enquanto antes havia um mosaico entre agricultura e floresta, a paisagem alterou-se, pois, o desaparecimento consecutivo da agricultura nas zonas mais pobres e a concentração da agricultura nas zonas mais ricas do litoral fez que muitas áreas declivosas estivessem com uma mancha contínua de floresta sem qualquer interrupção.

Apesar destas serem as principais causas também está presente a mão criminosa, mas é um fator que sempre existiu, não é o principal. A final dos anos 70, 90% dos incêndios tinha origem criminosa e foi a finais desta década que apareceu o grupo de pirómanos chamado «Enquadramento Incendiário». No entanto, a propagação é alimentada por outros fatores e como afirma Maria João Canadas: “Acentuar o incendiarismo leva ao pensamento que se resolve com a polícia” (comunicação pessoal, outubro, 16, 2018).

Até finais de 1970 os incêndios de grande dimensão eram exceções, o que mudou após o Estado Novo e mais concretamente nos últimos anos. Foi nos anos 80 quando a situação dos incêndios se agravou, em Amarar, onde se juntou aos fogos a tragédia humana com a morte de 14 bombeiros.

Os anos 90 enganaram os políticos portugueses. Eram os bombeiros que tratavam da prevenção e isso só causou que se perdesse a oportunidade de usar fundos comunitários para a prevenção e foi a finais dos anos 90, em 1995, quando por surpresa, Aníbal Cavaco Silva se despediu do cargo de primeiro-ministro com um país em chamas.

Até estas datas, o ano de 1998 foi o pior ano de sempre apresentando um levantamento, do Instituto Superior de Agronomia, com um valor ardido de 230 mil hectares.

O novo século não teve um início positivo já que em apenas um ano ardeu uma área bem maior do que a registada em 40 anos de Estado Novo. Foi em 2003, entre os meses de junho e setembro que os incêndios florestais adquiriram uma dimensão tão preocupante que foi “decretada situação de calamidade pública” (Lourenço, 2005, p.38). Os incêndios consumiram 426 mil hectares e morreram 20 pessoas.

Com esta série de modificações “as florestas e os matos tornaram-se semelhantes a um enorme palheiro à mercê da primeira chispa para ficar reduzidos a cinza e carvão, pondo em perigo casas e ceifando vidas dos que os combatem” (Bica, 2013).

Em resumo conclui-se que nos dias de hoje, mais do que nunca, o nosso país arde. Enquanto até inícios do século XX os cinco distritos principais onde havia incêndios eram Guarda, Coimbra, Castelo Branco, Vila Real e Viseu, agora a realidade alterou-se e já há mais distritos afetados.

Se não se tomarem as medidas necessárias a situação só vai piorar e o número de hectares de área queimada será cada vez maior.

Sendo que o objetivo deste estudo é perceber de que forma foi feita a cobertura noticiosa do caso dos incêndios de junho de 2017 considera-se relevante uma breve explicação do acontecimento.

Foi no dia 17 de junho que uma das maiores tragédias de Portugal teve início. “Cecília estica o braço e aponta em frente, para lá da vivenda amarela a que chama casa, para lá da vila de Castanheira de Pera, para a colina que molda o horizonte. «Foi ali que tudo começou»” (Carvalho, 2018, p.11). Perto das 14h38 iniciou-se o fogo em Escalos Fundeiros (concelho de Pedrógão Grande) devido a uma descarga elétrica num cabo de média tensão e minutos mais tarde teve início outro fogo em Gois que teve origem num raio. Passado uma hora do primeiro alerta de incêndio iniciou-se um fogo em Figueiró dos Vinhos. “O fogo que começara de forma «tímida» e com uma intensidade inicial «muito reduzida» avança pelo eucaliptal e pinhal adentro, correndo célere face à escassez de meios de combate e abundância de combustível” (Carvalho, 2018, p.14). Às 19h30 a situação complicou-se, ainda mais, quando o incêndio em Escalos Fundeiros se uniu ao de Regadas causando assim um *downburst*, ou seja, uma tempestade de fogo, com chamas a espalharem-se por toda a superfície.

Milagre para uns, desgraça para outros, realidade igual para todos: 66 defuntos, uma estrada chamada «da morte» e aldeias que desapareceram nas chamas. O incêndio que começou em Pedrógão tornou-se também o incêndio de Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera. A tragédia que teve início a 17 de junho foi dominada a 21 do mesmo mês. Um acontecimento que tirou vida a tantas pessoas e os sobreviventes presenciaram momentos de terror que certamente os marcaram para a vida toda: “Se o inferno é isto, nós vivemos o inferno aqui” (Jornal Observador).

Se os fogos estão presentes na nossa história há tantos anos, se é algo supostamente evitável porquê é que não diminuámos esse poder de destruição? E porquê é que ainda nos surpreendemos quando deixamos que a nossa floresta fique destruída?

Ainda que haja um esforço pelos Governos é um problema que continua a existir, desta forma, isso demonstra que ainda há muito trabalho a ser realizado no âmbito de medidas para prevenir esta catástrofe.

É normal questionarmo-nos e não termos certezas, mas ainda assim é fundamental ter um ponto de partida e um fio condutor no nosso trabalho de investigação. Como afirmam Quivy e Campenhoudt (2008) “uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceite como tal, como todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica” (p.31). Antes de expor as bases teóricas deste estudo, é necessário apresentar uma pergunta de partida e os objetivos aos que pretendemos dar resposta com o estudo. A pergunta de partida ajuda-nos a exprimir e a compreender o que se quer abordar e neste sentido coloca-se a seguinte questão: “Como foram mediatizados os incêndios de junho de 2017?”

Sendo o principal foco do estudo a cobertura noticiosa dos incêndios de junho de 2017, procede-se à análise dos noticiários em horário *prime time* da RTP1 e da TVI. Utilizando diferentes unidades de registo e de categorias de análise pretende-se investigar o *Telejornal* e o *Jornal das 8*, entre as datas de 17 e 30 de junho. Ou seja, começando com a data em que o acontecimento teve início e finalizando com uns dias após a extinção do incêndio, de forma a compreender como é que as consequências do mesmo foram relatadas. Desta maneira, com as diferentes categorias e contemplando esta faixa temporal pretende-se retirar as informações necessárias para dar resposta à questão principal e que motivou ao estudo.

Os incêndios fazem parte de uma realidade que afeta o nosso país há bastantes anos e o estudo da cobertura feita pelos *media*² tem sido abordado conforme as catástrofes foram sucedendo. A petição à Entidade Reguladora da Comunicação (doravante ERC), por parte da comissão parlamentar de Cultura, para finalizar a cobertura noticiosa dos incêndios florestais, ainda que tenha sido recusada, é um aspeto que devemos pensar já que não é solução criar um lado invisível deste tema, mas sim ter cautela e atenção à forma como é mediatizado³. Não é o fim da cobertura mediática que deve ser pedida, mas sim o cuidado quando se realiza uma cobertura de catástrofes.

Pretende-se ajudar na formação de um debate mais informado sobre o trabalho jornalístico desenvolvido nesta conhecida área dos incêndios. Por conseguinte, numa perspetiva

² Ao longo da dissertação o termo de *media* refere-se a mais de um meio de comunicação e o singular *medium* quando é apenas um (*medium* ou o nome do meio em concreto)

³ Consultar <https://observador.pt/2017/10/30/peticao-propoe-fim-de-cobertura-mediatica-dos-incendios/>

académica, analisa-se a forma como foi feita esta cobertura apontando se os princípios éticos, de noticiabilidade e legais foram respeitados para assim ajudar num futuro acontecimento.

A presente dissertação de mestrado estrutura-se em sete capítulos: introdução, revisão de literatura, metodologia, análise de dados, conclusões, bibliografia e anexos.

A introdução contém uma breve contextualização sobre o fenómeno dos incêndios em Portugal, para se compreender a relação com a nossa floresta ao longo dos anos, afunilando para os incêndios de 2017, a pergunta de partida, os objetivos da investigação e a relevância académica do estudo.

A revisão da literatura está constituída por dois capítulos: O primeiro sobre a mediatização e o segundo sobre a cobertura de catástrofes. No primeiro capítulo teórico é abordado o conceito de mediatização à luz de definições de diferentes autores, a diferença entre a mediatização do ambiente antes e após o Estado Novo, a mudança da «paleo televisão» à «neo televisão», na importância dos noticiários, os critérios de seleção de noticiabilidade e no efeito do direto que está tão presente nos telejornais, principalmente na cobertura de tragédias. No segundo capítulo achou-se importante abordar o conceito de catástrofe - já que o estudo incide nos incêndios de junho de 2017 - assim como noções sobre a cobertura de catástrofes e da tragédia em estudo.

De seguida, na metodologia, faz-se referência ao propósito do estudo e o processo de dados. Com a obra de Bardin (1977) como base desenvolveu-se a metodologia e estudaram-se os dados através do método da análise de conteúdo.

No capítulo de análise de dados são expostos e discutidos os dados obtidos segundo as diferentes unidades de registo criadas com as suas categorias, previamente apresentadas na metodologia. As diferentes abordagens aos noticiários estão classificadas segundo o formato, a posição da peça no alinhamento, os atores presentes, as imagens mostradas e os temas falados que se encontram divididos em diferentes grupos.

O último capítulo diz respeito às conclusões de investigação, onde se achou pertinente constatar os resultados obtidos com base nas normas legais como a Constituição da República Portuguesa, a Lei da Televisão, o Estatuto do Jornalista e o Código Deontológico dos Jornalistas. Posteriormente apresenta-se a bibliografia utilizada - composta por obras,

textos eletrônicos, artigos de jornais, *podcasts*, legislação e os *sites* dos noticiários estudados
– e os anexos.

I. REVISÃO DE LITERATURA

1. Mediatização

Os incêndios, atualmente, são um tópico bastante mediatizado e para compreender este conceito é necessário perceber todos os fatores que dele advêm. O termo de «mediatização» não é novo, mas é recente e encontra a sua gênese na cultura alemã, no início do século XIX, tendo sido utilizado, concretamente, em estudos sobre os *media* escandinavos e alemães. Neste contexto era a dependência de uma monarquia relativamente a outra que definia este termo, neste enquadramento estava relacionado com o processo de reorganização que Napoleão fez com os estados alemães, existindo um processo de efeito influenciador crescente de um domínio sobre outros. (Figueiras, 2017a). “A colocação do conceito de mediatização na agenda internacional de investigação na área de saber dos *media* e comunicação deu origem a um debate científico em torno das diferenças, sobreposições e contiguidades entre este conceito e o de mediação” (Figueiras, 2017a, p.28). Posteriormente, “a finais da década, o debate teórico foi enriquecido com os contributos de autores ingleses que procuraram ultrapassar o impasse em torno dos conceitos de mediação e mediatização” (Figueiras, 2017b, p.107).

Ainda é um tema que esta em estudo e que Figueiras (2017a) teoriza como “o meta-processo pelo qual as práticas quotidianas e as relações sociais nas sociedades contemporâneas são crescentemente moldadas pelos *media*, levando outras instituições e actores a usarem-nos como uma arena para as suas actividades” (p.11).

Os *media* estão na nossa rotina e nas nossas práticas sociais. Como afirma Silverstone (2008) a nossa sociedade atual é uma “*mediapolis*, em que a cidade se tornou o lugar dos *media* e os *media* o espaço da vida” (Silverstone, 2008, citado em Figueiras, 2017b, p.104) e esta

“importância crescente dos *media* na vida das pessoas em geral, o desenvolvimento dos *media* digitais e a progressiva diversificação das pesquisas desenvolvidas nos estudos dos *media*, impulsionaram a busca de novas perspetivas que permitissem apreender o processo pelo qual a sociedade crescentemente se entrelaça nos *media* e em suas lógicas” (Figueiras, 2017b, p.102).

Ao investigar o conceito de mediatização gerou-se um debate à volta das “diferenças, sobreposições e contiguidades entre esse conceito e o de mediação” (Figueiras, 2017b, p.108). Desta forma, há duas posições: Uma primeira que surgiu na Europa do Norte que explica a mediatização como “o entrelaçar crescente dos *media* na sociedade” (Figueiras,

2017b, p.108) e uma segunda corrente proveniente da América Latina que “considera que o conceito de *mediações* é o que melhor serve os estudos de *media*” (Figueiras, 2017b, p.108).

Mazzoleni e Schulz (1999) definem a «mediação» como “um acto intermediário entre um comunicador e a sua audiência, ligando actores fisicamente distantes entre si. Neste sentido, os media são perspectivados como agentes de mediação quando projectam uma determinada mensagem sem interferir nela”.

Para Hjarvard (2015) a «mediação» é o

“uso de um meio para comunicação e interação (...). A escolha do meio e a forma particular na qual ele é posto em uso pode ter um impacto considerável não somente na forma e no conteúdo da mensagem, mas também na relação entre emissores e receptores (...). Apesar disso, uma vez que o processo de mediação por si só não altera a relação entre mídia, cultura e sociedade, precisamos direccionar nossa atenção para o processo de mídiatização a fim de compreender como a mídia, a cultura e a sociedade estão mutualmente envolvidos no processo de mudança” (p.53).

Segundo Soster (2008) o fenómeno da mediatização “representa a instituição de novas ambientações a partir de uma imersão sóciotecnológica profunda da sociedade. Ou, por outras palavras, o momento que a sociedade passa a perceber (...) que acabam por transformar tecnologia em meio, o que caracteriza o processo de mídiatização” (p.2).

Para Verón (1984) o conceito é entendido como um “problema de transformação das sociedades industriais e sobre o papel dos meios de comunicação ditos ‘de massa’ nesta transformação” (Verón, 1984, p.67 citado em Ferreira & Andrade, 2015, p.3). Modificação que criou uma sociedade “onde o funcionamento das instituições, das práticas, dos conflitos, da cultura, começa a se estruturar em relação direta com a existência dos meios de comunicação” (Verón, 1984, p.68, citado em Ferreira & Andrade, 2015, p.3).

O autor desenvolveu, em 1997, um esquema no qual analisou a mediatização através de três aspetos relacionais: Por um lado, a relação dos *media* com as instituições, por outro com os indivíduos e em terceiro lugar a ligação dos meios de comunicação entre si. O autor, que estudou continuamente este conceito ao longo do tempo, passou a caracterizar a mediatização não apenas como algo relacionado à interação com os meios de comunicação, mas sim como algo “inerente ao ser humano, uma disposição da espécie” (Ferreira & Andrade, 2015, p.10). Desta forma surgiu uma nova definição de «mediatização» como “a sequência de fenómenos mediáticos históricos que resultam de determinadas materializações da semiose, obtidas por procedimentos técnicos” (Verón, 2013, p.147, citado em Ferreira &

Andrade, p.10), sendo entendida como algo externo aos nossos processos cognitivos que se efetuava através de um «suporte material» que já podia ser a pedra (que era considerado pelo autor como o primeiro fenómeno mediático) a imprensa ou as imagens.

A mediatização pode estar relacionada com três campos, um micro, um meso e um macro,

“num nível micro, na presença dos *media* na vida quotidiana dos indivíduos e em suas práticas comunicativas; num nível meso, no papel dos *media* no funcionamento das instituições; e num nível macro, no processo histórico de mediatização de sociedade e cultura” (Figueiras, 2017b, p.112).

Os meios de comunicação social encontram-se no meio da sociedade e da realidade, posicionando-se, assim, como uma «instituição mediadora» (Brandão, 2005, pp. 36-37) exercendo um papel de «dupla mediação» já que “enquanto dão notícias relatam o que acontece, reproduzem a realidade, criam símbolos, percepções e “visões” do mundo, mas também uma ‘mediação estrutural’ enquanto, no seu discurso sobre as coisas e as pessoas, sobre os acontecimentos, eles produzem a própria realidade” (Brandão, 2005, p.37).

Se antes a comunicação era mediada através de um telefone ou de uma carta visto que não havia outras formas de comunicar, hoje existe uma interação feita através de meios e dos *mass media*, uma comunicação mediática com especial importância na internet. “Enquanto a maior parte do sistema de mídia do século XX esteve estruturada em torno da televisão como mídia dominante, o sistema de mídia – ou matriz midiática – do século XXI está estruturado em torno da internet como media dominante” (Hjarvard, 2005, p.54), aliás, como afirma Figueiras (2017b) a investigação direcionada apenas a um *media* é cada vez mais complicada, já que “a internet torna possível distribuir diferentes tipos de *media* numa única infraestrutura tecnológica e quando, no ambiente digital, todos os *media* estão ligados em rede (p.114). Neste momento a *internet* é uma fonte poderosa que “ajudou ainda a reconfigurar o negócio da informação, a produção noticiosa, os ritmos das notícias e seus consumos” (Figueiras, 2017b, p.107).

1.1 Mediatização do tema ambiente e dos incêndios

Quando afirmamos bastantes vezes uma questão, passa a ser credível e acabamos por acreditar. Quando informamos os nossos espetadores que o nosso ambiente está em bom estado e que não existem problemas a este nível, os espetadores acreditam.

Como afirma Schmidt (2003):

“Desde muito cedo que o regime autoritário se apercebeu das implicações sociais e políticas que os problemas ambientais podiam acarretar. A ideia de um país limpo e saudável, que só a marca da ruralidade podia manter desse modo, acabou por ser um pilar importante do modelo do «Antigo Regime» e da sua manutenção” (p.23).

Desde a génese da televisão que a programação não retratava a realidade, sendo uma cobertura bastante «ingénua». Nesta altura, com António de Oliveira Salazar no governo, o ambiente não era um tópico de interesse e não se dava espaço a este género de preocupações, apresentando uma “imagem de limpeza, beleza e ambiente saudável” (Schmidt, 2003, p.150). Não obstante, apesar de que em Portugal o tema do ambiente era abordado com positividade, a realidade já era cruel e o país enfrentava problemas a níveis de poluição fluvial, de incêndios e de resíduos industriais, só que esta realidade não era visível na programação.

Há três momentos cruciais que estão na génese da inserção da palavra «ambiente» na programação: O primeiro foi a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a sequência do estabelecimento da comemoração do Dia Mundial do Ambiente, no dia 5 de junho, que “passou a ser uma referência obrigatória anual nos nossos noticiários” (Schmidt, 2003, p.258), o segundo foi a entrada em funcionamento da Comissão Nacional do Ambiente (daqui em diante CNA) e o terceiro esteve marcado pela inauguração da série “Há só uma terra” de José Correia da Cunha - presidente da CNA - com o realizador Luís Filipe Costa.

Foi a 25 de abril de 1974 que sucedeu o ponto de viragem na mediatização do ambiente, o que nos faz compreender um antes e um depois. Com a queda do regime o telejornal restringiu o número de peças noticiosas e os valores notícia modificaram-se sendo que apareceu o lema *bad news are good news* (Schmidt, 2003).

A partir do momento que o ambiente entrou na agenda mediática passou a ser uma preocupação pública, dado que “o público «necessita de que os media lhe digam o quanto uma questão ambiental é importante»” (Schmidt, 2003, p.68).

Ainda que o fim do regime do Estado Novo tivesse impulsionado a importância da questão ambiental, isto salientou-se, principalmente, nos anos 90 em parte às televisões privadas “que vêm dar grande projecção mediática a todo este conjunto e sobretudo alterar a forma de abordagem dos problemas ambientais, catapultando-os para o palco das preocupações políticas e públicas” (Schmidt, 2003, p.142). Desta maneira, houve um arrastamento na RTP reforçando “a proximidade das pessoas, a implicação privada dos problemas ambientais e o envolvimento jornalístico na transmissão dessa preocupação” (Schmidt, 2003, p.173). É relevante frisar que esta dimensão ambientalista entrou na RTP por «contaminação» e não pela cultura do canal (Schmidt, 2003).

“O desinteresse editorial da RTP – imposto ou não – por toda a atividade ambientalista desta meia dúzia de anos revela, em primeira análise, a impreparação cultural do país, do Estado e da RTP para um fenómeno político que se inaugura em Portugal em moldes profundamente contrários a uma tradição política secular” (Schmidt, 2003, p.403).

O ambiente passou de um tópico que se via e ouvia muito pouco televisivamente, com uma realidade que era uma imagem distante do real, a “um dos temas mais vivos e centrais das culturas modernas” (Schmidt, 2003, p.430). Há vários motivos que explicam o fenómeno de haver uma presença frequente em conteúdos mediáticos:

“Em primeiro lugar, a experiência, pelos cidadãos, de problemas ambientais concretos e reais; em segundo lugar, a expansão da cultura ambientalista, da qual emergiram várias forças sociais e políticas e a partir da qual se construíram, inclusivamente, políticas governamentais “verdes”: em terceiro lugar, o lugar na mídia que estas interacções propiciaram contribuí, retroactivamente, para que se desse maior importância ao ambiente” (Sousa, 2008, p.4).

Estes motivos tiveram origem em quatro acontecimentos que impulsionaram o ambiente para as agendas mediáticas e dos cidadãos:

“Em primeiro lugar, os repetitivos incêndios de Verão (...). Nos anos 80, a mobilização da população de uma pequena vila contra a extracção poluente de caulinos em plena localidade provocou confrontos com a polícia (...). Nessa mesma década, populações inteiras mobilizaram-se contra a eucaliptização do país. A apelidada “Guerra dos Eucaliptos” também provocou confrontos com a polícia. Em 1990 o Ministério do Ambiente decidiu instalar em Sines uma central de incineração para resíduos industriais perigosos. O problema foi catapultado pelas organizações ambientalistas e pelas instituições locais para a comunicação social e desta para a agenda pública” (Sousa, 2008, p.4).

É importante compreender que a forma como os problemas ambientais são noticiados têm um impacto no público. Como suporta Schmidt (2003) grande parte do que “constitui o significado público do ambiente recorta-se pela configuração que ele assume nos meios de comunicação social” (p.55).

Há uma preocupação ambiental na sociedade e a

“experiência directa de problemas e catástrofes ambientais, a acção de organizações ambientalistas e de grupos de cidadãos, as promessas e acções “verdes” dos políticos (...) entre outros factores, têm contribuído para colocar o ambiente na agenda dos media e na agenda dos cidadãos” (Sousa, 2008, p.14).

Em relação à cobertura noticiosa dos incêndios em Portugal, até os anos 60, eram escassas as notícias publicadas sobre os fogos. Foi posteriormente que ganhou um impulso e, entre 1961 e 1973, publicaram-se 216 artigos. Curioso de ressaltar é que nestes tempos os títulos já eram «assustadores» (Vieira, 2006). Se lêssemos notícias antigas sobre esta temática a única diferença seria na escrita, pois já na altura se dava bastante relevo à aflição das pessoas e ao pormenor dos planos onde se evidenciam as casas ardidadas. A questão da falta de equipamento técnico, de meios e de limpeza da floresta já era um tópico bastante recorrente nos jornais da altura, não sendo, meramente, algo atual.

Nos anos 80 houve um aumento na cobertura mediática com o incêndio de Amaram, onde perderam a vida 14 bombeiros. Este acontecimento incentivou que o número das críticas, à falta de formação e ao arcaísmo dos meios de combate, aumentasse.

Enquanto a cobertura noticiosa nestes anos era, maioritariamente, feita pela imprensa, em 1998, ainda que os meios também publicassem artigos sobre a Expo-98 e sobre a polémica dos touros de Barrancos, foi a televisão o *medium* principal na cobertura dos fogos.

A partir destes últimos anos da década de 90 a televisão começou a ter um papel imprescindível, assumindo um maior protagonismo em relação à imprensa já que os noticiários começavam a apresentar diretos (Vieira, 2006).

Num estudo realizado pela Obercom (2018) foi possível apreender, no quarto capítulo, intitulado Análise Mensal – A cronologia noticiosa, os principais assuntos abordados pelos meios de comunicação social no mês de junho, constituindo um *top* com 15 temas. Os incêndios de Pedrógão Grande, que marcaram a agenda dos *media*, foram mediatizados por diferentes meios, sendo que assinalaram os destaques de notícias de 2017. Os valores recolhidos, no sexto mês do ano, em diferentes meios de comunicação apresentavam um número bastante elevando, do qual “quase duas em cada cinco notícias escolhidas foram

relativas aos fogos florestais. Estas estão repartidas entre os incêndios florestais (19,9%), que foi o tema do mês, e o caso específico de Pedrógão Grande (19,5%)” (p.82)⁴.

Ainda que nos blocos informativos se estude a forma como os jornalistas abordam o fenómeno, só é possível ter noção de como é que a informação é absorvida no pós-recebimento das mesmas.

“A forma como os indivíduos recebem e manipulam a informação que lhes é fornecida pelo sistema dos media passa, em parte, pela possibilidade de pesquisar informações adicionais usando os motores de busca e, em parte, pelo comentário, transformação e propagação dessa informação através das redes sociais (Obercom, 2018, p.122)

O impacto que os fogos suscitaram provocou alarme, o que fez que os utilizadores começassem a fazer mais pesquisas sobre a temática. (Obercom, 2018). No estudo seleccionaram-se os quatro temas principais pesquisados no *Google*, no período entre 1 de junho de 2017 e 31 de maio de 2018, e concluiu-se que o tema dos incêndios foi o que dominou o ano⁵. Para além do motor de busca estudado, analisou-se a rede social *Twitter*, concluindo que houve um “alto teor emocional dos *tweets* publicados e partilhados” (Obercom, 2018, p.195). Não sendo um estudo sobre redes sociais e não querendo alargar o resultado, apenas se consideraram relevantes estes fatores já que demonstraram que o interesse das pessoas era visível e realizaram bastantes pesquisas sobre tópicos relacionados com incêndios, tais como “incêndios activos”, “mapa incêndios”, “notícias incêndios” (Obercom, 2019, p.39), mostrando desta forma que grande parte da pesquisa foi feita num motor de busca em vez da utilização de algum dos *media* tradicionais.

⁴ Anexo B: Notícias recolhidas por Temas do Mês no TOP15 em junho de 2017 (Obercom, 2018, p.82)

⁵ Anexo C: Tabela sobre o peso relativo dos quatro temas em análise nas pesquisas do Google (Obercom, 2018, p.128)

1.2 Noticiários

A televisão, para além de ser um eletrodoméstico, quase que a consideramos um membro da família de cada um de nós, de cada casa. Através deste ecrã vemos o que se passa no mundo, o que na realidade se torna numa reflexão da nossa sociedade e da atualidade. Vemo-nos na televisão, ou ela vê-se em nós?

O que é transmitido neste meio é uma companhia que nos visita quotidianamente (Brandão, 2005), “contribuindo para a partilha de valores e experiências, solidificando ao mesmo tempo o sentimento de pertença de uma comunidade” (Brandão & Morais, 2012, p.254). Nos primórdios as pessoas geriam as suas rotinas conforme os horários dos programas que iriam ser noticiados, pois no início a televisão não estava em todas as casas e o local de encontro entre familiares e amigos eram os cafés, onde partilhavam a visualização dos programas de interesse. Aos poucos, foi ganhando confiança e começou a entrar nas nossas habitações, sendo hoje um elemento básico na nossa vida. Assim, a televisão que se encontrava apenas na esfera pública, passou também para a esfera privada quando lhe abrimos a porta e as primeiras televisões começaram a ser instaladas nas casas.

Ainda que o *medium* esteja numa fase de transição com evoluções constantes, «ver televisão» continua a ser uma das atividades principais partilhada por todos e não nos imaginamos sem ela.

Se antes os cidadãos procuravam a formação em instituições como a escola, a igreja e os partidos, hoje em dia os meios de comunicação têm um papel fundamental na oferta de informação. (Canavilhas, 2001). Deste modo, a televisão “assume competências que tradicionalmente competiam a outras instituições: procura desaparecidos, denuncia corrupções políticas, investiga crimes, convertendo-se numa espécie de panóptico do mundo” (Lacalle, 2001, p.21, citada em Lopes, 2008, p.104).

Os anos 60 marcaram e transformaram a sociedade europeia: Submergidos no consumismo adotámos o conhecido nome de sociedade de consumo e de espetáculo. Numa época de mudanças políticas, tecnológicas e económicas surgiu a sociedade pós-moderna como consequência do capitalismo. Como afirma Debord (1994) “o espetáculo é ao mesmo tempo parte da sociedade, a própria sociedade e seu instrumento de unificação. Enquanto parte da sociedade, o espetáculo concentra todo o olhar e toda a consciência” (p.3).

Juntamente a este motivo estão os meios de comunicação social nos quais o espetáculo se tornou o protagonista para aumentar as audiências. Os incêndios de Pedrógão foram o ingrediente preferido das televisões visto que este desastre caracterizado pelas chamas, pelas vítimas mortais e famílias desamparadas constituem um *plus* para as audiências. “A informação torna-se assim num espectáculo que procura no sensacionalismo e na rapidez, os ingredientes que fazem subir as audiências” (Canavilhas, 2001, p.8).

Antes a televisão ditava os nossos hábitos, sendo que a hora de ver o noticiário era quase considerada como uma hora “sagrada”, e hoje em dia já não se encontra no centro, tendo sido modificada pelas tecnologias. Todavia, ainda que os avanços digitais tenham trazido outras opções, com a possibilidade de aceder a conteúdo através de *smartphones*, computadores e *tablets*, relacionando esta questão ao meu tema de estudo que se debruça na informação, afirma-se que a televisão continua a ser a fonte principal de notícias para os portugueses⁶.

Mas que transformações ocorreram até à televisão que temos nos dias de hoje? “Espelho meu, espelho meu, existe alguém com os mesmos problemas do que eu?” Na sociedade atual na qual os cidadãos querem ser ouvidos e falar dos problemas pessoais, a televisão começou a oferecer programas que vão ao encontro desta linha de pensamento, através dos quais os cidadãos se sentem ouvidos, onde veem pessoas com os mesmo problemas e onde encontraram um espaço no qual podem desabafar.

A televisão não mantém a mesma raiz dos seus primórdios, sendo importante conhecer as várias etapas que surgiram para compreender melhor este instrumento que nos acompanha diariamente. Como já foi mencionado, a televisão passa agora a estar presente na esfera privada, porém, não é apenas a televisão, mas os *media* como um todo que se transformaram e modificaram o espaço público. Cada campo requer as suas próprias condutas, códigos e regras sendo que o que pertencia a um lado, não estava no outro.

A primeira fase, compreendida entre 1950 e 1980, foi marcada pela transmissão de programas educativos e populares. É o conceito que o autor Umberto Eco definiu como «paleo televisão» e que posteriormente foi glosado por Casetti. Nesta primeira etapa existia uma preocupação constante por parte da televisão em manter uma comunicação pedagógica:

⁶ Informação apresentada no *Digital News Report 2019: Portugal*

“Tinha como objetivo transmitir os saberes (...) ela constitui a principal posição enunciativa da paleo-televisão, a sua imagem de marca” (Casetti & Odin, 1990, p.10). Havia uma preocupação pelas questões públicas, ou seja, abordavam-se aspetos comuns à sociedade estabelecendo um contrato de comunicação pedagógica com três pontos cruciais: Um espaço de formação, uma relação hierarquizada e um lugar dedicado a especialistas, ressaltando neste último tópico a importância de quem se apresentava na televisão, que, normalmente, sabiam mais do que aqueles que ouviam, de aí que fossem especialistas.

Apesar disso, este modelo inicial alterou-se nos anos 80 devido a uma série de transformações nos *media* e mudanças no espaço público e privado, tais como a 1) Comercialização: O espaço público tem pouco *appeal* e as questões relacionadas com a privacidade têm mais venda, 2) Competição: Num mercado cada vez mais competitivo surgiu um fator distintivo e por último os 3) *reality shows*, surgidos nos anos 90 e princípios do ano 2000, que introduziram um novo formato a este meio.

Nasceu um modelo caracterizado pela esfera privada e emocional, um espaço de convívio, que substituiu o espaço de aprendizagem numa relação de proximidade e a importância do lugar do cidadão anónimo. Desta maneira, surge uma segunda etapa da história da televisão que Casetti e Odin (1990) chamaram de «neo televisão» que “põe fim ao modelo comunicacional pedagógico da paleo televisão. Um dos aspetos mais visíveis desta transformação reside na rejeição exibida de uma comunicação vetorizada e na introdução de processos de interatividade⁷” (pp. 11-12).

A palavra-chave nesta nova fase é a de «interatividade» que se iniciou com os *talk shows*, os *quiz* onde havia questões dirigidas ao telespectador, chamadas e outras formas de interação que criou um público mais participativo.

“Os espectadores participam telefonando para os programas de debate, na rádio ou na TV. Envia SMS que são colocadas em rodapé ou lidas de imediato no programa, tal como os *emails* enviados. Participam em votações de todo o género, desde a “eleição” ou “expulsão” de concorrentes em *reality shows* até pseudo-sondagens sobre temas da atualidade” (Torres, 2011, p.33).

Seguiu uma mudança da televisão como um espaço de formação para a demonstração da esfera íntima que privilegia a imagem e as emoções afirmando a «neo televisão» como “uma extensão da tagarelice da vida quotidiana” (Casetti & Odin, 1990, p.13).

⁷ Todas as citações de fontes em língua estrangeira foram traduzidas pela autora

Esta meio adaptou-se e como sustenta Brandão (2002, p.13) “vivemos numa sociedade informativa, em que tudo pode ser revelado, em que se usa e abusa da «intimidade» dos cidadãos, como se de um «espectáculo» se tratasse. Estamos assim perante um mundo mediático submisso aos imperativos da concorrência e aos níveis de audiência”.

Com o aparecimento da televisão privada houve uma alteração no objetivo: Se nos primórdios a televisão era uma “televisão mensageira” que cultivava a cultura e o conhecimento do cidadão, a nova televisão é uma “televisão relacional” que fomenta os afetos e sentimentos deixando de parte o lado mais racional.

Outro conceito que também brotou foi o de «televisão de intimidade» abordado por Mehl (1996) que definia uma televisão de escuta, de apoio. Uma televisão que era a psicóloga que muitas pessoas não podem ter, assumindo a partilha de uma cultura *psy* (p.11).

“Por isso, a mensagem pessoal, a confiança, salta muitas vezes para o ecrã - porque as pessoas vivem um vazio comunicacional, sentem-se sós e consideram o seu ambiente familiar hostil ou distante: não sabem como nem com quem falar. A câmara, o estúdio, tornam-se, deste modo e paradoxalmente, uma protecção, uma barreira contra o olhar e o julgamento, um paliativo contra o silêncio” (Vilar, 2001 no jornal Público).

Scolari (2009) que também estudou estes dois conceitos apresentados acrescenta a novidade com um terceiro termo que é o da «hipertelevisão». Na década de 90 a divisão entre informação e ficção era bastante ténue e a definição de «neotelevisão» não era completa, retratando a situação atual do sistema de televisão como “híper”, e não relacionado a “muito”, mas por ser complexo em todo o processo da televisão contemporânea:

“O conceito de hipertelevisão, por extensão, não expressa apenas ‘uma grande quantidade de programas (de televisão), mas sim tenta definir a rede complexa e em rápida mudança de formatos, ecrãs, narrativas, audiências e práticas que compõem o ambiente televisivo contemporâneo” (Scolari, 2009, p.8).

Concluindo, a nossa sociedade modificou-se e a televisão acompanhou este processo de forma a satisfazer as necessidades mediáticas que os cidadãos, desta nova era caracterizada pelo individualismo, tinham. Desta maneira, a televisão é uma amiga que dá reconforto e que cativa com informação embrulhada de espetáculo.

A televisão é um meio de comunicação privilegiado que alcança diversas pessoas, e num país onde está presente, a nível europeu, um dos índices mais baixos de literacia o telejornal⁸

⁸ Ainda que o *Telejornal* seja uma *trademark* da RTP, a sua importância permite o uso do termo como sinónimo de noticiário

posiciona-se como o meio de informação principal que transmite formação através dos conteúdos expostos. Poderia comparar-se o telejornal a um bolo, no qual cada fatia é um tema específico já que tem de oferecer uma grande quantidade de informação no espaço de tempo limitado para qualquer espetador:

“Um telejornal é composto de uma mistura de distintas fontes de imagem e som: gravações em fita, filmes, material de arquivo, fotografia, gráficos, mapas, textos, além de locução, música e ruídos. Mas, acima de tudo e fundamentalmente, o telejornal consiste de tomadas em primeiro plano enfocando pessoas que falam diretamente para a câmara” (Machado, 2000, pp. 103–104).

Jespers (1998) considera que o telejornal é um género televisivo em si “com as suas próprias regras de selecção – hierarquização, estruturação narrativa, mediação, etc.” (p.175).

Para Fechine (2008) o telejornal “pode ser tratado como um enunciado englobante (o noticiário como um todo), que resulta da articulação, por meio de um ou mais apresentadores, de um conjunto de outros enunciados englobados (as notícias) que, embora autónomos, mantêm uma interdependência” (p.70).

Este género, que nasceu nos Estados Unidos nos anos 40, marcou uma mudança na televisão, incluindo diferentes programas diários de informação na grelha de programação. O que se iniciou apenas com um apresentador a ler as notícias prosseguiu-se com a incorporação de imagens, depois fotografias e filmagens e posteriormente com a introdução do vídeo surgiu o direto. (Ramonet, 2015)

Os noticiários tornaram-se a escolha de eleição por parte dos telespetadores para absorverem informação, e para tal, o jornalista, como mediador, tem de seguir uma linha do que é notícia e do que não. “Uma notícia é necessariamente algo que não devia acontecer, que não se esperava que acontecesse, que de alguma forma rompe com a regularidade das coisas” (Ilharco, 2008, p.143).

Segundo Canavilhas (2001), “existe um conjunto de critérios de selecção de acontecimentos, isto é, uma escala de valores que permite analisar o grau de possibilidade de um acontecimento se transformar em notícia” (p.3). Assim, independentemente do meio que emite o acontecimento, para o autor, há uma série de critérios que têm de ser seguidos que estão relacionados com 1) O tempo da ocorrência, o que também tem influência nos acontecimentos de última hora e de aí que tenham sempre destaque no noticiário; 2) Importância do acontecimento, ou seja, “quanto maior for a magnitude do acontecimento,

maior a probabilidade de ser noticiado” (p.3); 3) Descrição da notícia, este ponto está relacionado com a clareza da mesma, isto é, se não houver diversas informações que tornem a notícia clara não será noticiada, ou há menos possibilidades; 4) Local, “quanto mais próximo for o acontecimento, mais hipótese tem de ser noticiado” (p.3); 5) O fator da surpresa, um acontecimento que não é esperado tem mais hipóteses de ser noticiado 6) Continuidade; 7) Composição, sendo o telejornal um gênero completo de diferentes ocorrências, uma maior diversificação será sempre um fator positivo; 8) Valores socioculturais, “a noticiabilidade de uma notícia varia de acordo com os padrões culturais vigentes” (p.4); 9) Previsibilidade, quando o jornalista prevê o acontecimento há uma maior probabilidade de se realizar a cobertura; 10) Valor das imagens. Sendo a imagem uma grande aliada do noticiário pode acontecer a renúncia da “transmissão de uma informação por não a poder ilustrar (...) a falta de imagens pode conduzir à omissão de uma informação importante” (Jespers, 1998, p. 69); 11) Custos, o que hoje é algo bastante relevante frente à crise do jornalismo que estamos a enfrentar:

“Melhor programação obriga a maiores investimentos. Mais investimento exige mais receitas publicitárias e estas são consequência do aumento das audiências. Para que as audiências aumentem é necessário tomar a informação mais apelativa e o caminho mais fácil é o da opção pela informação- espetáculo” (Canavilhas, 2001, p.1).

A partir dos anos 90 o entretenimento ganhou um peso importante na grelha de programação televisiva e refletiu-se nos noticiários: “Este novo rumo de programação leva a que os dois canais privados, ao rejeitarem espaços de debate e entrevista no seu horário *prime-time*, concentrem nos noticiários o bônus informativo, ainda que estes sejam revestidos de entretenimento” (Brandão & Morais, 2012, p.255).

Neste efeito de espetacularização a imagem tem um papel fulcral já que é a principal maneira de captar a atenção do telespetador, desta forma os jornalistas escolhem as imagens que querem mostrar, qual a sequência e como querem apresentá-las para que a notícia seja vista de outro ângulo: um mais espetacular com imagens sedutoras e incendiárias a fazer parte do nosso quotidiano.

Com a captação de imagens e o impacto que causam marca-se a história. Ninguém consegue apagar da mente a imagem, transmitida pela televisão, do atentado à segunda torre no dia 11 de setembro do ano de 2001 e isso produz efeitos. Com os acontecimentos que foram sucedendo ao longo da história percebemos o peso da imagem televisiva.

Canavilhas (2001) acunhou o termo de «informação-espetáculo» para caracterizar esta era onde o peso da imagem é cada vez maior e o direto no noticiário está várias vezes presente. “A televisão procura prender o espectador, dando prioridade ao insólito, ao excepcional e ao chocante” (Canavilhas, 2001, p.5). Parafraçando o autor, há uma série de elementos que respondem a esta informação de espetáculo, tais como, 1) Seleção de dramas humanos, onde os sentimentos das pessoas têm um especial enfoque; 2) Reportagem/direto; 3) Dramatização que está caracterizada pelo exagero e pela deformação emocional, sendo que aqui os gestos e as palavras usadas pelo jornalista são bastante relevantes; 4) Efeitos visuais caracterizados por imagens mais explicativas e emocionais.

Num panorama composto por informações mais intimistas e menos racionais, a escolha de visualização de notícias negativas por parte dos espetadores tem vindo a crescer. Como afirma Brandão (2005): “As más notícias têm uma «circulação de privilégio», ou seja, «a explosão é mais notícia quanto maiores o desconcerto e o alarme que produz, quanto mais provocar o comentário” (p.12). Porque é que as “más notícias” têm mais importância?

“Em primeiro lugar são «fáceis de perceber». Em segundo lugar, porque provocam um efeito de «surpresa». Em terceiro lugar, porque «circulam rapidamente, toda a sociedade se mobiliza para comunicar esses factos e comentá-los». E em último lugar «todo o mundo suspeita em seguida das repercussões que o facto pode assumir» a posteriori do acontecimento, mais concretamente as «consequências do facto»” (Gomis, 1997, pp.144-150 em Brandão, 2005, p.112).

Dessa forma e com estas alterações o espectador não é um simples cidadão que absorve a informação obtida na televisão, mas sim um consumidor e um valor importante no número de audiências.

Sendo a temática de investigação sobre os incêndios, considera-se importante dedicar umas páginas à técnica do direto, já que está bastante presente nos noticiários, principalmente quando ocorrem catástrofes.

1.3 Direto

O jornalismo está em transição e a concorrência é cada vez maior. Com constantes alterações tecnológicas existem cada vez mais meios para informar os cidadãos. Já não temos apenas acesso à imprensa, à rádio e à televisão, mas também a *sites* de empresas de media, *blogs*, *podcasts*, vídeos e televisão *online* o que gerou que os meios de comunicação tivessem que (re) pensar como é que iriam informar os cidadãos, sendo que a informação agora é imediata e que é possível aceder desde qualquer plataforma. Já não precisamos de esperar que o jornal chegue à papelaria, ou que seja o horário do noticiário visto que vivemos num mundo com notícias 24 horas, onde não há um horário fixo para transmitir informações, já que podemos ter acesso a esse fluxo informativo a qualquer momento do dia.

A televisão e os jornalistas tiveram de acompanhar estas mudanças adotando cada vez mais a técnica do direto de forma a não diminuir as audiências e colocando-se a par de este contínuo constante de notícias. Assim, o direto posiciona-se como o meio mais eficaz para transmitir um acontecimento.

Jespers (1998) define a expressão «em directo» como “as imagens e os sons que se estão a ver e a ouvir (que) não são gravadas previamente” (p.65) e este ato, segundo Machado (2000) “constitui verdadeiramente um género televisual” (p.97). O direto é percebido como um “texto complexo no que se refere aos tipos de duração ou velocidade da narrativa, isto é, a relação entre a duração do acontecimento e a da emissão televisiva” (Reis & Lopes, 2000, p. 419 em Torres, 2006, p. 53).

O direto, sendo o tempo real do que está a ocorrer, oferece três tempos coincidentes: “O tempo do acontecimento, o tempo da enunciação do relato e o tempo da leitura” (Mateo, 2013, p.63), de forma que são estes três períodos que têm de ser respondidos quando se realiza um direto, ou seja, “há que saber distinguir entre a excitação do momento e o que o público precisa de ver” (Mateos, 2013, p.69). O direto deve ser usado apenas para informar e ajudar a esclarecer o que está a ser noticiado pelo que a pergunta, colocada na obra de Concha Mateos (2013) citando Matelski (1992, p.62), “precisam os meus espetadores ver isso para compreender o que aconteceu?” (p.69) é tão relevante para não se produzirem deslizes entre o que é realmente importante e o que poderia ser considerado o «direto patético» (Mateos, 2013).

Este fenómeno do «direto patético» está relacionado com o que Torres (2006) afirma no capítulo *Quando «nada acontece»* da sua obra, já que quando não existem informações complementares “o ecrã mantém-se descritivo, mostrando o lugar da tragédia: não ocorre nenhuma acção nova ou adicional que resultasse normalmente em notícia” (Torres, 2006, pp. 57-58), no entanto “não acontecer nada é, em determinadas circunstâncias, acontecer alguma coisa. Cada momento do directo é uma peça solta de um *puzzle* que o espectador vai construindo com a ajuda dos narradores” (Torres, 2006, p.59).

Sempre existiram as críticas e “a transmissão ao vivo transformou-se recentemente no alvo privilegiado dos ataques de todos os críticos da televisão” (Machado, 2001, p. 126). Neste sentido, debruçam-se dois pontos de vista em relação a esta técnica televisiva: Um mais minucioso que afirma que o direto não é considerado um género jornalístico e outro mais positivo na qual inclui esta técnica no meio jornalístico, o que se crê que está bem ponderado já que a televisão acompanhou estas mudanças oferecendo ao cidadão a possibilidade de acompanhar qualquer evento do mundo, o que criou um sentimento de pertença visto que o telespetador sente que está no acontecimento. Ainda que seja um aspeto positivo, precisa de ser estudado e melhorado de forma a reduzir os vazios de informação e a fazer a melhor cobertura noticiosa possível, para respeitar um dos princípios da informação no qual a mensagem tem de ser de interesse para a comunidade (Canavilhas, 2001). O direto favorece “uma aproximação emocional” (Brandão, 2002, p.89) já que é um ato bastante improvisado que se afasta de uma “análise racional” (Brandão, 2002, p.89). “O «repórter de campo», estando sob a pressão do direto, vive a obsessão técnica de não permitir segundos de silêncio e, quando dá por si, já está a fazer uma pergunta disparatada ao primeiro que aparece” (Marinho, 2005, p.572 em Brandão & Morais, 2012, p.260).

A transformação da informação deve representar a realidade “reduzindo-a ao seu estado mais elementar (selecção dos fragmentos mais importantes sem perder o sentido da mensagem)” (Canavilhas, 2001, p.2).

A autora Concha Mateos (2013) realizou uma tabela⁹ através da qual sintetiza os tipos de direto que existem. Há diferentes categorias que ajudam a compreender melhor esta técnica audiovisual.

⁹ Anexo A: Tabela elaborada por Concha Mateos (Mateos, 2013, p. 78)

Segundo a natureza da ação identifica-se o 1) Direto ativo: No qual está a acontecer uma ação; 2) Direto enunciativo: Onde ocorre uma enunciação; 3) Direto artificial: Onde existe uma representação.

Outra variável desta categorização está direcionada com o tempo da ação: 1) Direto contínuo: Algo passado, mas que continua a existir e que é relevante continuar a noticiar; 2) Direto rememorativo: Relatar o passado que aconteceu; 3) Direto antecipador: Relatar um futuro que prevemos.

Torres (2006) afirma que existem duas organizações de tempo, uma relacionada com as «imagens» e outras com a «palavra», “as quais têm vidas separadas ou se fundem” (p.53)

Em terceiro lugar, a autora identifica o tipo de direto segundo o cenário, questionando se “é o lugar uma fonte informativa” (Mateos, 2013, p. 73). Desta maneira existem cinco tipos: 1) Direto ilustrativo: A ação já aconteceu, mas o estado do local continua a ser relevante; 2) Direto perpétuo: Não acontece nada que seja objeto de informação sobre a ação onde o “cenário tem uma significação congelada, uma fotografia fixa contribuía a mesma informação visual” (Mateos, 2013, p.74); 3) Direto imaginado: Uma ação que está a acontecer, mas que o telespetador não tem acesso; 4) Direto arbitrário: O local não é uma peça relevante, sendo que a notícia poderia ser explicada desde outro espaço; 5) Direto contrário: Caracterizado pelo facto de estar num sítio, mas a relatar acontecimentos de outro local.

Na quarta variável define-se o direto segundo a importância na peça jornalística, ou seja, na narrativa: 1) Direto total: Toda a informação visível é transmitida em direto; 2) Direto principal: Há uma junção entre informações em direto e gravadas; 3) Direto de apresentação: O direto apresenta uma notícia que já foi previamente realizada, quer dizer, gravada e editada.

A última categoria da tabela corresponde à função do direto segundo as fontes: 1) Direto primário: O jornalista encontra-se no local onde estão as fontes e são as mesmas que assumem a voz; 2) Direto editorial: São os profissionais da área – ou seja os jornalistas - que relatam o acontecimento.

A forma como a informação é apresentada está bastante ligada a este último critério, sendo que “o número de fontes e canais deverá ser reduzido” (Canavilhas, 2001, p.2), dando destaque às fontes que são seguras.

Para Jaspers (1998) a recolha de informação por parte das fontes é uma das etapas da «transmissão jornalística», o autor belga define as fontes como “os documentos testemunhos e índices congruentes que constituem os dados informativos necessários à elaboração da mensagem potencial” (p.21), entendendo a mensagem potencial como o que se pretende comunicar ao público. As testemunhas “reconstituem os eventos através das suas narrativas” (Torres, 2006, p.149), é o chamado «conto dentro do conto» (Torres, 2006, p.149). Por vezes, os cidadãos que presenciaram o acontecimento são os olhos dos jornalistas quando não estavam num certo momento, acrescentando informações e novidades. De aí que seja tão importante a verificação das fontes e a própria averiguação da informação que é dita pelas mesmas, pois muitas vezes são a base das notícias.

2. Cobertura de catástrofes

A palavra «catástrofe» tem origens no termo grego *Katastrophe* e, posteriormente, passando para o latim, adotou o nome de *calamitas*: “A catástrofe (...) acompanhou o homem desde tempos imemoráveis. Nas mitologias de todas as culturas há sempre um espaço dedicado ao fim dos dias, à destruição do mundo e do universo (Ascencio, 1995, p.62).

Há uma palavra-chave associada à de «catástrofe» que é a de «destruição», sendo que a catástrofe “é um acontecimento destrutivo que acontece repentinamente (...) não é catástrofe um acontecimento destrutivo, que mesmo que aconteça subitamente e vulnere a estabilidade de um estado de coisas determinado, não seja perceptível nem expressado como tal” (Ascencio, 1995, p.67).

Segundo Ascencio (1995) «catástrofe» poderia ser definida como

“Um acontecimento de mudança repentina, gerado pela própria natureza, pela intervenção do homem ou alguma causa alheia ao meio ambiente que, ao sobrevir de forma instantânea, transtorna de maneira irreversível a estabilidade de um estado de coisas e, só na medida em que dito acontecimento seja discernido e expresso pelos sujeitos que habitam ou conhecem o estado alterado, consegue configurar-se e transcender publicamente” (p.91).

Quando é que se diferencia um acontecimento¹⁰ catastrófico de outro que não o seja?

“Um acontecimento catastrófico não só é imprevisto, mas que também acontece de maneira repentina. O aspeto súbito de uma catástrofe está mais relacionado com a rapidez, violência, imediatismo, desordem e magnitude registados no acontecimento, do que com o inesperado da mudança” (Ascencio, 1995, p.66).

Há conceitos que estão interligados, como é o caso de «catástrofe», «tragédia» e «desastre», assim, a catástrofe pode ser um desastre natural, “como um tsunami, ou provocada por um homem, como uma guerra, por exemplo. Já o termo tragédia, embora também possa estar associado com uma catástrofe, refere-se, normalmente, a um crime passional ou a um acontecimento com numerosas vítimas” (Motta & Rublescki, 2013, p.6).

Para Torres (2006) a noção de tragédia está associada “a acontecimentos violentos e quase sempre com mortes violentas, inesperadas e inocentes ou injustas, eventos esses resultantes

¹⁰ “Por acontecimento entende-se aquela modificação de um entorno próximo habitado por um indivíduo ou um pequeno grupo de indivíduos. Estas variações são imprevistas (...). Uma modificação, para que exista, há que notar. E nota-se na medida em que, por parte dos indivíduos, existe uma representação psíquica da margem de modificação do entorno” (Ascencio, 1995, p.65)

do acaso ou «destino», da ação das forças da natureza ou por intervenção de agente humano ou tecnológico” (p. 30).

Juntando as definições de Mattedi (2017, p.80) e Saraiva (2012, p.11) pode concluir-se que os «desastres» poderiam ser definidos como acontecimentos que resultam de processos naturais da Terra que impactam a sociedade já que leva a perda de vidas humanas, ocorrência de feridos ou ainda perdas económicas e ambientais. Gerir os desastres está relacionado com a gestão de informação, já que a cobertura dos *media* pode influenciar a perceção do público sobre os riscos dos desastres e os desastres em si. Os desastres dificilmente se evitam, “mas os seus efeitos devastadores podem ser mitigados, com adequadas e atempadas medidas preventivas” (Gomes, 2012, p.11). Estão fora do alcance da mão do homem, sendo que quando chegam levam tudo deixando os cidadãos locais, que sofrem a catástrofe, sem nada. “O momento mais significativo de uma catástrofe não é aquele no qual acontece, mas sim aquele no qual se reconhece e interpreta” (Ascencio, 1995, p.9), sendo que o valor dado à catástrofe é a consequência que gerou e não o que motivou a catástrofe.

Ao longo dos anos tem havido várias categorizações para enquadrar as catástrofes naturais em diferentes situações, sendo a mais antiga a classificação dos quatro elementos: Fogo, Ar, Água e Terra (Saraiva, 2012, p.21). No território português os incêndios florestais estão na lista das principais catástrofes naturais.

Segundo Baird (2010) há quatro fases de uma catástrofe que são a «mitigação» (de forma que não aconteça em situações futuras e que as consequências sejam as menores possíveis), a «preparação» (há que ter consciência de como lidar em situações de emergência), «resposta» (como é que os diferentes agentes dão resposta ao acontecimento) e a «recuperação» (onde as hipóteses futuras de como reagir têm um papel fulcral). Neste processo, os *media* são uma fonte essencial para a sociedade, pois é assim que os cidadãos obtêm informações sobre o acontecimento. Os meios de comunicação tornam-se a voz principal da tragédia, por isso é que há uma importância acrescida do que se comunica e como se comunica.

A presença de notícias relacionadas com o meio ambiente tem vindo a aumentar, mas, principalmente, esta cobertura é mais acentuada quando acontecem catástrofes, sendo o componente preferido sobre a temática do ambiente.

O jornalismo é uma profissão de construção de sentidos, pois o jornalista deve descrever com o maior detalhe possível tudo o que o rodeia. Tendo como exemplo os incêndios, os jornalistas fazem que o acontecimento seja palpável mesmo que não estejamos presentes. Ouvimos e vemos a floresta a queimar e o pânico vivido. E enquanto vivenciamos isto ficamos sem apetite, como se sentíssemos o cheiro do acontecimento. Aí a catástrofe torna-se mais real, pois, “sem comunicação não há catástrofe” (Ascencio, 1995, p.22).

Quando os desastres se tornam notícias e são transmitidos em qualquer parte do mundo é um dos temas mais apelativos para as audiências e a televisão¹¹ tem o papel fundamental na transmissão deste tipo de acontecimento. “A televisão não é só necessária para a transformação do facto em acontecimento, como é obrigatória para criar a tragédia televisiva com impacto nacional acrescentado e criadora de memória colectiva” (Torres, 2006, p.34). Uma vez identificada a destruição do local e o alcance que tem, “o acontecimento catastrófico será compreendido e referenciado como catástrofe” (Ascencio, 1995, p.67).

Torres (2006) faz uma distinção entre notícias trágicas e tragédias televisivas, pois um acontecimento trágico nem sempre é uma tragédia transmitida na televisão, já que há uma série de critérios, tais como a “importância, comunidade em perigo, disponibilidade dos meios televisivos, audiências e resposta da audiência” (p. 32). O autor define «tragédia televisiva» como

“O conjunto das transmissões pela televisão generalista de um evento de âmbito nacional ou internacional de carácter inesperado, altamente improvável, provocando ruptura na ordem social ou política, envolvendo a morte violenta de uma celebridade política ou mediática ou de muitas pessoas desconhecidas em resultado de atentado, ataque terrorista, acidente ou catástrofe natural, evento esse que origina e interage com uma transmissão televisiva jornalística em directo que interrompe o normal fluxo televisivo, gera uma importante atenção pública, prolonga-se por um período de vários dias e adquire características semelhantes à tragédia como texto e espectáculo” (Torres, 2006, p.23).

Os meios de comunicação têm um papel essencial na transmissão das catástrofes, assim como a forma que vai ser compreendida pelos telespetadores e por esse motivo têm – ou deveriam – apresentar uma comunicação o mais clara e menos negativa possível já que a sociedade vai criar uma perceção sobre o acontecimento sabendo que “a informação tem, fatalmente, um efeito amplificador, sobretudo em televisão” (Jespers, 1998, p.63).

¹¹ Sendo a televisão o meio sobre o qual se está a realizar o estudo, dedicou-se uma especial atenção, não tirando importância a outros os meios que são igualmente relevantes na transmissão destas notícias

Segundo Amaral, Pozobon e Rubin (2010) a cobertura das tragédias “trazem excelentes condições para examinarmos a prática jornalística” (p.3), sendo algo que, felizmente, não se encontra no cotidiano dos jornalistas e por isso não estão previamente preparados.

A cobertura noticiosa do meio ambiente, e, em concreto, das tragédias ao longo da história tem sido abordada de forma diferente sendo que nos primórdios estava mais focada “na naturalidade de fenômenos como secas, enchentes, deslizamentos, tremores de terra e erupções vulcânicas” (Amaral, Pozobon & Rubin, 2010, p.3). A natureza tinha a mão principal e não havia uma solução palpável, mas agora a situação alterou-se uma vez que com uma “grande narrativa da preservação ao meio ambiente” (p.4) começaram a relacionar-se os acontecimentos à “ação humana frente à natureza e ao Estado ineficiente” (p.4).

Em vistas disso, a noticiabilidade aumentou, já que como afirma Bueno (2017) “as catástrofes ambientais mobilizam os meios de comunicação” (p.27), por esse motivo é que é importante uma «cobertura qualificada» (p.27) para que haja o maior profissionalismo possível compreendendo que “é tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas” (Lage, 2001, p.21).

Quando acontece uma tragédia o país fica devastado e os *media* consomem-nos com informações, acedemos a conteúdo através dos jornais, da rádio, da televisão, da *internet*, mas são todas as informações filtradas? O que é válido e não é válido?

No projeto de investigação *The Black Saturday Bushfires: How the media covered Australia's worst peace-time disaster*, do *Centre for Advanced Journalism* da Universidade de Melbourne, os autores baseiam-se nas experiências dos jornalistas que fizeram a cobertura dos incêndios em Victoria no ano de 2009, - dividindo o estudo em seis capítulos onde abordam o acesso à zona do desastre, o tratamento das vítimas e dos sobreviventes, a pressão, o que é que se publica e o que não, o impacto emocional na cobertura de incêndios e a avaliação da *performance* dos *media* (p.8) – o que permite aprofundar o estudo sobre melhorias na prática jornalística de catástrofes, especialmente na cobertura de incêndios dado que há um braço de ferro forte com questões éticas.

Quando ocorre uma catástrofe “há insuficientes padrões éticos para que os jornalistas possam criar uma base de princípios” (p.32), no entanto, uma vez que estão no local, uma

das questões principais para os jornalistas é a forma como se vão aproximar às vítimas e aos sobreviventes por esse motivo é que existem, uma série de, princípios que devem ser seguidos, tais como (p.10):

-A existência de uma autorização prévia para o uso de imagens e de entrevistas, sendo que uma resposta negativa a alguma destas questões é implicitamente negativa para a outra. “Cada pessoa tem o direito de recusar ser filmada ou gravada ou ver a sua imagem distorcida ou alvo de troça” (Jespers, 1998, p.62).

-A intrusão em momentos íntimos deve ser evitada, ainda que algum grau de intrusão seja inevitável, pois o facto de fazer perguntas sobre o acontecimento já é algo intrusivo, é necessário minimizar ao máximo. Segundo Jespers (1998) “uma cadeia de televisão só transmitirá informações sobre a vida privada de alguém, se essas informações puderem influenciar o futuro dos espectadores ou se elas forem sintoma de uma evolução importante da nossa sociedade” (p.62).

-Ser consciente sobre a vulnerabilidade das pessoas é um fator crucial, principalmente em circunstâncias de choque como é o caso das catástrofes onde as pessoas se encontram numa posição debilitada.

-Para além dos pontos mencionados no estudo considera-se relevante um quarto ponto relacionado com a importância de filtrar a informação recebida, já que pode haver depoimentos de pessoas que estão traumatizadas e irritadas, cuja exposição deve ser evitada. Por este motivo é importante perceber o que se deve, e não deve, publicar. “Há muito material que não é publicado (...) para não ferir os sentimentos dos sobreviventes e do público no geral, para preservar a dignidade de quem faleceu” (2009, p.12). A diferença entre o interesse público e o interesse do público é essencial. Como afirma Jespers (1998, p.39), “para avaliar correctamente o interesse público de uma informação, é útil saber quais são as expectativas conscientes do público, isto é aquilo que o público considera explicitamente importante em matéria de informação, abstraindo-se da oferta real dos media existentes”.

Relacionado com este último aspeto, sobre a informação obtida por testemunhas, prevalece o fator da pressão e da informação constante. A pressão, por vezes, é o dia-a-dia de um jornalista já que os acontecimentos ocorrem com bastante fluência e a resposta a questões

urgentes, às vezes, é simplesmente um “ir e fazer a cobertura”, no entanto, haver uma formação prévia, principalmente quando se lida com tragédias que causam vítimas é algo que é essencial. A experiência ajuda, mas nem sempre é suficiente, por isso tudo o que se conseguir fazer para minimizar os erros seria a situação ideal para uma cobertura o mais qualificada possível. A tensão não é apenas recebida por parte da empresa onde se trabalha (através de editores, cargos superiores, etc.), mas também através da competência, das autoridades que permitem ou não a cobertura de certos tipos de acontecimentos e das pessoas que sofreram e estão a sofrer a tragédia (p.54).¹²

Como já foi indicado, a questão da informação proveniente de fontes é bastante relevante já que “poucas matérias jornalísticas originam-se integralmente da observação direta. A maioria contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público” (Lage, 2001, p.21).

Lage (2001) classifica as fontes com base em três critérios: O primeiro que corresponde à natureza da fonte, sendo «oficiais», «oficiosas» e «independentes». As primeiras relacionadas com o Estado e “empresas e organizações, como sindicatos, associações, fundações, etc.” (p.28). As segundas são aquelas estão “ligadas a uma entidade ou indivíduo, não estão, porém, autorizadas a falar em nome dela ou dele, o que significa que o que disserem poderá ser desmentido” (p.28) e o terceiro tipo de fontes “são aquelas desvinculadas de uma relação de poder ou interesse específico em cada caso” (p.28).

O segundo critério está relacionado com a origem das informações, que podem ser obtidas de forma «primária» ou «secundária». “Fontes primárias são aquelas em que o jornalista se baseia para colher o essencial de uma matéria; fornecem fatos, versões e números. Fontes secundárias são consultadas para a preparação de uma pauta ou a construção das premissas genéricas ou contextos ambientais” (p.29).

A terceira característica, e a que mais interessa neste estudo, é diferenciar se as fontes são «testemunhas» ou «*experts*».

“O testemunho é normalmente colorido pela emotividade e modificado pela perspectiva: pode-se testemunhar uma guerra sem presenciar uma batalha, assistindo a um pedaço de uma (dificilmente se terá acesso ao todo), ou vendo várias (...). De modo geral, o testemunho mais confiável é o mais

¹² Como já foi suprarreferido este estudo debruça-se em depoimentos de jornalistas que fizeram a cobertura das Queimadas do Sábado Negro na Austrália, no entanto, julga-se pertinente as ideias apresentadas já que se aplicam à cobertura de tragédias e de incêndios

imediatamente. Ele se apoia na memória de curto prazo, que é mais fidedigna, embora eventualmente desordenada e confusa (...). Experts são geralmente fontes secundárias, que se procuram em busca de versões ou interpretações de eventos. Um cuidado preliminar é o de formular, pelo menos no início, perguntas pertinentes: nada incomoda mais um especialista do que questões disparatadas” (p.30).

As fontes tornam-se imprescindíveis para captar o acontecimento, já que o jornalista que não esteve no local consegue, desta forma, criar uma notícia o mais esclarecedora possível.

O ideal é que o repórter tenha tempo de conversar com os testemunhos e retirar informações, no entanto, perante uma situação de tragédia a realidade altera-se e o improvisado ocupa o papel principal.

Rodrigues (1997) afirma que a relação entre a experiência de um acontecimento e a comunicação pode ser dividida em 3 fases: Numa primeira fase a pessoa que vivenciou a experiência comunicou a outra pessoa que não esteve no mesmo acontecimento, o que o autor considera como «testemunho», uma segunda fase chamada «transmissão» na qual alguém comunica a experiência a outra pessoa, mas não esteve no local ou seja, não teve contato com a experiência e a terceira e última fase que é a «simbólica» é quando a comunicação sobre a experiência já é conhecida por ambos.

Quando acontece uma tragédia os *media* dão prioridade ao número de informações sobre a mesma sendo que os níveis de audiência são elevados, já que segundo Bill (2010) o público sente-se envolvido no acontecimento sendo “uma ficção distante da sua realidade cotidiana” (p.5).

“A ficcionalização destes acontecimentos de destaque, por meio da espetacularização das imagens e da dramaticidade com que são narradas, atrai a atenção dos telespectadores que supervalorizam estas histórias e os dramas apresentados por elas de maneira muito semelhante ao que acontece na ficção, com a apreciação estética do trágico” (p.5).

2.1 Cobertura de incêndios

“O fogo, em si mesmo, é o calor mais intenso, e o calor é agitação, remoinho em todos os sentidos, é mudança” (Ilharco, 2008, p.141).

Uma das tragédias mais apelativas para os espectadores são os incêndios, “o espetáculo dos incêndios atrai o interesse público e ganha uma atenção extensiva por parte dos media. Estes eventos, especialmente em caso de ameaça de comunidades e regiões inteiras, são dramáticos e altamente emocionais” (Cohen, Hughes & White, 2006, p.2). Segundo Ilharco (2008) o fogo que sempre teve uma ligação com o Humano é como um “*estranho atrator* que puxando, manipulando, atraindo a atenção dos *media*, porque, queimando, destruindo, arrasando, matando, exterminando, deitando por terra, o fogo traz o medo, a ansiedade e o terror a qualquer um menos aos *media*, a quem traz audiências. Provocando, sendo em si mesmo a mudança, o fogo é utilizado pelos media como sedução que a todos envolve. A mensagem do fogo nos ecrãs da televisão é o fim do tempo, no aqui e agora, o fogo, como buraco negro, absorve tudo” (p.141).

No entanto, quando se noticiam incêndios há vários fatores envolvidos que são transmitidos: A floresta em chamas, o fogo, o fumo, as pessoas, as casas e a realidade é que o drama está presente, e não é uma criação de jornalistas ou de outros profissionais. “O drama está na realidade do fogo e não é uma construção dos repórteres ou dos fotógrafos” (Cohen, Hughes & White, 2006, p.7). Esta frase recolhida de uma entrevista de um jornalista que os autores utilizaram para o estudo apresenta uma visão diferente sobre os incêndios, uma visão do lado do jornalista. Se nos colocarmos na posição do telespetador assume-se que há uma cobertura sensacionalista que tem um objetivo emocional, no entanto, o mesmo jornalista (do jornal *The Age*) afirmou que “se parece que é sensacional é porque realmente é sensacional (...) escrever é sobre emoções. Escrever é sobre mostrar às pessoas o que é que está a acontecer e é sobre tocá-las de alguma maneira” (p.7).

Há uma diferença na linguagem entre os serviços de emergência e de combate e entre os jornalistas, já que os segundos querem contar uma história apelativa o que gera uma tensão visto que no combate aos fogos afastam os jornalistas de algumas zonas o que os impede que algumas zonas sejam visionadas, ou seja, nem tudo consegue ser noticiado.

Segundo Cohen, Hughes e White (2006, p.1), há dois fatores essenciais sobre a reportagem dos incêndios por parte dos meios noticiosos: Por um lado há uma necessidade de ir ao local de modo a criar uma história apelativa para as audiências e há uma responsabilidade social de informar os cidadãos não apenas sobre o acontecimento, mas também de gerar responsabilidade social (*community safety information*). Os autores afirmam que os jornalistas distinguem entre o conceito de «informação» e de «notícias» (p.6) sendo que o primeiro é o que os jornalistas englobam na relação com as medidas de precaução (como a preparação da casa para um incêndio, o que fazer durante o desastre, medidas a tomar...) e o segundo termo relacionado com as «histórias» que “reflete a forma como experienciam a ‘realidade’ (e o drama) do evento” (p.6).

2.2 Cobertura de incêndios em Portugal

Se as televisões não noticiassem tudo sobre os incêndios, e quando se menciona “tudo” dá-se especial enfoque às fontes com as histórias mais vividas e sentidas à flor da pele, não faríamos *zapping* para outro canal onde houvesse este tipo de cobertura? O que se procura: Apenas informação sobre os incêndios ou as histórias através das pessoas?

Schmitz (2011) afirma que a figura da vítima carrega noticiabilidade, pois o público tem um especial interesse pela pessoa que sofre, o que lamenta injustiçado, geralmente é o caminho para o sensacionalismo.

Com o *zapping* “sempre que surja a mais pequena sensação de cansaço ou desconforto o espectador pode fazer aparecer um outro programa à sua escolha” (Jespers, 1998, p.79) e se os portugueses não fazem *zapping* para outro canal, como se referiu anteriormente, é porque o fogo, tomando metade dos telejornais, ocupando os debates na rádio e fazendo as primeiras páginas dos jornais, no «imaginário colectivo dos portugueses»

“Representa mais do que matas e eucaliptos a arder: O drama televisual dos incêndios de Verão, na sua essência, corporiza a lógica do sistema mediático de poder: o espectáculo da destruição, a impotência institucional, o *nonsense* da política. O poder simbólico do espectáculo dantesco das chamas de dezenas de metros de altura e da terra reduzida a cinzas é bem superior ao do das conferências de imprensa e dos planos de qualquer governo” (Ilharco, 2008, p.149).

Os incêndios florestais em Portugal são bastante numerosos sendo a catástrofe natural mais grave no nosso país. Existem três datas, principalmente, que nos marcaram pela negativa:

2003, 2005 e 2017. Em 2003, o país afetado por uma grande vaga de calor tirou a vida a 21 pessoas, “8 das quais eram bombeiros. Foi também o pior registo a nível de área ardida, quase 426 mil hectares (praticamente a área do Algarve). O Governo prometia na altura que a situação nunca mais se iria repetir” (Pedro Pinto no *Jornal das 8* no dia 23 de junho de 2017). Dois anos depois, 12 bombeiros perderam a vida e foi o pior ano em número de incêndios e também, obviamente, em consequências económicas para o país” (Pedro Pinto no *Jornal das 8* no dia 23 de junho de 2017). Nos anos seguintes o país continuou a registar um número consistente de incêndios assim como de hectares ardidos.

O fogo é um elemento que está bastante presente na nossa paisagem e de aí a evolução do interesse dos portugueses pela cobertura dos mesmos.

Em 2006 a RTP avançou com a criação de uma “auto-regulação das televisões na cobertura dos incêndios” (Lopes, 2007, p.4) como resultado da crítica pública que houve sobre a cobertura realizada de incêndios passados. A regulação intitulada “*guidelines RTP para cobertura de incêndios florestais*” tinha como objetivo controlar a cobertura que estava a ser feita até à data, caracterizada pelo especial foco ao dramatismo e às imagens da floresta em chamas. Neste sentido, alguns dos pontos apresentados por Lopes (2007, p.4), eram a procura de um maior rigor da informação transmitida onde a repetição de imagens deveria ser evitada, promover apenas diretos dos incêndios de maior gravidade e a necessidade de que os jornalistas fossem comedidos nas entrevistas aos cidadãos.

Apesar de ter sido polémico e, inclusive rejeitado pelos canais privados, veio reforçar o objetivo informativo do serviço público de televisão querendo diminuir um tratamento sensacionalista onde as imagens das chamas eram bastante recorrentes.

Um ano após os incêndios, foram analisadas todas as queixas que se expuseram ao Conselho Regulador da Entidade Reguladora para a Comunicação e aprovou-se um guia¹³ de boas práticas (com base do que já existe na legislação e no Código Deontológico dos jornalistas) com a finalidade de ajudar numa cobertura futura, com base nos princípios que regem a profissão do jornalismo.

Após os incêndios de 2018 pediu-se o fim da cobertura mediática ao que os membros do Conselho Regulador da Entidade Reguladora da Comunicação responderam negativamente

¹³ Consultar <https://www.jn.pt/infos/pdf/Guia.pdf>

já que não há que proibir ou limitar as notícias, mas sim seguir as “regras e os limites ético-jurídicos” (Jornal Público, 30 de outubro de 2017).

Em junho de 2017 Portugal esteve de luto, pois aconteceu uma das maiores tragédias do nosso país que tirou a vida a 66 pessoas. A partir do momento que se recebeu o alerta os jornalistas foram para o local, as televisões começaram a transmitir o acontecimento, havia notícias nas rádios, artigos na imprensa e na internet: O evento começou a ser mediatizado. A partir desse momento os *media* começam a moldar os acontecimentos, sendo que são a ponte de contacto entre o evento que está a ocorrer e os cidadãos que recebem as informações através de um meio.

Enquanto nos primórdios a realidade ambiental não era transmitida por inteiro através das televisões, pois havia uma omissão do estado real do nosso ambiente, após o 25 de abril a situação alterou-se, e desta forma, os cidadãos começaram a estar cientes da verdadeira situação do país.

A televisão não se mantém igual aos seus princípios, sendo que sofreu uma série de alterações que a modificaram. No tempo em que surgiu posicionou-se com uma comunicação pedagógica - onde a principal mensagem seria educativa, com programas de ensino que tinham foco na transmissão dos saberes –, mas que se transformou a partir dos anos 80, estando mais focada no entretenimento, abrindo assim espaço para uma televisão “amiga”, que começou a estar intimamente ligada ao espetador, ouvindo, assim, os nossos problemas.

Os noticiários, que são uma fonte importante de transmissão de informação, também se adaptaram segundo os seus critérios de seleção, para distinguir o que seria importante noticiar, e o que não, assumindo a imagem como uma fator crucial na transmissão de notícias, pois sem imagem não há novidade, já que não há nada para mostrar ao espetador. Com as alterações tecnológicas, os jornalistas adaptaram-se e as empresas apostaram no formato do direto. Uma técnica que mantém os seus prós e contras posto que se criou um sentimento de pertença com os cidadãos, pois conseguem acompanhar qualquer evento do mundo com a distância de um ecrã, mas também ocorrem vazios de informação aos quais se tem de ter uma especial atenção.

As catástrofes assumem um papel importante aos olhos dos *media*, visto que captam a atenção do telespetador com imagens sedutoras. As testemunhas tornam-se em fontes essenciais para a construção do acontecimento, e por esse motivo há que ter vários fatores em presentes, tais como o estado em que se encontra a pessoa a ser entrevistada, as perguntas realizadas e saber filtrar a informação. Em Portugal os incêndios são a catástrofe natural mais grave e os noticiários são preenchidos por notícias sobre os mesmos, caracterizados por diretos, testemunhos e imagens fortes.

Deste modo, uma vez finalizada a parte teórica do estudo, prossegue-se para a metodologia para dar resposta à análise empírica do estudo.

II. METODOLOGIA

2.1 Método: Análise de conteúdo

A metodologia apresentada tem como fim dar resposta a objetivos pessoais e académicos, assim como ajudar as organizações em futuras coberturas noticiosas compreendendo o que deve, e não deve ser relatado.

Este trabalho académico não tem um princípio crítico em assinalar o que falhou, mas apenas analisar os noticiários em horário nobre da RTP1 e da TVI de forma a estar mais ciente sobre o funcionamento do jornalismo televisivo e fazer uma análise comparativa com o maior número de informações possíveis.

Para iniciar este processo é necessário fazer uma «rotura» (Quivy e Campenhoudt, 2008) com os preconceitos possivelmente criados, de forma a iniciar a investigação sem ideias prévias. Para tal é necessário respeitar as etapas que os autores definem nesta primeira fase que são a construção da pergunta de partida, a exploração e a construção da problemática.

Para organizar o caminho metodológico teve-se como base a obra de Bardin (1997) que sustenta o método da «análise de conteúdo», definido pela autora como

“Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência¹⁴ de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (p.42).

Há três fases que caracterizam a análise de conteúdo: A «pré análise» que é a etapa na qual nos organizamos, esquematizamos as nossas ideias iniciais de forma a criar as hipóteses, se acharmos pertinente a existência das mesmas, objetivos e a criação de indicadores que nos vai ajudar a compreender o resultado final. A segunda fase é a «exploração do material» e a terceira fase está composta pelo «tratamento dos resultados» juntamente à «inferência» e à «interpretação» (Bardin, 1977, p.95).

Tendo a unidade de análise definida – as peças noticiosas – quando se analisa os documentos sob os quais se vai estudar - procedimento inserido na primeira fase - é importante constituir um «*corpus*», que a autora define como “o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (Bardin, 1977, p.96). Neste estudo o *corpus* é constituído pelas notícias transmitidas nos noticiários em horário *prime time*, pelos canais

¹⁴ Entenda-se *inferir* como “deduzir de maneira lógica” (Bardin, 1977, p.39)

televisivos RTP1 e TVI e a dimensão da amostra corresponde de 17 a 30 de junho de 2017. Primeiramente a análise era de 17 a 21 de junho, ou seja, finalizar com a extinção dos incêndios do estudo em questão, mas foi considerado pertinente perceber os resultados relativamente às consequências, ou seja, ao “pós incêndios” aumentando nove dias à análise temporal. Deste modo, com esta faixa temporal, é possível analisar o acontecimento, a causa do mesmo e as consequências.

Uma vez escolhido o objeto do estudo – os incêndios de Pedrógão Grande – procedeu-se à seleção do meio que se queria a analisar, neste caso a televisão, afinando a análise com os noticiários. Desta forma, escolheram-se dois canais: RTP1 e TVI. Primeiramente, a SIC também estava inserida no espectro de análise como um canal de estudo, no entanto, não foi possível devido a limitações na obtenção dos vídeos dos noticiários e procedeu-se a investigação com dois canais. A televisão, em Portugal, tem uma difusão em sinal aberto e gratuito e um mercado por subscrição que é difundida por cabo ou por satélite. Neste estudo contemplam-se os canais em sinal aberto onde se estuda um canal público, RTP1, e um canal privado, TVI. Desse modo, abordando dois canais generalistas queria compreender-se a conduta por parte dos mesmos na transmissão de peças sobre os incêndios de junho de 2017. Consideram-se dois canais generalistas já que o objetivo não é obter uma visão especializada dos acontecimentos, que é o que sucede com os canais que transmitem informação 24/24, como é o exemplo da RTP3 face ao *Telejornal* da RTP1 e a TVI 24 em relação ao *Jornal das 8* da TVI. Com princípios éticos a serem seguidos na programação tanto por um canal como outro pretende-se analisar e comparar a cobertura realizada.

Tendo a pergunta de partida desta investigação definida – “Como foram mediatizados os incêndios de junho de 2017?” – passa-se para a etapa seguinte constituída pela criação de categorias de análise de forma a podermos codificar e a tratar os resultados obtidos para conseguir conclusões.

Após alguma ponderação concluiu-se que nesta dissertação não haveria hipóteses sendo que “algumas análises efectuem-se «às cegas» e sem ideias pré-concebidas” (Bardin, 1977, p.98).

2.2 Processo de recolha de dados

As plataformas escolhidas para a recolha de dados são a RTP *play* e a TVI *player* que são páginas que fornecem os noticiários necessários para observar e analisar as peças noticiosas sendo possível preencher as informações precisas nas variáveis presentes do estudo. Para estruturar a análise de conteúdo joga-se relevante compreender, em primeiro lugar, a estrutura geral dos noticiários em análise. A abordagem dos noticiários não é uma novidade, sendo que é um tema bastante analisado, no entanto, o estudo sobre a cobertura dos incêndios de 2017 é um tema muito falado, mas pouco analisado em estudos científicos na área do jornalismo. Num segundo nível procede-se à análise das notícias, sendo que está limitado apenas àquelas que respondem à temática do estudo. A análise tem uma natureza quantitativa já que se pretende especificar o tempo dedicado a cada peça, aos atores presentes, às imagens e às temáticas.

Para iniciar o processo de análise há que identificar as unidades:

“O analista no seu trabalho de poda, é considerado como aquele que delimita as unidades de codificação, ou as de registo (...) podem ser a palavra, a frase, o minuto (...). Quando existe ambiguidade na referenciação do sentido dos elementos codificados, necessário é que se definam unidades de contexto, superiores à unidade de codificação” (Bardin, 1977, p.36).

Para a autora a codificação “é um processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exacta das características do conteúdo” (p.104) e compreende três caminhos que são o «recorte», ou seja, a escolha das unidades, a «enumeração» que é processo no qual se designa a regra de contagem e a «classificação» e «agregação» no qual se elegem as categorias.

Numa primeira fase, como já foi mencionado, procede-se à observação dos noticiários de um canal e outro para retirar os tempos necessários para dar resposta às diferentes unidades de registo e às respetivas categorias de maneira a poder transformar os valores obtidos. Ou seja, inicia-se o processo com o formato *hh:mm:ss* e após estarem todas as informações completas, transforma-se esse valor em números decimais para, posteriormente, ser possível ter um valor percentual e assim apresentar os gráficos na análise dos dados de maneira que os resultados obtidos sejam mais perceptíveis e que facilitem a compreensão do processo de comparação de um canal e outro.

2.3 Unidades de registro e categorias de análise

As peças noticiosas visionadas foram caracterizadas numa grelha de análise de conteúdo que contém diferentes unidades registro, ou seja, unidades de “significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial” (Bardin, 1977, p.104) sendo que estão caracterizadas por uma série de categorias¹⁵:

- Canal televisionado: Categoria que identifica o canal estudado.
- Data: Variável através da qual se identifica a data de exposição da peça jornalística.
- Duração: Variável que apresenta, com uma exatidão de horas, minutos e segundos, o tempo de duração da unidade de análise em estudo.
- Formato: Entende-se como a forma temporal que a peça está apresentada, se é diferido ou direto.

Por diferido percebemos todas as peças noticiosas que já foram elaboradas previamente, ou seja, gravadas e editadas e contabilizamos como formato direto as peças realizadas *in loco*.

Foi estabelecido a partir do momento no qual a tela se encontra nesse formato, por exemplo às vezes o/a pivô encontra-se no estúdio a falar e ao lado a imagem de introdução ao direto, a contabilização iniciou-se quando a imagem por inteiro é o jornalista no local.

- Posição da peça no alinhamento: Esta unidade corresponde à localização das peças no bloco informativo e está composta por diferentes categorias de análise:

Abertura – Primeiro diálogo feito pelo pivô sobre a temática dos incêndios.

Primeira parte – Primeira notícia sobre os incêndios até o intervalo.

Segunda parte – Notícias sobre os incêndios inseridas após o intervalo e até o final do noticiário.

Fecho - Último diálogo feito pelo pivô sobre os incêndios.

Última hora - Assuntos que não estão alocados no alinhamento, mas que devido à sua importância é merecida a interrupção.

¹⁵ Ver anexos com as categorias e os tempos obtidos

- Atores: As fontes têm um papel crucial na cobertura de notícias no geral, e se nos focarmos na cobertura de catástrofes ainda assumem uma maior importância, pois há ocasiões que apenas as fontes têm a informação do acontecimento.

Há diferentes lados da catástrofe e há diferentes testemunhos que assumem o protagonismo. Nesta categoria contabilizou-se apenas as pessoas que estavam, claramente, a falar para jornalistas, e inclusive os mesmos. Assim, as categorias de análise escolhidas para esta unidade são:

-Jornalistas

-Políticos

-Cidadãos

-Cidadãos exaltados: Pessoas que estão alteradas psicologicamente devido ao acontecimento e que é visível na sua postura corporal.

-Militares

-Corporações de bombeiros: Corpos relacionados com os bombeiros, assim como os próprios bombeiros, o Presidente da Liga de Bombeiros e o Presidente da Direção Associativa Humanitária de Bombeiros.

-Guarda Nacional Republicana (GNR)

-Agentes institucionais: Como o Instituto Português do Mar e da Atmosfera, Instituto de Conservação da Natureza, Médicos, Psicólogos...

-Proteção Civil

-Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia

- Imagens: Se a imagem sempre se destaca, em acontecimentos trágicos têm um papel superior, pois dá respostas assim que se liga a televisão e mesmo antes que os jornalistas comecem a falar. De forma a ter uma visão abrangente sobre esta unidade criaram-se diferentes categorias:

Imagens da floresta a arder, da floresta ardida, da floresta verde, das casas ardidas, do combate feito por cidadãos, combate feito pelos bombeiros, combate feito por meios aéreos, meios a prestarem auxílio, cidadãos e cidadãos exaltados, carros ardidos, a estrada nacional

236-1, políticos, Guarda Nacional Republicana (GNR), bombeiros, militares e corpos das pessoas que faleceram.

- Temas: Nesta última unidade de análise pretende-se investigar o discurso presente nas notícias – fazendo referência ao discurso como uma temática específica, pois não se procede à contagem de palavras - e assim compreender quais os assuntos essenciais nas peças dos incêndios presentes nos noticiários. Desta maneira as categorias estão divididas em seis grupos.

-Fogos:

- Dimensão: Frente ativas, como é que o fogo está a ser controlado, reativações...
- Combate às chamas: Por parte dos bombeiros, militares, meios aéreos e ajudas ao combate provenientes de outros países
- Combate feito por cidadãos: População a apagar o fogo
- Impacto na área: Hectares ardidos, impacto na floresta...
- Impacto nas casas: Casas ardidas, barracões, fábricas...
- Populações afetadas: População que teve de ser socorrida, trasladada...

-Condições climatéricas: Todas as condições que ajudaram a perceber o fenómeno e que incidiram no mesmo.

-Acidentes, feridos e vítimas mortais: Pessoas afetadas pelos incêndios.

-Prevenção: Medidas aplicadas no momento do desastre e discurso sobre prevenção de incêndios.

-Emoções

- Negativas
- Chorar: Pessoas que foram entrevistadas que se encontram a chorar ou quase sem voz
- Gritar: Pessoas que estão a gritar ou visivelmente em desespero

-Consequências

- Consequências políticas
- Apoio psicológico

- Ajudas: Alimentares, de bens materiais e de saúde
- Ajudas financeiras
- Falhas: Direcionadas a diferentes entidades como os bombeiros, os políticos, a polícia, mas também a questões relacionadas com a falta de limpeza das florestas, o problema que houve nas comunicações, etc.
- Destruição
- Prejuízos

III. APRESENTAÇÃO DE DADOS

“Não é preciso ir para a guerra, para ver a guerra”

(Miranda, 2018)

Estamos em 2019 e se recuarmos dois anos dir-se-ia que os portugueses (e talvez pessoas de outros países) saberiam o que marcou o ano de 2017 em Portugal, em concreto o mês de junho. Do desconhecido, passou-se ao, infelizmente, conhecido. Até à tarde de 17 de junho de 2017 talvez pouco se tinha falado sobre Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Castanheira de Pera que constitui parte do «interior esquecido»¹⁶. Falo por mim e não sei se é devido à minha idade, mas nada sabia destas três localidades. Sabia que eram no norte do país, mas pouco mais. E acredito que como eu, esta opinião fosse partilhada por mais pessoas. No entanto, já não esqueço estes três lugares, que mesmo não me dizendo nada - no sentido de não ser de lá e nem ter familiares – diz-me tanto, diz-nos tanto a todos os que somos portugueses e com tanta ansiedade vivemos a semana de junho de 2017. O que através dos meus olhos parecia um incêndio que rapidamente iria ser controlado perdurou uma semana e tornou-se numa das maiores tragédias do nosso país.

O que começou por ser um pânico destas vilas do distrito de Leiria onde estavam a acontecer os incêndios, rapidamente, quando os meios de comunicação chegaram aos locais e começaram as transmissões em tempo real, se tornou o alarme de todos os que estavam a acompanhar à distância de um dos meios, já fosse pela imprensa, pela rádio ou pela televisão: O acontecimento começou a ser mediatizado. A televisão, nesse momento, torna-se nos nossos olhos, nos olhos de cada um dos espetadores que vivencia o evento como se estivesse no local. Assim, a televisão assume um papel a três níveis: O primeiro que é o «nível da emissão», o segundo é o «nível da receção» e o terceiro relaciona-se com o «nível do poder» (Torres, 2006, p.38). Ou seja, a televisão noticia o acontecimento que é televisionado pelo espetador, que assume a televisão como a principal fonte de informação, e o terceiro nível relacionado com a ação na crise trágica.

Portugal sofreu uma reviravolta e os portugueses sofreram o que estava a acontecer ao país. Os *media* exerceram a sua função, assim, escreveram-se artigos sobre o que era inadequado

¹⁶ Expressão utilizada pela jornalista Patrícia Carvalho no *podcast* “Incêndios: Regressar para contar histórias de resistência”

e o que podia melhorar. E hoje o que se diz? “Não podemos, agora, esquecer-nos do que aconteceu (...) e arrumar lá num cantinho atrás” (Carvalho, 2018).¹⁷

Segundo Torres (2006), “por intervenção da televisão, a tragédia transforma-se em evento nacional formador de uma comunidade instantânea, ou revivifica nos indivíduos a qualidade de pertença a uma comunidade” (p. 38).

Portugal acordou a arder e os portugueses também: A arder de impotência, de sabermos que isto, possivelmente, iria acontecer e que nada fizemos para evitar. As páginas dos jornais eram todas semelhantes, os incêndios ocupavam as notícias da rádio e o pequeno ecrã encontrava-se destacado pela cor alaranjada. No entanto, queríamos saber mais, queríamos mais informações, queríamos mais atualizações, necessitávamos organizar o excesso de comunicação. Queríamos que a tragédia estivesse a ser incessantemente mediatizada até acabar.

Nesta seção apresenta-se a análise referente aos dados recolhidos das peças noticiosas dos incêndios de junho de 2017 presentes no *Telejornal* e no *Jornal das 8*, no período de 17 a 30 da data supracitada. Após a recolha de informação das 270 peças analisadas, - 105 da RTP1 e 165 da TVI - dos 28 noticiários visionados procedeu-se a uma recolha dos dados em formato *hh:mm:ss* e posteriormente à constituição de gráficos para fazer uma análise comparativa. Os dados estão apresentados consoante as unidades de registo e as respetivas categorias de análise.

¹⁷ Ouvir <https://soundcloud.com/publico-980450019/com-tempo-alma-incendios-patricia-carvalho-adriano-miranda>

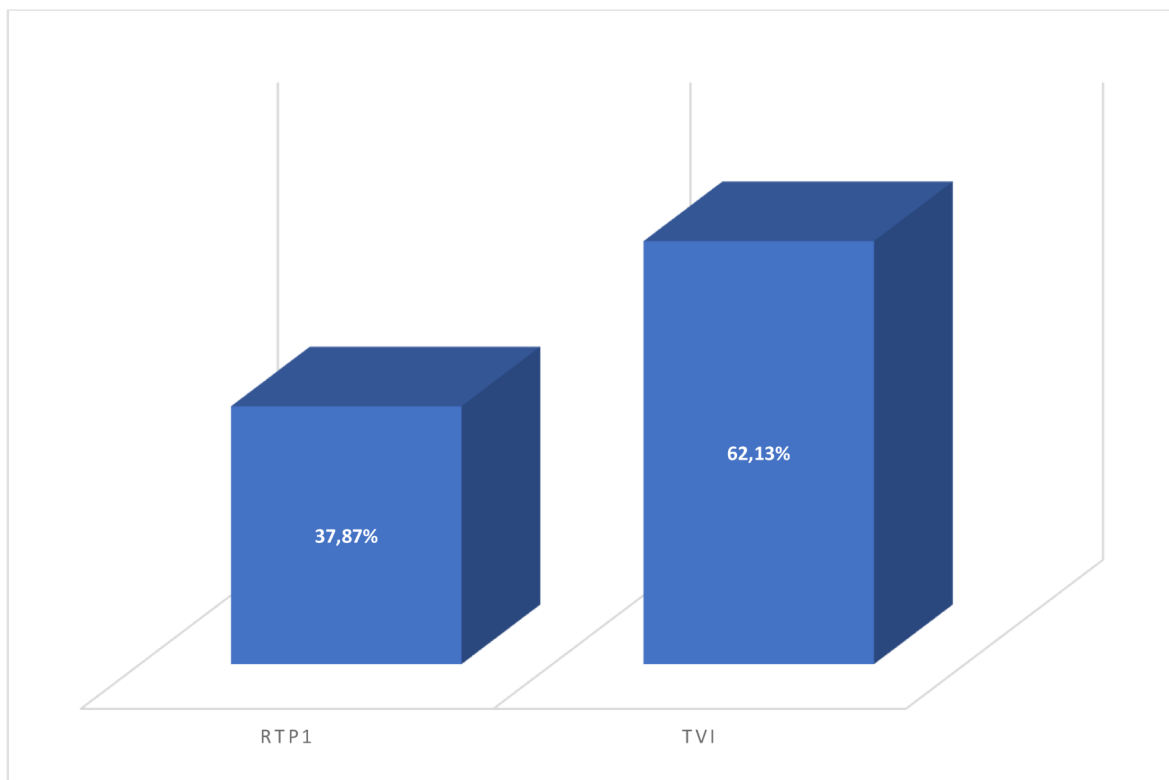


Gráfico 1- Tempo dedicado a peças noticiosas sobre os incêndios de 2017 nos noticiários da RTP1 e da TVI

Do tempo total dos noticiários, a RTP1 dedicou 6 horas, 21 minutos e 26 segundos (37,87%) do noticiário a peças sobre a cobertura dos incêndios e a TVI dedicou um total de 10 horas, 25 minutos e 47 segundos (62,13%). Para estes valores contabilizou-se a soma dos valores da categoria “Posição da peça no alinhamento dos noticiários”, já que na unidade do “Formato” não se assumiu o tempo do jornalista apresentador ou os entrevistados que se encontravam em estúdio.

3.1 Análise do Formato das peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1 e da TVI

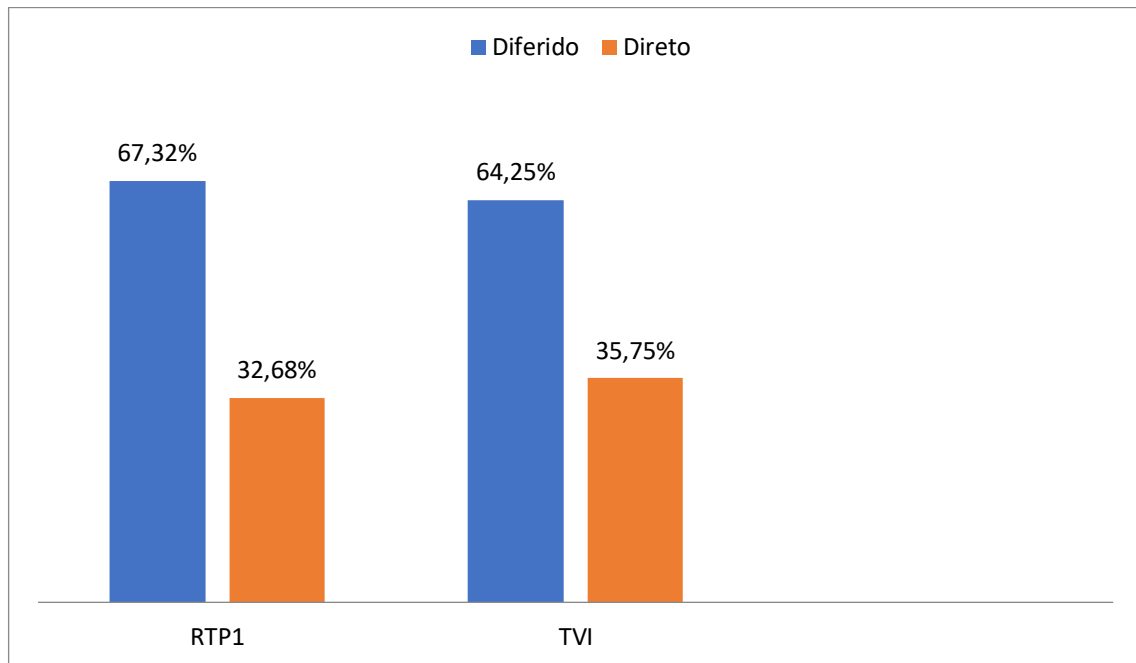


Gráfico 2 – Formato das peças noticiosas sobre os incêndios de junho de 2017 nos noticiários da RTP1 e TVI

Do tempo total das peças destinadas à cobertura dos incêndios, a RTP1 apresentou 3 horas e 27 minutos em formato diferido (67,32%) e 1 hora, 40 minutos e 28 segundos em direto (32,68%). Na TVI 5 horas, 31 minutos e 55 segundos foram em diferido (64,25%) e 3 horas, 4 minutos e 41 segundos em direto (35,75%).

Ainda que esta análise se debruce na cobertura direta dos incêndios, também se considerou no formato o tempo dedicado às emissões sobre o concerto solidário que se realizou para a angariação de dinheiro já que é uma efeméride do acontecimento. Foi contabilizado nas unidades de registo do formato e do alinhamento, mas não como os atores, imagens e discurso pois a grande maioria do tempo é dedicado aos jornalistas e aí estaria a transformar os valores, pois os obtidos referem-se aos profissionais que se encontraram *in situ* do acontecimento. A RTP1 dedicou 12 minutos e 59 segundos a notícias sobre o concerto e a TVI 34 minutos e 57 segundos.

Após a tragédia seguiram-se ações de solidariedade com um especial destaque na realização do Concerto Solidário “Juntos por todos” que foi transmitido em direto pelos três canais de sinal aberto (RTP1, SIC e TVI). “O evento atingiu uma audiência média de 867 mil telespectadores na média entre as estações, mas foi através da TVI que grande parte dos telespectadores optou por assistir ao concerto de recolha de fundos a favor das vítimas dos incêndios¹⁸”.

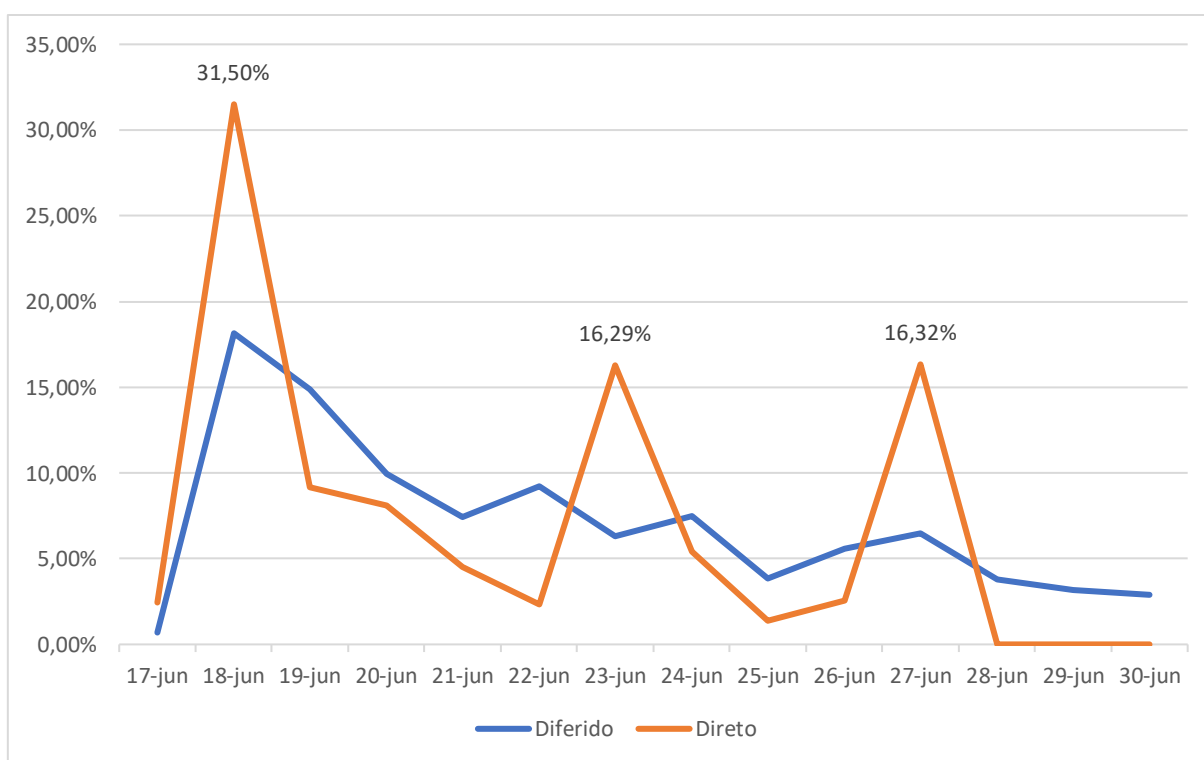


Gráfico 3 – Formato diário das peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1

¹⁸ Consultar <https://www.meiosepublicidade.pt/2017/07/as-audiencias-tv-junho/>

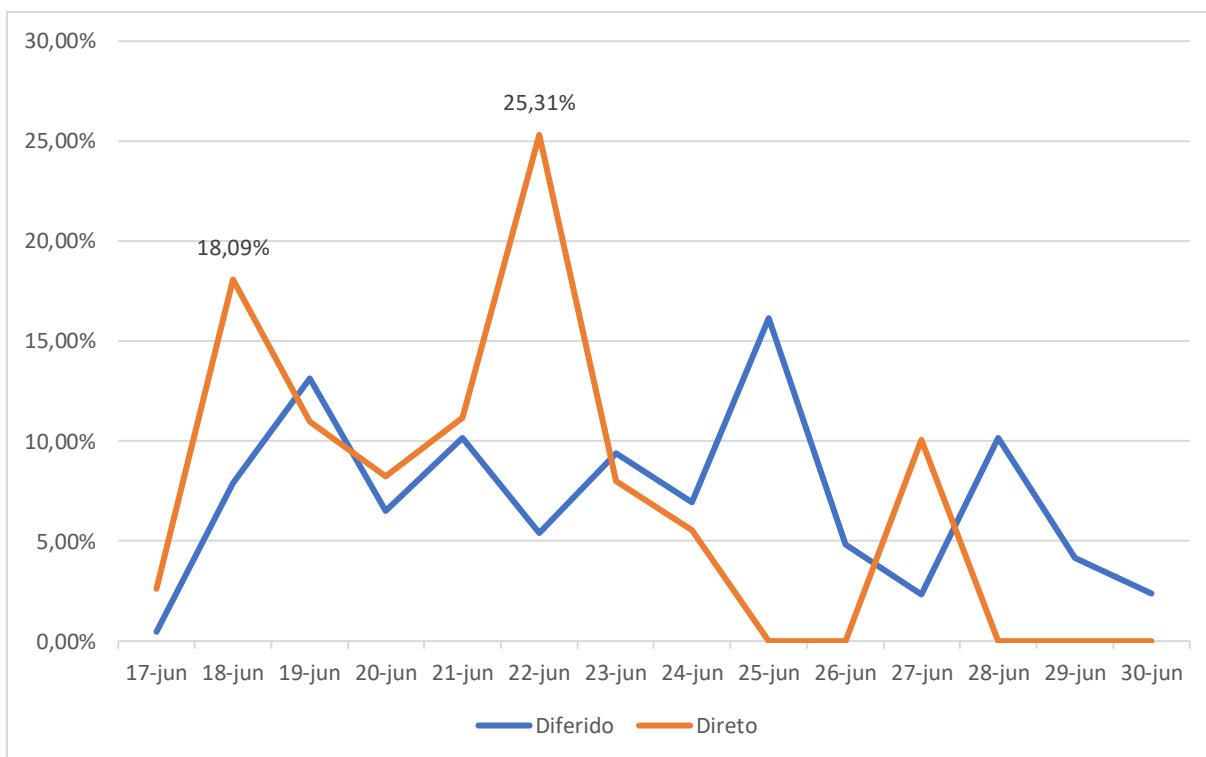


Gráfico 4 - Formato diário das peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da TVI

Ao observar os Formatos diários por canal percebemos que a RTP1 mantém três pontos, no formato de direto, onde a percentagem com um valor mais alto se destaca ao longo dos dias, sendo que a TVI apresenta dois. Ambos canais apresentam um valor alto no dia 18 de junho, que é o segundo dia do acontecimento que esteve caracterizado pelo aumento de informações sobre o mesmo. Neste dia ambos noticiários apresentaram declarações de Constança Urbano de Sousa (Ministra da Administração Interna na altura), os jornalistas a prestarem informações sobre a dimensão do incêndio e do ponto de situação, a forma como o combate estava a ser feito – tanto o número de operacionais no local como o combate feito pela população – entre outros aspetos relevantes sobre a tragédia.

O noticiário de dia 22 de junho, destacado pelo direto (25,31%) na TVI, esteve caracterizado por duas entrevistas, uma com Jaime Marta Soares (Presidente da Liga dos Bombeiros) e outra com um senhor cuja fábrica, da qual era proprietário, ardeu por completo.

O segundo ponto de destaque na RTP1 é a percentagem de 16,29 no dia 23 de junho também devido a uma entrevista, mas esta com Valdemar Alves (Presidente da Câmara Municipal de Pedrógão Grande).

No dia 27 de junho, ambos canais realizaram diretos, sobre o concerto, desde o *Altice Arena* (*Meo Arena* no momento) sendo esse o motivo pelo qual o direto apresenta um valor superior.

Ainda que o formato de diferido apresente uma maior fatia percentual, “numa narrativa imprevista, como é a tragédia televisiva, o tempo presente «acontece» à frente do espectador em direto, sem argumento definitivo, sem planificação, criando uma tensão própria única” (Torres, 2006, p. 51).

3.2 Análise da Posição das peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande no alinhamento dos noticiários da RTP1 e da TVI

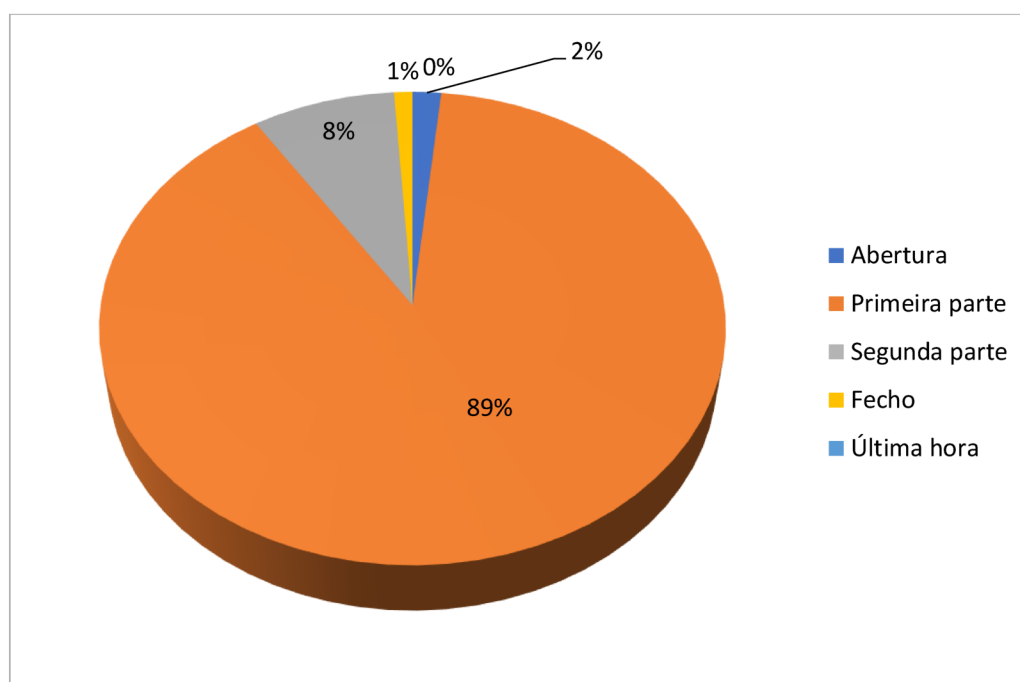


Gráfico 5 - Os incêndios de Pedrógão Grande na posição da peça do alinhamento dos noticiários da RTP1

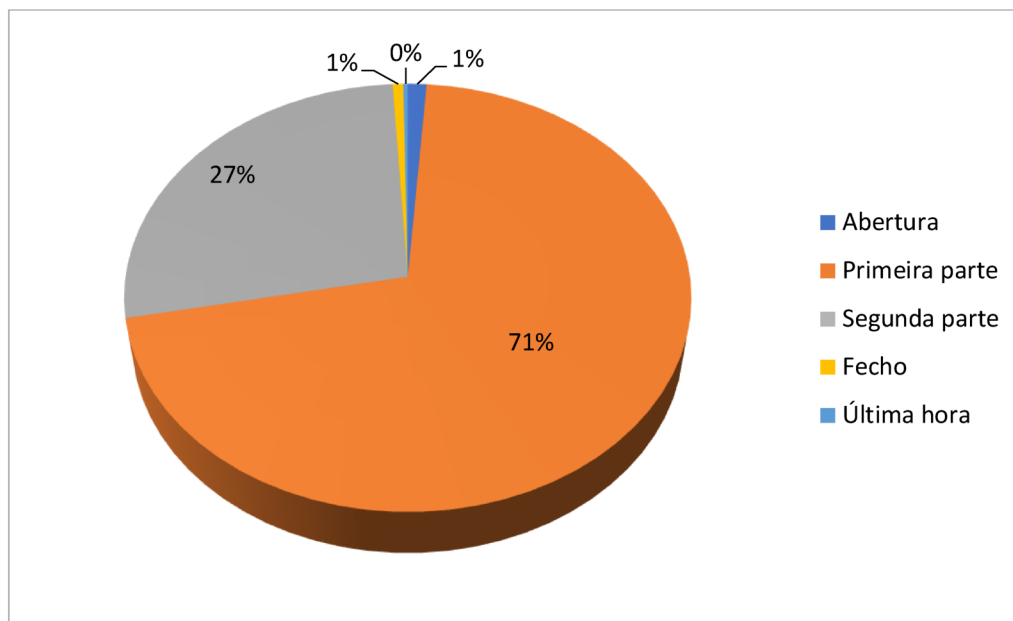


Gráfico 6 - Os incêndios de Pedrógão Grande na posição da peça do alinhamento dos noticiários da TVI

Em termos de análise da Posição da peça no alinhamento dos noticiários na RTP1 a abertura somou um total de 6 minutos e 11 segundos (1,62%), a primeira parte 5 horas, 40 minutos e 21 segundos (89,23%), a segunda parte 30 minutos e 56 segundos (8,11%) e o fecho 3 minutos e 58 minutos (1,04%).

A TVI contabilizou 7 minutos e 20 segundos na abertura (1,17%), 7 horas, 22 minutos e 47 segundos na primeira parte (70,76%), 2 horas, 49 minutos e 44 segundos na segunda parte (27,12%), 4 minutos e 10 segundos no fecho (0,67%), e finalmente, 1 minuto e 46 segundos como última hora (0,28%).

Em ambos canais, o valor maioritário é alcançado na primeira e na segunda parte, sendo que na TVI a diferença é notória na segunda parte que se deve ao facto do noticiário do canal privado ter uma maior duração do que o de serviço público. Ainda que a percentagem de notícia de abertura seja menor em relação aos outros valores – 2% na RTP1 e 1% na TVI – e importante compreender que este valor é menor devido aos termos comparativos, porque se nos debruçarmos apenas sobre a notícia de abertura conclui-se que de 14 noticiários por canal, a maioria iniciou com a notícia sobre o incêndio de Pedrógão Grande. Na RTP1 o tópico foi abertura em todos os dias à exceção de dia 25, 29 e 30 de junho e na TVI foi abertura em todos os dias da análise, excluindo os dias 29 e 30 de junho. Os dois últimos de

dia de estudo coincidem em ambos canais, pois o incêndio já tinha sido extinto e já se comentaram as consequências, mas o dia 25 na RTP1 foi devido à abertura do *Telejornal* também com uma notícia sobre um incêndio, mas em Espanha.

O fecho como posição da peça teve destaque na TVI, onde 6 noticiários fecharam com a temática do incêndio em Pedrógão Grande, já na RTP1 foi apenas um dia, a 18 de junho. Em relação à posição da peça como notícia de última hora foi apenas registado quando a peça que estava no ar foi alterada, e não como texto nos noticiários. Aconteceu, meramente, na TVI nos dias 23 de junho - no qual o pivô informou que avançou “para uma notícia de última hora e que tem precisamente a ver com uma das perguntas que o Primeiro-ministro tinha feito às autoridades. A Autoridade Nacional da Proteção Civil assume falhas na rede SIRESP entre sábado e terça-feira no combate ao incêndio de Pedrógão Grande” (*Jornal das 8 a 23 de junho*) - e 26 de junho, sobre o Ministério da Administração que “determinou a realização de duas auditorias ao SIRESP” (*Jornal das 8 a 26 de junho*).

3.3 Análise dos Atores presentes nas peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1 e da TVI

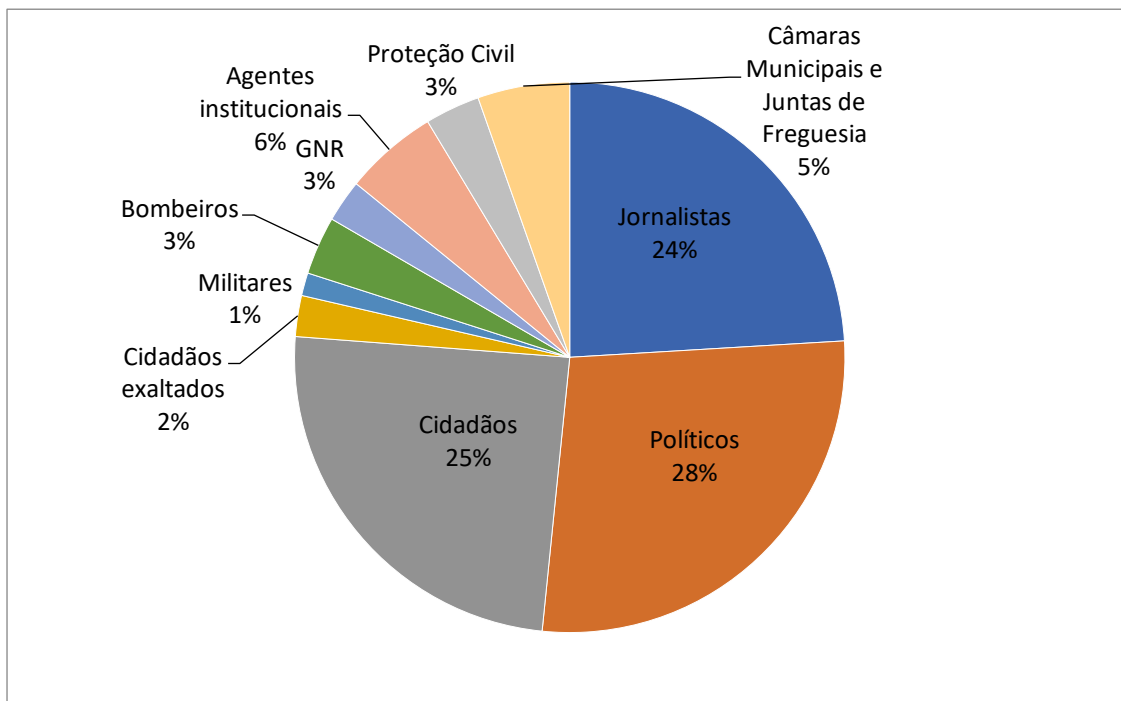


Gráfico 7 - Atores presentes na cobertura dos incêndios de Pedrógão Grande no Telejornal

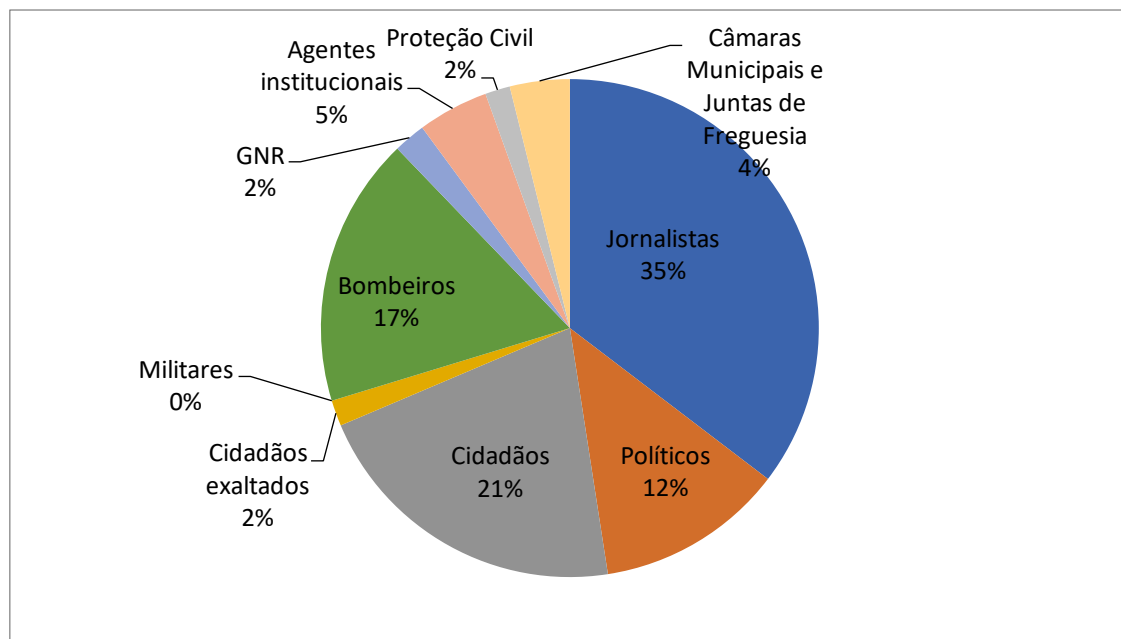


Gráfico 8 - Atores presentes na cobertura dos incêndios de Pedrógão Grande no Jornal das 8

Nesta unidade de registo o objetivo é compreender que figuras assumem um maior destaque nas peças noticiosas. Esta unidade foi dividida em diversas categorias de forma a perceber, da maneira mais abrangente possível, os atores que estiveram envolvidos nos diferentes relatos das notícias sobre os incêndios nas datas de estudo.

A convergência das fontes é um aspeto bastante importante sendo que “quando uma informação é narrada nos mesmos termos por vários testemunhos ou documentos, oriundos de pessoas diferentes, sem qualquer relação entre elas, esta informação é, evidentemente, mais credível que se for relatada apenas por uma única fonte ou fontes com estreitos contactos” (Jespers, 1998, p.34).

Enquanto na RTP1 $\frac{3}{4}$ do gráfico são compostos por três categorias de atores que apresentam quase a mesma percentagem, na TVI o primeiro lugar tem um claro destaque. A primeira conclusão, que é facilmente visível, é que os atores que têm um maior destaque nas peças de ambos noticiários são os jornalistas (com 24% e 35% respetivamente) e os cidadãos (com 25% e 21%).

O jornalista é considerado como “uma presença constante nos ecrãs, seja como apresentador das notícias em estúdio, seja como repórter no local” (Torres, 2006, p.162), neste caso foi, apenas, considerado o jornalista que se encontrava no sítio do acontecimento. Como afirma Torres (2006) “os jornalistas, repórteres e apresentadores, são personagens dentro de outra personagem: a própria televisão” (p.165).

No entanto, ao passo que na RTP1 os políticos assumem uma grande fatia da percentagem com 28%, na TVI o terceiro lugar é substituído pelos bombeiros com um 17% e os políticos, de seguida, apresentam uma percentagem de 12.

“O estado físico e mental da testemunha, suas características pessoais: os relatos de pessoas mental ou emocionalmente abaladas, de pessoas com perturbações da visão ou da audição, ou atingidas pela velhice, etc., devem ser evidentemente afastadas (Jespers, 1998, p. 35), mas é possível observar que a categoria sobre os cidadãos exaltados apresenta um 2%, que é idêntico em ambos canais. Este valor, que constitui um total de 3 minutos e 19 segundos na RTP1 e 4 minutos na TVI, é importante porque faz perceber que o drama está presente no discurso das pessoas que foram entrevistadas.

3.4 Análise das Imagens presentes nas peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1 e da TVI

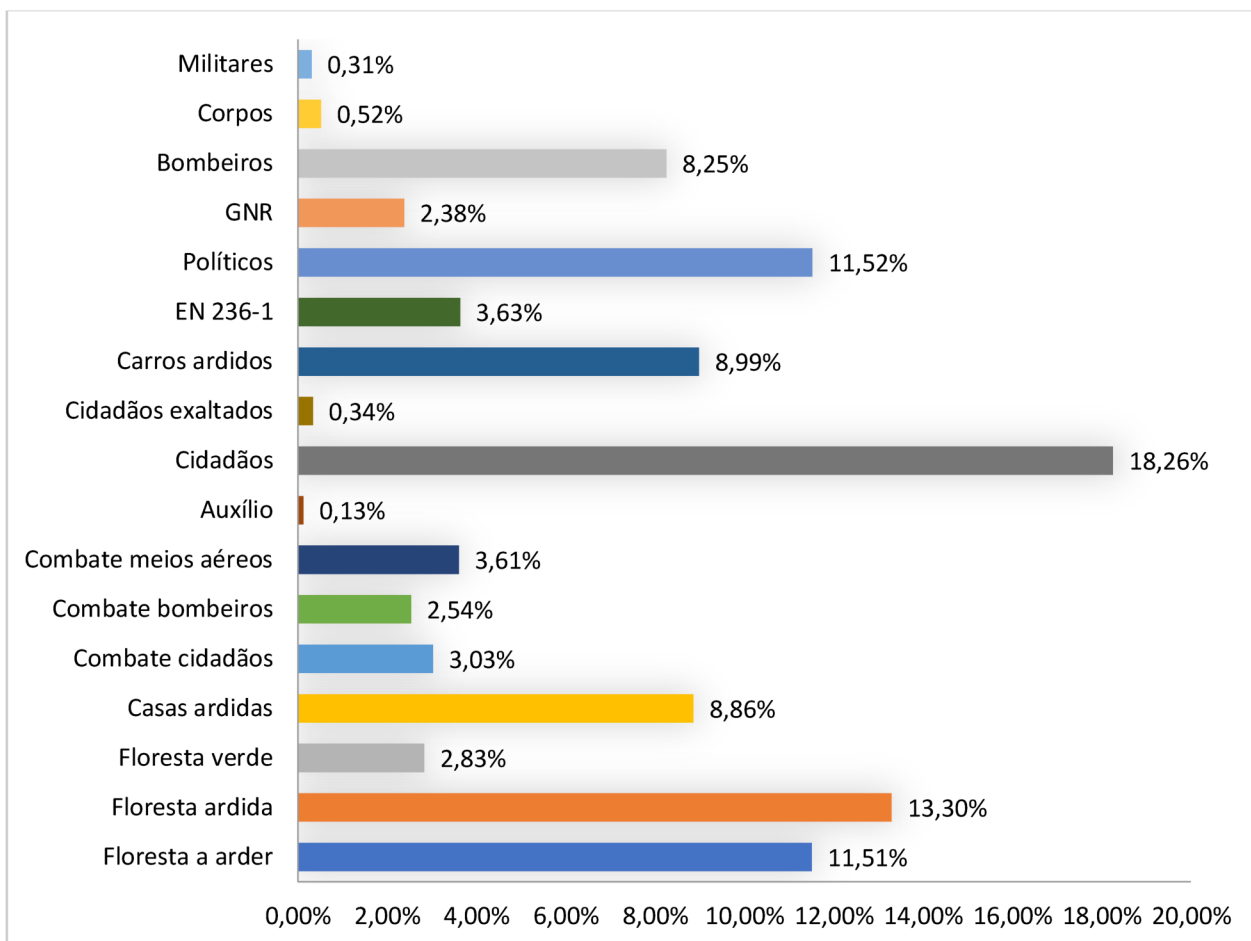


Gráfico 9 - Imagens presentes nas peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande os noticiários da RTP1

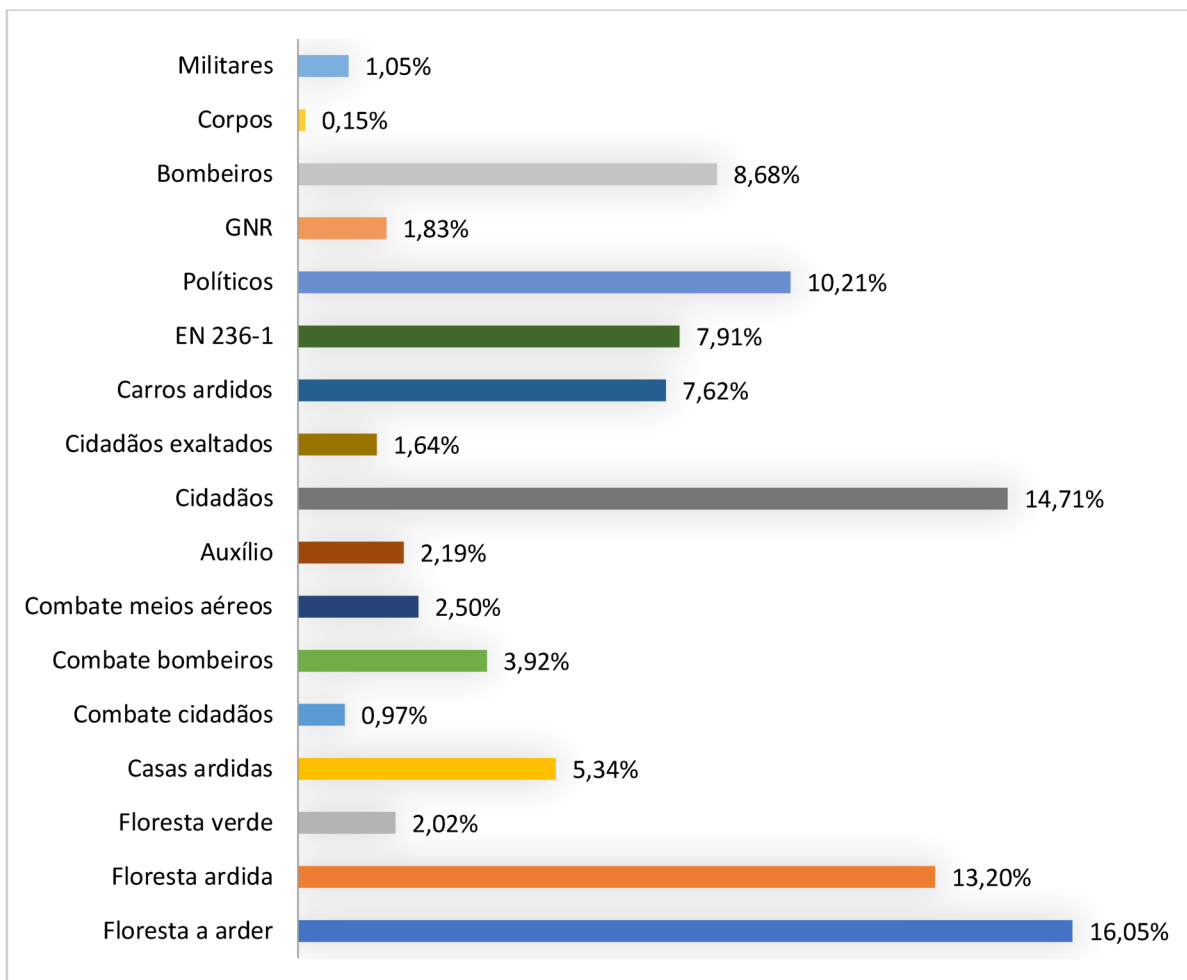


Gráfico 10 - Imagens presentes nas peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da TVI

Não é a imagem o que nos prende à televisão? Como afirma Santiago (2006), “há mesmo quem faça *zapping* na procura frenética de uma imagem mais forte” (p.78). A imagem, que se mantém como um grande isco que nos seduz, é um dos fatores que determina as audiências e o aumento das mesmas.

Como afirma Jaspers (1998)

“A televisão pode explicar, fazer partilhar, fazer sonhar, sensibilizar, chocar, suscitar a reflexão, a adesão ou a rejeição, anestesiá-la ou excitá-la, mas ela faz tudo isso mostrando imagens, e fazendo ouvir sons concomitantes com a imagem. Por outras palavras, a televisão tem a propriedade de transformar qualquer realidade, qualquer conceito ou discurso em espetáculo” (p.68).

Ao observar os Gráficos 8 e 9 percebemos que os quatro primeiros lugares são ocupados pelas mesmas imagens, apenas se posicionam de forma diferente. Na RTP1 têm destaque as imagens dos cidadãos, enquanto na TVI o primeiro lugar é ocupado pelas imagens da floresta

a arder. No serviço público o segundo lugar é a representação da floresta ardida, sendo que na televisão privada são os cidadãos. Em terceiro e quarto lugar permanecem os políticos e a floresta a arder na RTP1 e nos noticiários da TVI sobressaem as imagens da floresta ardida e os políticos.

Ao fazer uma análise diária compreendemos o porquê dos valores abaixo mostrados. No primeiro dia, quando o incêndio teve início e começou a ser noticiado por ambos canais, as peças destacaram-se pelas imagens da floresta a arder. No dia 18 de junho a RTP1 dedicou mais tempo a imagens de cidadãos e dos carros ardidos enquanto a TVI apresentou imagens da floresta a arder e da EN 236-1, evidenciando que foi neste dia que o tempo de exibição de imagens da estrada foi maior, totalizando 8 minutos e 30 segundos, já que foi no dia seguinte ao deflagro do acontecimento e os jornalistas deram atenção ao facto de muitas mortes terem ocorrido neste local enquanto as pessoas tentavam fugir. No dia 19 de junho a maioria em ambos canais difere, enquanto na RTP1 há mais imagens dos cidadãos e da floresta ardida, na TVI destacam as imagens da floresta a arder e dos políticos. Nos dias 20 e 21 de junho a imagem de bombeiros evidenciou-se, o que se deveu a dois motivos: O primeiro, e principal, foi a morte de um bombeiro e o segundo pelo facto de que no dia 21 de junho o fogo de Pedrógão Grande foi dado como dominado. De 22 a 27 de junho ambos canais mostraram imagens através das quais é visível a destruição das casas e o estado no qual ficou a floresta, o que transmite em formato de imagem as consequências deixadas pelo fogo.

Os últimos dias de análise estiveram evidenciados por imagens com políticos visto que os noticiários também dedicaram algum tempo à transmissão das sequelas e de tudo o que falhou.

Ainda que esta unidade de registo tenha diferentes categorias, as mesmas podem ser agrupadas. As diferentes associações são o combate (constituído pelo combate aéreo, por parte dos bombeiros e pelos próprios cidadãos, assim como o auxílio prestado pelos meios), outro grupo são as forças envolvidas (tais como a GNR, os bombeiros, os militares e os políticos), os cidadãos e os que se encontravam exaltados, o estado da floresta (verde, ardida e a arder), a estrada nacional 236-1 (apresentada como EN 236-1) – achou-se relevante devido à mediatização que teve - as consequências dos bens (principalmente os carros e casas ardidas), e, por último, os corpos das pessoas que faleceram.

O primeiro grupo, caracterizado pelo combate, apresenta um total de 9,18% no serviço público e 7,39% no canal privado.

O segundo grupo, composto pelas forças, somam um total de 10,94% na RTP1 e 11,56% na TVI. O *Jornal das 8* apresentou um maior tempo de imagens dos meios a prestarem auxílio do que o *Telejornal*.

Relativamente às imagens dos cidadãos, ainda que a RTP1 exponha um valor de 18,26%, que é superior ao da TVI, o canal privado dedicou mais tempo a imagens de cidadãos exaltados do que o canal de serviço público.

Notando o grupo sobre o estado da floresta, a TVI posiciona-se com um 31,27%, ou seja, uma percentagem maior que a da RTP1, mas deve-se ao facto de ter transmitido muitas imagens da floresta a arder.

A estrada nacional 231-1 também teve bastante relevância na transmissão de imagens posicionando-se no gráfico com um 3,63% no *Telejornal* e um 7,91% no *Jornal das 8*.

Ao observar o aspeto relacionado com as consequências, onde é visível o estado dos bens, ou seja, das casas e dos carros arditos, a RTP1 apresenta um total de 17,85% em relação aos 12,96% da TVI.

Ainda que com uma percentagem baixa em relação às categorias de análise desta unidade de registo encontram-se os corpos, ou seja, a aparição de cadáveres nos noticiários. Na RTP1 ocupou um tempo de 37 segundos e na TVI de 11 segundos. Segundo Torres (2006), “a morte é o núcleo da tragédia televisiva. Sem a morte não haveria tragédia televisiva. A necessidade de a morte se confirmar com a recuperação dos cadáveres é essencial em casos de eventos trágicos” (p.125). Ainda que os resultados da RTP1 apresentem um maior tempo de imagens com corpos tapados, a maior parte do tempo desta categoria na TVI ocorreu no dia 18 de junho na reportagem que detonou em mais de cem participações à Entidade Reguladora da Comunicação Social.

Se por um lado, existe uma posição jornalística em “ter de mostrar” e retratar a realidade tal como é, por outro lado, existe uma posição dos cidadãos em sentir agonia de ver o destino de qualquer ser humano retratado tão friamente na televisão. Não é suficiente ver o nosso país em chamas e as nossas florestas destruídas? Não simbolizam essas imagens as vidas que foram levadas das pessoas que sofreram esta tragédia? Ou Santiago (2006) tem razão

quando afirma que “deixou de haver pudor, respeito e dignidade” onde “tudo vale para vender” (p.77)?

Em situações de catástrofes “a escolha das imagens, dos testemunhos e dos comentários pode influenciar negativamente a visão dos factos que será gravada no espírito do público, e por vezes da maneira definitiva” (Jespers, 1998, p.66).

Em termos de número de imagens, podemos concluir que ambos canais alimentaram a receita do sensacionalismo. A RTP1 exibindo um maior número de imagens de carros queimados, casas ardidadas e corpos e a TVI mostrando imagens da floresta em chamas, a EN 231-1 e cidadãos exaltados.

3.5. Análise dos Temas presentes nas peças sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1 e da TVI

Nesta categoria procede-se à análise dos temas, que estão agrupados em diferentes categorias. O primeiro grupo está caracterizado pelos fogos, o segundo pelas condições climáticas juntamente¹⁹ à prevenção e os acidentes, feridos e vítimas mortais, o terceiro grupo está constituído pelas emoções e por último as consequências.

Não se efetuou a categorização por palavra, mas sim pelo contexto apresentado, já seja a linguagem do jornalista pivô, pelo repórter, pela voz *off*, pelo discurso em entrevistas e por outras figuras presentes nos diálogos nos noticiários. O aspeto crucial nesta categorização é compreender que tema recebia uma maior valorização.

¹⁹ A criação de um gráfico em conjunto foi apenas para facilitar em termos visuais, de forma a não haver um número excessivo de representações de dados

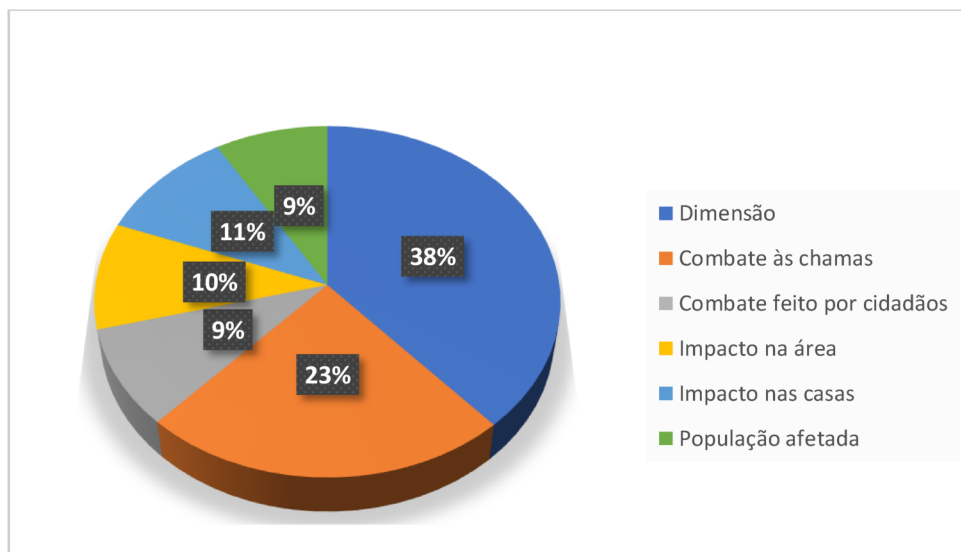


Gráfico 11 - Análise do tema *fogos* nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1

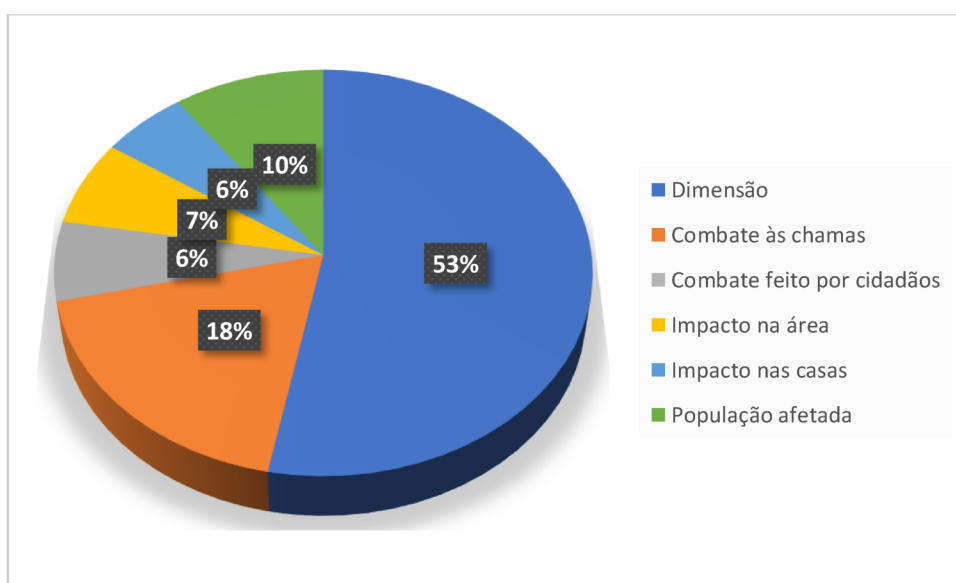


Gráfico 12 - Análise do tema *fogos* nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1

No primeiro grupo ambos canais dedicaram bastante tempo à dimensão dos incêndios, se bem que a diferença é notória na TVI, atribuindo mais de metade da percentagem do gráfico. O valor apresentado é o tempo que os jornalistas dedicaram a explicar a situação em que se encontravam os fogos, quais as frentes ativas e inativas, a extinção, os reacendimentos... Explicações como “nesta altura estamos na frente de fogo, uma das frentes entre Ansião e Figueiró. Neste momento é incontável este fogo” (*Jornal das 8 a 18 de junho*) eram recorrentes já que havia uma explicação contínua do estado do incêndios. Sendo os adjetivos

uma medida de análise num discurso é importante explicar exemplos que demonstrem, tal como a referência dos jornalistas ao incêndio como um inferno (*Jornal das 8 a 17 de junho*) como um incêndio assassino (*Telejornal a 19 de junho*) e que estava caracterizado por chamas que engoliram (*Telejornal a 17 de junho*). O fogo foi caracterizado como monstruoso, dando “muitas dores de cabeça a estes operacionais” (*Jornal das 8 a 18 de junho*).

O combate às chamas ocupou o segundo lugar em ambos canais sendo que neste grupo o discurso esteve bastante direcionado no número de bombeiros que se encontravam no combate e nas longas horas que estavam a enfrentar os fogos. “Temos 834 operacionais no terreno, 258 viaturas” (*Telejornal a 18 de junho*), “Aqui estão os bombeiros de Ansião que já entraram, recuaram, voltaram a entrar para combater o fogo que já esteve onde nós nos encontramos que já recuou, voltou novamente” (*Jornal das 8 a 18 de junho*).

O terceiro lugar difere pois, a RTP1 focou-se mais no impacto do fogo nas casas “Aquela casa além ardeu toda” (*Telejornal a 18 de junho*), “assim é de facto os habitantes desta localidade [Figueiró do Vinhos] têm feito o possível e o impossível por salvar estas habitações” (*Telejornal a 18 de junho*) e a TVI na população que foi afetada pelos incêndios. “Tendo em conta que são 13 mil os habitante desta localidade [Ansião], que muito provavelmente terá de ser evacuada” (*Jornal das 8 a 18 de junho*), “Aqui ao lado (...) nas proximidades de Góis, há uma aldeia cujas populações estão a ser retiradas das suas casas. Há uma efetiva ameaça de fogo” (*Jornal das 8 a 18 de junho*).

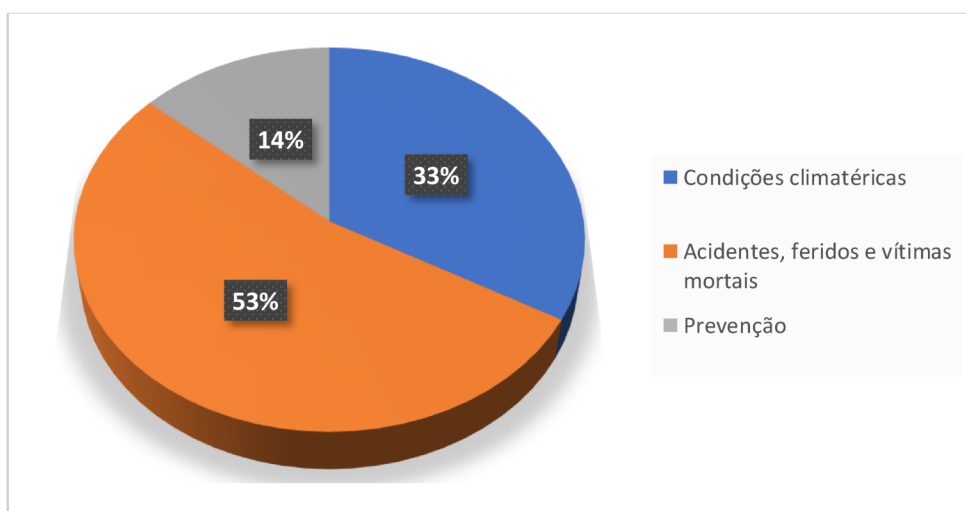


Gráfico 13 - Análise de diferentes temas nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1

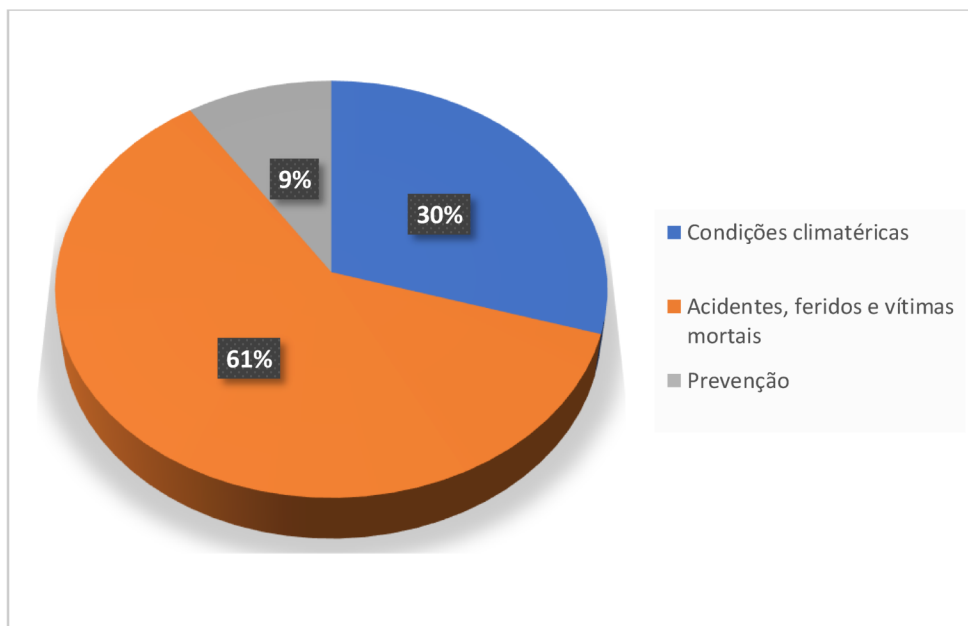


Gráfico 14 - Análise de diferentes temas nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da TVI

No segundo grupo de categorias, os canais mantêm o mesmo tempo para as três classes, notando que os acidentes, os feridos e as vítimas mortais tiveram um papel essencial no discurso. O tema da primeira subcategoria esteve caracterizado pela constante atualização do número de feridos e vítimas mortais, tanto pelos pivôs como pelos repórteres. “O número cresceu, quase, hora a hora. 39 vítimas mortais. Neste momento são 43. O número de mortos aumentou para 57. Estamos com 62 mortos” (*Telejornal* a 18 de junho), “Este incêndio em Pedrógão Grande realmente é o que mais vítimas mortais provocou desde que há memória em Portugal” (*Telejornal* a 18 de junho), “Portugal está de luto e em emergência. Morreram 61 pessoas, mas o número pode ser maior, há aldeias ardidas e ainda inacessíveis. 62 pessoas estão feridas, 4 delas em estado grave” (*Jornal das 8* a 18 de junho).

Em relação à segunda maior percentagem – as condições climatéricas - o principal objetivo era compreender como é que situação teve origem, quais as condições atmosféricas que influenciaram no deflagrar do acontecimento e qual a importância dada ao longo dos dias sobre este tópico, já que era recorrente a explicação, do jornalista ao telespetador, de como se encontrava o tempo, ou seja, os níveis de humidade, os momentos de chuva, quer dizer, todas as circunstâncias climatéricas propícias para ajudar ao combate. Uma explicação de

Joia da Silva, Presidente dos Bombeiros de Oeiras, foi apresentada no *Jornal das 8* no dia 18 de junho:

“O que aconteceu aqui foi uma situação atmosférica absolutamente fora do comum. Houve ali uma situação de grande calor, de vento até originários pelo próprio fogo (...) e há ali ventos cruzados que levam a que haja uma propagação muito rápida do incêndio (...) não há humidade no ar nem no solo e mais, este veio fora de tempo e apanhou-nos a todos distraídos. Este fogo vem completamente fora do que era esperado, ninguém esperava que acontecesse nesta altura do ano um fogo destas dimensões e com estas características (...).”

Houve explicações da condição atmosférica por parte de ambos canais, tais como os seguintes exemplos do *Jornal das 8* dia 18 de junho - “Antes de acontecer o lume parecia um tornado de vento, muito vento a fazer uma zoadá enorme e (...) foi muito rápido. (...) Aquilo que não foi adequado foi a incidência de várias ocorrências provocadas pelas trovoadas secas e claramente o vento” e “temperatura escaldante, ausência de humidade, vento, trovoada seca que tornou esta região um verdadeiro inferno – e do *Telejornal* a 18 de junho tal como

“O Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) está a estudar as trovoadas que ocorreram ontem, mas releva que cinco minutos antes do início do incêndio de Pedrógão Grande houve descargas elétricas na zona, ou margem de erro de alguns quilómetros. As próximas horas são favoráveis a mais trovoada, sobretudo no interior do país.”

Cohen, Hughes e White (2006) distinguem entre o que é «notícia» e o que é «informação», desta forma, a ponderação da terceira divisão deste grupo caracterizou-se pela reflexão desses dois conceitos, já que se queria perceber se os jornalistas tinham um intuito de gerar responsabilidade social, o que para estes autores se posiciona como um dos fatores essenciais quando se transmite este género de acontecimentos. Assim, o que acunharam de «informação» - definido como a ajuda e explicação ao telespetador de como agir nestas situações, quais os fatores para evitar num sucesso a este nível, etc. - apresenta um valor baixo, sendo que a RTP1 expõe uma percentagem mais elevada. “As autoridades mandaram evacuar 40 aldeias na zona centro” (*Telejornal* a 20 de junho), “um dos principais conselhos que ficam para as pessoas é não se aproximarem deste incêndio mortal que já fez várias vítimas” (*Jornal das 8* a 18 de junho).

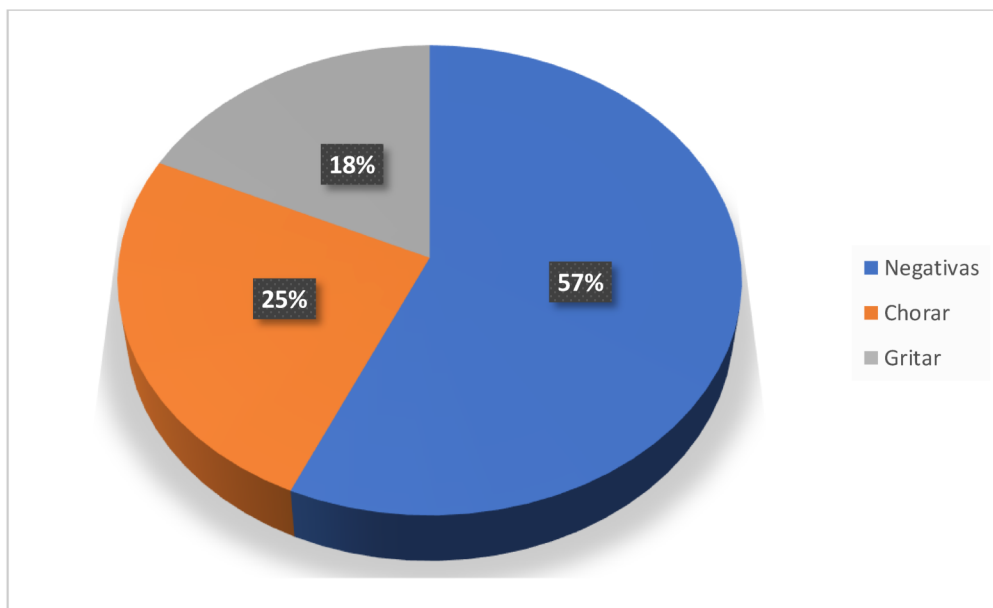


Gráfico 15 - Análise do tema *emoções* nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1

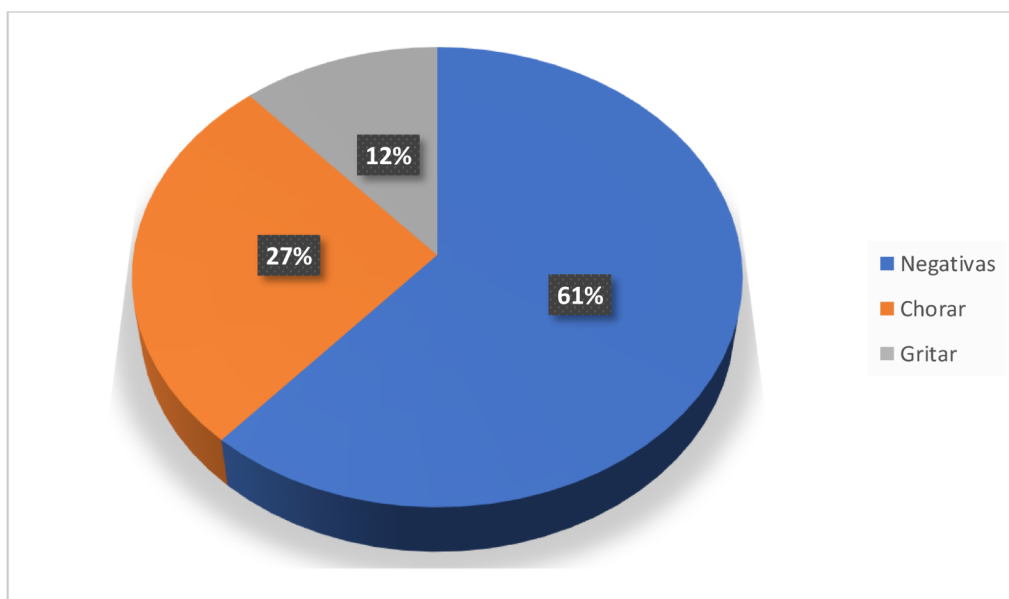


Gráfico 16 - Análise do tema *emoções* nas peças dos incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da TVI

“Uma das principais dimensões das tragédias televisivas é a da emotividade. A emoção está inscrita nestes eventos mediáticos” (Torres, 2006, p.167). O interesse da criação de esta categoria de análise deve-se à importância das emoções e do drama na televisão, principalmente nos noticiários. O objetivo era compreender se estas questões eram exploradas no discurso e se havia pessoas, que foram entrevistadas, que se encontravam visivelmente afetadas, o que, efetivamente aconteceu em ambos canais. As emoções

negativas estão relacionadas com todas as expressões que causaram alguma preocupação ou com uma conotação menos boa, por exemplo afirmar que os cidadãos estavam desesperados e impotentes (*Jornal das 8 a 17 de junho*) ou as palavras do Presidente da República no *Telejornal* a 18 de junho como “a nossa dor neste momento não tem medida (...) Uma só morte em tais circunstâncias é sempre uma tragédia. Tantas dezenas de mortos representam uma tragédia quase sem precedente na história do Portugal democrático. Hora de dor (...)” Já as perguntas realizadas pelos jornalistas também explicam bastante bem esta questão, quando perguntam aos cidadãos se houve momentos de pânico (*Telejornal* a 18 de junho), quando afirmam que as pessoas estão aflitas a ver as chamas (*Jornal das 8 a 19 de junho*) ou após o que aconteceu o questionamento sobre os familiares que perderam, como a pergunta “e foi apanhado naquela estrada?” a um senhor que tinha acabado de perder o filho (*Jornal das 8 a 22 de junho*).

Foi possível observar testemunhos de pessoas que se encontravam a chorar, a gritar, a soluçar, ou seja, que era visível o transtorno. Tal como a expressão de uma senhora em pânico enquanto gritava “Ai, a minha casa! (...) A casa da minha irmã está toda ardida!” (*Telejornal* de dia 18 de junho) ou um senhor que estava a soluçar, quase a chorar, enquanto contava que “foi horrível ver as chamas a passar em cima de nós, por cima dos carros. Ver as casas aqui a arder” (*Jornal das 8 a 18 de junho*). As perguntas dos jornalistas, tal como “vocês aqui neste lugar, em Pobrais, a lamentar a morte de pessoas e amigos?”, também causaram desconforto sendo que o senhor a quem lhe perguntaram respondeu enquanto se desfazia em lágrimas (*Jornal das 8 a 18 de junho*).

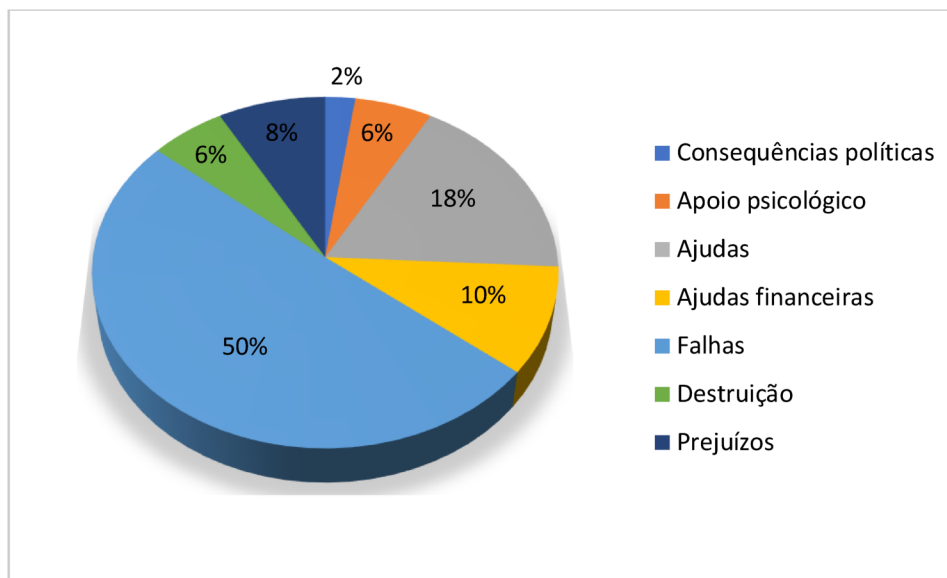


Gráfico 17 - Análise do tema *consequências* nas peças dos incêndios de Pedrógão nos noticiários da RTP1

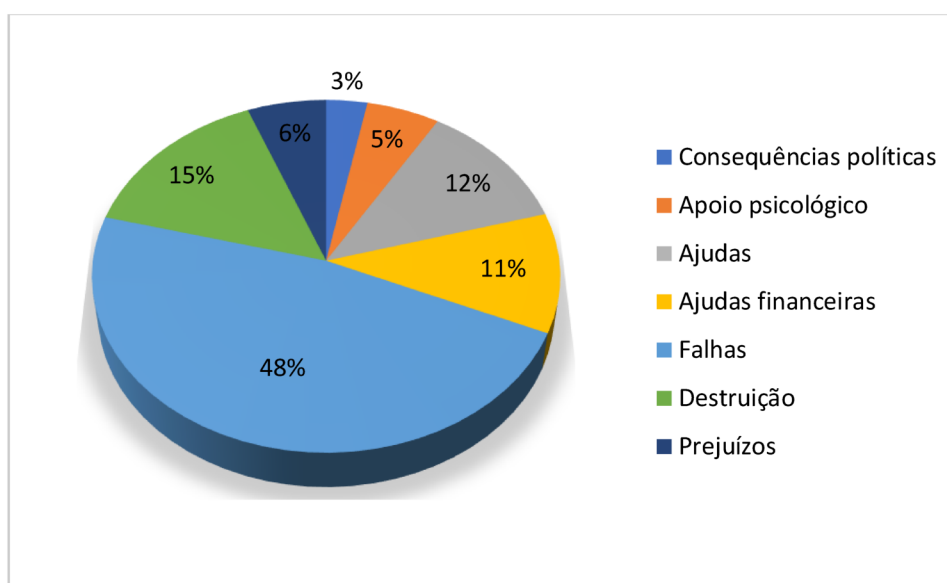


Gráfico 18 - Análise do tema *consequências* nas peças dos incêndios de Pedrógão nos noticiários da TVI

No último grupo, no qual são realçadas as consequências, é visível como o tema direcionado às falhas estão presentes em ambos gráficos, alcançando a maioria nos últimos dias de análise. Nesta subcategoria de discurso pretendeu-se perceber os diferentes tipos de falhas que foram apontadas, tais como o problema que existe na nossa floresta e o abandono das matas. Para Joia da Silva, a floresta portuguesa é o principal problema que estamos a viver no nosso país. Afirmou numa entrevista que

“a floresta deste país foi adiada 30/40 anos, nós estamos a adiar a floresta ao longo dos anos e todos os anos falamos disto (...) tenho falado todos os dias de fogos florestais, agora por maioria de razão com esta tragédia, esta catástrofe. Mas a verdade é que falamos todos os anos. Acaba a fase *charlie*, começamos a pensar no natal, depois no carnaval, depois na páscoa e depois falamos outra vez em fogos florestais (...). A floresta tem de ser defendida, é um caso de Proteção Civil e portanto como tem de ser vista com olhos de ver temos que vê-la durante todo o ano e temos na altura de começar a tratar para quando acontecem estes fenômenos climatéricos (...) como nós quando conduzimos temos regras que temos de cumprir e temos uma regra de condução, o proprietário rural nomeadamente o proprietário florestal tem de seguir uma série de regras. Como seja limpar a sua propriedade, tem que se permitir que os vizinhos exijam que a propriedade do vizinho confinante seja limpa porque o vizinho é obrigado a limpar, senão temos de arranjar um material jurídico que apoie o vizinho que não limpa de ser penalizado de não limpar. E isto também é um caso de Proteção Civil. A Proteção Civil que não tem grande sucesso a comandar bombeiros. Os bombeiros deviam ter um Comando Nacional conforme tem a Guarda Republicana, conforme têm as outras forças todas que fazem parte da Proteção Civil” (*Jornal das 8* a 18 de junho).

Outra falha bastante recorrente ao longo dos noticiários foi a falta de ajuda por parte dos bombeiros. Um senhor afirmou que estiveram “ao abandono desde as 3h30 da noite anterior” sendo que não apareceu ninguém para acudi-lo (*Telejornal* a 19 de junho), assim como uma senhora: “Aqui é que eu me safei, aqui (...) Aqui é que eu passei a noite, não tive ninguém (...) não pode ser de maneira nenhuma, a gente a pagar as contribuições, não veio GNR, não veio bombeiros, não veio apoio nenhum. Vieram cá hoje para me dar leite e água” (*Telejornal* a 19 de junho). As falhas na rede de comunicação também foram uma questão a perceber: “A rede nacional de emergência e segurança terá falhado já que depende, parcialmente, da rede móvel (...). Houve realmente quebras nas comunicações” (*Telejornal* a 20 de junho), “a rede de emergência e segurança falhou nas primeiras horas do incêndio de Pedrógão” (*Telejornal* a 21 de junho).

A estas falhas supracitadas também se acrescentam os erros apontados à distribuição do dinheiro angariado no concerto solidário e ao facto de terem permitido a passagem na EN 231-1 já que a grande parte dos óbitos foi naquele local e à falta de apoio psicológico.

Já em segundo lugar, a RTP1 dedicou mais tempo a um discurso focado nas ajudas prestadas, neste caso observou-se que o diálogo evidenciou o número de voluntários que foram até às localidades para prestar auxílio, a ajuda no combate por parte de outros países e tudo o que estivesse relacionado para acudir às populações. “Uma onda imensa de solidariedade que chega por esta altura a Pedrógão Grande. Para além dos bens de primeira necessidade, hoje, dezenas de pessoas e instituições vieram trazer cá eletrodomésticos e móveis” (*Telejornal* a 24 de junho”). Na TVI esta é a percentagem que ocupa o terceiro lugar.

“A nível internacional Portugal está a ter a ajuda e palavras de solidariedade de vários países, de vários Estados. Foi assinado o mecanismo Europeu de Proteção Civil. O comissário europeu para a ajuda humanitária anunciou em Bruxelas todo o apoio da União Europeia a Portugal, nomeadamente com os meios aéreos já disponibilizados pela Espanha e também pela França”(Jornal das 8 a 18 de junho).

Em segundo posto, na TVI, está a subcategoria da destruição, neste caso a intenção era perceber o tempo dedicado a tudo o que o fogo destruiu, já seja a um nível de consequências na floresta e nos bens materiais. A floresta ficou com marcas já que arderam hectares e hectares de terra.

Na RTP1 o terceiro lugar é ocupado pelas ajudas financeiras, ou seja, todo o dinheiro dado às localidades para se poderem reerguer e bens necessários que ficaram destruídos pelas chamas. “O Governo vai comprar (...) novas antenas satélites que permitem melhorar as comunicações em casos de tragédia” (Telejornal a 28 de junho), “a conta solidária da Caixa Geral de Depósitos vai apoiar as vítimas dos incêndios de Pedrógão Grande já conseguiu donativos de mais de 33 mil pessoas num valor superior a 2 milhões de euros” (Telejornal a 28 de junho).

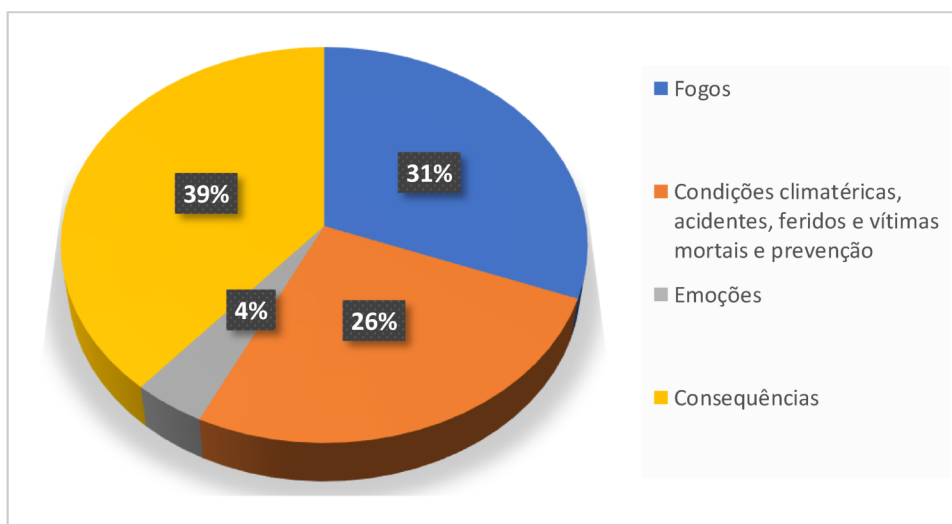


Gráfico 19 - Análise dos temas presentes nas peças noticiosas sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da RTP1

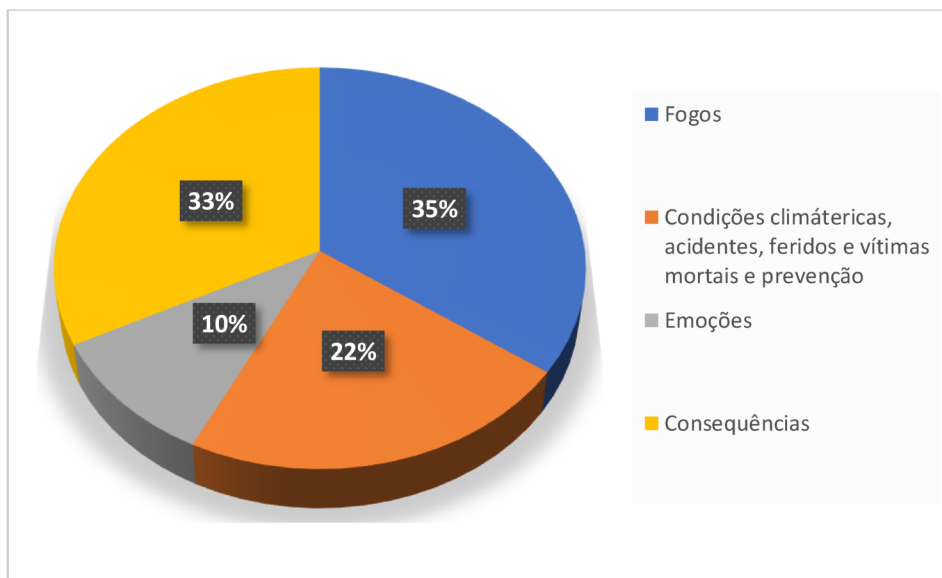


Gráfico 20 - Análise dos temas presentes nas peças noticiosas sobre os incêndios de Pedrógão Grande nos noticiários da TVI

Em resumo, e para obter uma visão geral de todos os grupos presentes no discurso dos noticiários tanto da RTP1 como da TVI, conclui-se que ainda que a nível específico por cada classe haja valores díspares, na visão total ambos canais dedicaram maior parte do seu tempo a um discurso focado nos fogos, seguidamente das consequências e deixando as emoções em último lugar com um valor mais baixo.

Respondendo à pergunta de partida – como foram mediatizados os incêndios de junho de 2017? – realiza-se uma súmula conclusiva que apresenta os principais resultados da análise, assim, é possível afirmar que as peças noticiosas sobre os incêndios se encontram maioritariamente no formato de diferido (67,32% na RTP1 e 64,25% na TVI) sendo que a maior parte do tempo dedicado à temática dos fogos permanece na primeira parte dos noticiários (89% na RTP1 e 71% na TVI).

Os principais atores que protagonizaram as peças noticiosas são os jornalistas (24% na RTP1 e 35% na TVI), os políticos (24% na RTP1), os cidadãos (24% na RTP1 e 21% na TVI) e os bombeiros (17% na TVI).

No noticiário da RTP1 os cidadãos são os principais intervenientes nas imagens (18,26%) e na TVI a floresta a arder ocupa a maior parte do tempo (16,05%).

Relativamente aos temas abordados nas diferentes reportagens e diretos, na RTP1 as consequências assumem a maior parte do tempo, com uma percentagem de 30 e na TVI foi a temática dedicada aos fogos que sobressaiu, com um valor de 35%.

IV. CONCLUSÃO

“Todos têm o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, pela imagem ou por qualquer outro meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informados, sem impedimentos nem discriminações (Artigo 37º, nº1 da Constituição da República Portuguesa) sendo que “a programação televisiva deve respeitar a dignidade da pessoa humana e os direitos, liberdades e garantias fundamentais” (Artigo 27º, nº1 da Lei da Televisão – doravante LT).

Ao falar da vida em sociedade, falamos também de Direito, uma vez que a vida social é apenas possível porque os seres humanos seguem ordens. No entanto, ocorre, frequentemente, a chamada “colisão de Direitos”, isto é, duas normas diferentes, que regulam distintos direitos, embatem uma na outra. Nestes casos, será necessária uma ponderação delicada tendo em conta os direitos, e os bens que se pretendem proteger.

Ora, no caso do direito à informação e a liberdade de imprensa (artigo 39º, nº1, alínea a) da Constituição da República Portuguesa), são inúmeras as vezes que este entra em conflito com os Direitos de Personalidade, como o direito ao bom nome (artigo 72º do Código Civil – de aqui em diante CC), e à reputação, com o direito à imagem (artigo 79º do CC), à intimidade e à vida privada (artigo 80º do CC). Estes exemplos de colisão de direitos são visíveis no trabalho que foi exercido pelos jornalistas dos canais de estudo na cobertura dos incêndios, sendo esse exatamente o motivo para concluir esta dissertação com um desfecho reflexivo sobre este acontecimento.

O objeto de estudo – Incêndio de Pedrógão Grande – assume um valor noticioso muito elevado e por essa razão é que o mesmo deve ser tratado de uma maneira minuciosa já que levou a diferentes questionamentos: Foram todas as peças noticiosas necessárias? Acrescentaram novas informações aos noticiários?

Há vários fatores a ter em consideração nesta análise conclusiva, tais como: O respeito pelas normas ético-legais da atividade jornalística, o respeito pela dignidade *post mortem*, o respeito pela dor (das pessoas e, no caso da reportagem da TVI de 18 de junho, dos familiares), a proteção de públicos mais sensíveis (nomeadamente menores) aos conteúdos exibidos e uma exposição sensacionalista.

Importa sublinhar que a análise não se debruça sobre os jornalistas, mas sim sobre os canais, já que os mesmos, como referido na Deliberação da Entidade Reguladora da Comunicação Social (ERC)/2017/186 (CONTJOR-TVI) “não se encontram sujeitos à supervisão da ERC (...) a qual incide antes (...) sobre o operador de televisão, relativamente aos serviços de programas que difundam ou aos conteúdos complementares que forneçam” (p.8).

Os jornalistas são intermediários entre as fontes de informação e o público e por essa razão há uma função ética do profissional em avaliar a condição emocional e psicológica das pessoas. Como estabelece o ponto 8 do Código Deontológico do Jornalista²⁰ “deve proibir-se de humilhar as pessoas ou perguntar a sua dor”, tal como mencionado no ponto 10 “o jornalista obriga-se, antes de recolher declarações e imagens, a atender às condições de serenidade, liberdade, dignidade e responsabilidade das pessoas envolvidas”. Esta questão direciona-se no sentido de terem sido realizadas perguntas e afirmações pelos jornalistas que não apresentavam, ao telespetador, informações relevantes para a perceção do acontecimento, tais como os seguintes exemplos: No dia 18 de junho no *Jornal das 8* o pivô afirmou que entre as pessoas que tinham falecido havia crianças envolvidas e que a mais nova “foi encontrada morta ao colo da avó”, o que se transforma numa «informação espetáculo» (Canavilhas, 2001) direcionando-se ao lado direito do cérebro de forma a causar emoção e sentimentos. Um segundo exemplo, no *Telejornal* de dia 23 de junho, é quando a jornalista perguntou aos bombeiros como se sentiam, como se encontrava a moral nesse momento, sendo que lhe responderam que “como deve compreender não é a melhor²¹”.

No caso da reportagem da TVI a 18 de junho de 2017 colidem o direito à liberdade de expressão e o direito de informar com o direito da proteção da dignidade das vítimas e dos familiares. É importante recordar que o primeiro ponto do Artigo 71º do Código Civil afirma que “os direitos de personalidade gozam igualmente de proteção depois da morte do respectivo titular” já que neste caso foi desrespeitado, visto que a exposição de um cadáver humano só pode ser exposto “em casos de muito especial interesse público e, ou, jornalístico. O interesse na exposição do cadáver existirá, por exemplo, quando persista na opinião pública dúvida quanto à ocorrência do facto morte” (Deliberação 7/CONT-I/2008, p.8), mas nesta situação não foi o sucedido. A peça foi editada, ou seja não foi em direto, o que afastou

²⁰ Versão aprovada no 4º Congresso dos Jornalistas a 15 de janeiro de 2017 e confirmado em Referendo realizado a 26, 27 e 28 de outubro de 2017

²¹Tempo 00:19:22

do rigor pretendido, já que após a imagem da jornalista junto ao cadáver seguiu-se um plano onde a câmara fez *zoom in* no corpo enquanto a jornalista explicava que a nora da vítima se encontrava perto, sendo visionada posteriormente durante o tempo que a jornalista fazia perguntas à senhora, questões como “é que esta senhora foi apanhada pelas chamas?”. Importa sublinhar que desde o tempo 01:23:44 até 1:24:50 do *Jornal das 8*, para além da questão supradita, não se respeitaram as duas alíneas do primeiro ponto do Artigo 14º do Estatuto do Jornalista. A alínea d) que refere que o jornalista deve “abster-se de recolher declarações ou imagens que atinjam a dignidade das pessoas através da exploração da sua vulnerabilidade psicológica, emocional o física” e a alínea h) que menciona que o jornalista deve “preservar, salvo razões de incontestável interesse público, a reserva da intimidade, bem como respeitar a privacidade de acordo com a natureza do caso e a condição das pessoas”.

Esta questão da exposição de cadáveres, que sucedeu em ambos canais – já que no *Telejornal* também foram transmitidas imagens de corpos cobertos no chão – também incide no desrespeito pelos públicos mais sensíveis, assim como os menores, o que está explícito no primeiro ponto do Artigo 34º da LT dizendo que “todos os operadores de televisão devem garantir, na sua programação, designadamente através de práticas de auto-regulação, a observância de uma ética de antena, que assegure o respeito pela dignidade da pessoa humana, pelos direitos fundamentais e demais valores constitucionais, em especial o desenvolvimento da personalidade de crianças e adolescentes”.

Importa sublinhar que o primeiro ponto do Código Deontológico do Jornalista afirma que o profissional “deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade (...) a distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público” sendo algo que falhou no *Jornal das 8* quando a pivô ao fazer uma pré-introdução à reportagem – que gerou controvérsia - afirmou que o que o telespetador iria ver na segunda parte do noticiário seria “o meu olhar, muito personalizado”, ou seja, confirmou a visão da jornalista sobre o assunto.

Para além dos fatos supramencionados também foi perceptível a utilização de recursos técnicos, tais como os efeitos de som e o uso excessivo de adjetivação, tanto nos textos apresentados no noticiário como no discurso. Um exemplo do som utilizado é acessível no dia 24 de junho no *Jornal das 8* quando no segundo 24 do noticiário a reportagem iniciou

com uma música de fundo, enquanto era apresentado o estado no qual se encontrava a floresta sendo, no segundo 44, cortada bruscamente com uma música forte acompanhada de uma imagem, que preenche o ecrã, da floresta em chamas seguido de um discurso, em voz *off*, que afirmava: “do mais violento e mortífero incêndio de sempre em Portugal” conduzido por imagens da população a combater o fogo, de uma senhora a chorar e de duas pessoas a gritar “a minha casa!”. Os dois minutos e oito segundos compreendidos entre o tempo 00:00:26 ao 00:02:34 respondem ao que a receita do sensacionalismo pede: Drama, emoção e agitação. Em relação aos adjetivos usados são vários os exemplos, tais como: “Incêndio assassino²²”, “paisagens fantasmagóricas²³”, “fogo infernal²⁴”, “maldita estrada da morte²⁵”, entre outros.

O cerne da questão não é apontar tudo o que se julgou errado, mas apenas dar alguns exemplos do ocorrido de forma a ajudar numa próxima cobertura jornalística, já seja sobre este género de notícias, como de outras.

Apesar da grande dificuldade em noticiar estes acontecimentos, principalmente pela pressão do momento, há que constatar que em ambos canais o formato diferido apresentou uma maior percentagem do que o formato direto, ou seja, as peças foram previamente editadas o que significa que a reflexão deveria ter sido maior. As figuras de destaque em ambos canais foram os cidadãos, apresentando um 25% na RTP1 e um 21% na TVI, valor que mostra o tempo dedicado a histórias pessoais, em contradição do valor apresentado em figuras como a proteção civil²⁶, a GNR²⁷ e os agentes institucionais²⁸.

Dessarte, não se pode culpabilizar a câmara sobre o facto de que no formato de direto acontecem mais deslizes - devido às emoções e à pressão do momento - que pode gerar afirmações menos corretas de um ponto de vista ético e legal, assim como não se pode culpar o que nos mostra, que deveria ser privado e íntimo, mas passa para a esfera pública. É importante ter consciência sobre a relevância da cobertura de certo tipo de acontecimentos, do impacto que tem no espetador, principalmente com uso do direto que é tão recorrente

²² *Telejornal* de dia 19 de junho no tempo 00:00:11

²³ *Telejornal* de dia 19 de junho no tempo 00:00:20

²⁴ *Jornal das 8* de dia 19 de junho no tempo 00:22:52

²⁵ *Jornal das 8* de dia 26 de junho no tempo 00:05:25

²⁶ 3% na RTP1 e 2% na TVI

²⁷ 3% na RTP1 e 2% na TVI

²⁸ 6% na RTP1 e 5% na TVI

neste tipo de cobertura sendo, desta forma, fácil ceder ao «direto patético» (Mateos, 2013), e na informação desnecessária. No *Jornal das 8* de dia 22 de junho o pivô²⁹ justifica o excesso de informação com a situação da floresta em Portugal, mas se efetivamente fosse assim teriam dedicado mais tempo a esse tópico e não ao que as pessoas sentiram, como fugiram, quem perderam na tragédia, etc.

“A comunicação televisiva faz-se de um indivíduo para outro indivíduo” (Jespers, 1998, p.99).

²⁹ Entre o tempo 01:04:00 e 01:04:56

V. BIBLIOGRAFIA

5.1 Obras e textos eletrónicos

Amaral, Márcia, Pozobon, Rejane, & Rubin, Anaqueli (2010), «Modos de endereçar a tragédia. Indignação, testemunho e piedade», *Lumina*, 2, Universidade Federal de Juiz de Fora, pp. 1-15, Recolhido de <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20921/11295>

Ascencio, Carlos (1995), *La expresión/representación de catástrofes a través de su divulgación científica em los médios de comunicación social (1986-1991)* (Tese de doutoramento, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, Espanha), Recuperada de <http://webs.ucm.es/BUCM/tesis//19911996/S/3/S3003801.pdf>

Baird, Malcolm (2010), *The “Phases” of Emergency Management*. University of Memphis, Recuperado de http://www.science.earthjay.com/instruction/HSU/2017_spring/GEOL_308/text/phases_emergency_mgt_Baird_2010.pdf

Bardin, Laurence (1977), *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70

Bill, Bruna (2010), *Catarse midiática: a tragédia no jornalismo pós-moderno*, Universidade Tuituti do Panamá. Recuperado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bill-jornalismo-jornalismo.pdf>

Bueno, Wilson (2017), *A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia* *C&S – São Bernardo do Campo*, 1, p. 21-41. Recuperado de <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/6974/5716>

Brandão, Nuno (2002), *O espectáculo das notícias. A televisão generalista e a abertura dos telejornais*, Lisboa: Editorial Notícias

Brandão, Nuno (2005), *Prime Time. Do que falam as notícias dos telejornais*, Lisboa: Editorial Notícias

Brandão, Nuno & Morais, Inês (2012), *O espectáculo e o drama televisivo – Uma abordagem sobre a informação televisiva portuguesa*. Repositório Científico Lusófona. Recuperado de http://recil.ulusofona.pt/bitstream/handle/10437/5389/21_iber3.pdf?sequence=1

Canavilhas, João, (2001), *Televisão. O domínio da informação-espetáculo*, Recuperado de www.bocc.ubi.pt/pag/canaivilhas-joao-televisao-espectaculo.pdf

Carvalho, Patrícia, (2018), *Ainda aqui estou: Histórias de quem viveu os incêndios de junho e outubro de 2017*, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Casetti, Franceso & Odin, Roger (1990). De la paléo- à la néo-télévision, *Communications*, 51, pp-9-26

Cohen, Erez, Hughes, Peter, & White, Peter (2006), Reporting bushfires: What motivates the media? Recolhido de http://www.bushfirecrc.com/sites/default/files/managed/resource/report_three_0.pdf

Couraceiro, Paulo, Paisana, Miguel, Moreno, José, Telo, Décio, Martinho, Ana & Cardoso, Gustavo (2018) Barómetro de notícias. Estado das Notícias (2 de junho de 2017 a 31 de maio de 2018), Obercom, pp. 1-286. Recuperado de https://obercom.pt/wp-content/uploads/2019/02/Barometro_2018_Final.pdf

Debord, Guy (1994). *A sociedade do espetáculo*. Brasil: Ebooks. Recuperado de <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf>

Fechine, Yvana (2008), Performance dos apresentadores dos telejornais: a construção do éthos, *FAMECOS: Mídia, cultura e tecnologia*, 36, pp. 69 – 76. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/4955/495550192009.pdf>

Ferreira, Giovandro & Andrade, Ivanise (2015), Percurso da reflexão sobre a mediatização nos estudos de Eliseo Verón. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação*. Recuperado de <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-0709-1.pdf>

Figueiras, Rita (2017a), *A mediatização da política na era das redes sociais*, Lisboa: Alêtheia Editores

Figueiras, Rita (2017b), Estudos em mediatização: causalidades, centralidades, interdisciplinares, *Matrizes*, 1, pp. 101- 126. DOI: <http://dx.doi.org/10.116067issn.1982-8160.v1titp101-1126>

- Hjarvard, Stig (2015), *Da Mediação à Mídiação: A institucionalização das novas mídias*. Recuperado de https://www.researchgate.net/profile/Stig_Hjarvard/publication/283420521_Da_Mediacao_a_Midiacao_a_institucionalizacao_das_novas_midias/links/56378c9308aed65d3c42c7ac/Da-Mediacao-a-Midiacao-a-institucionalizacao-das-novas-midias.pdf
- Ilharco, Fernando (2008), *A catarse do fogo: A simbologia do fogo nos ecrãs de televisão*. *Comunicação & Cultura*, 5, pp. 139 – 153. Recuperado de https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/10403/1/05_07_Fernando_Ilharco.pdf
- Gomes, Carla (2012), *Prevenção de risco de catástrofe natural: Como resistir ao irresistível?*, Instituto de Ciências Jurídico – Políticas, *Catástrofes naturais: Uma realidade multidimensional*. Recuperado de https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_catastrofes_final1_isbn.pdf
- Saraiva, Jorge (2012). *Catástrofes naturais: O que são?*, Instituto de Ciências Jurídico – Políticas, *Catástrofes naturais: Uma realidade multidimensional*. Recuperado de https://www.icjp.pt/sites/default/files/publicacoes/files/ebook_catastrofes_final1_isbn.pdf
- Jespers, Jean (1998), *Jornalismo televisivo*, Coimbra: Minerva Editora
- Lage, Nilson (2001), *Teoria e técnica de reportagem, entrevistas e pesquisa jornalística*, Recolhido de <http://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>
- Lopes, Feslisbela (2007), *2006: o ano da renovação administrativa das licenças da SIC e da TVI*. *Anuário da Comunicação 2005- 2006*, OBERCOM. Recolhido de https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8495/1/Lopes_2007_licen%C3%A7as%20de%20TV.pdf
- Lopes, Felisbela (2008), *A TV do Real. A televisão e o Espaço Público*, Coimbra: MinervaCoimbra
- Lourenço, Luciano (2007). *Incêndios florestais de 2003 e 2005. Tão perto e já tão longe da memória!*. *Colectâneas Cindínicas-Riscos Ambientais e Formação de Professores* 7, 19-91. Recolhido de https://www.researchgate.net/publication/298305626_INCENDIOS_FLORESTAIS_DE_2

003_E_2005_TAO_PERTO_NO_TEMPO_E_JA_TAO_LONGE_NA_MEMORIA/link/56e7d72e08ae4c354b1d0827/download

Machado, Arlindo (2000), *A televisão levada a sério*, São Paulo: Editora SENAC São Paulo, Recuperado de <https://cei1011.files.wordpress.com/2010/08/a-tv-levada-a-serio.pdf>

Mateos, Concha (2013), El directo ético y el directo patético en los informativos de televisión, *Comunicación y medios*, 28, pp. 61- 79. Recuperado de <https://dialnet.uniroja.es/descarga/articulo/5242813.pdf>

Mateus, Samuel (2013), *A tele-realidade – o princípio de publicidade mediatizado*, Covilhã: UBI, Livros Lab Com. Recuperado de <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/book/103>

Mazzoleni, Gianpetro & Schulz, Winfried (2010), “Mediatization” of Politics: A Challenge for Democracy?., *Journal Political Communication*, Recuperado de <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/105846099198613>

Mehl, Dominique (1996), *La télévision de l'intimité*, Paris: Éditions du Seuil

Motta, Juliana & Rublescki, Anelise (2013). Cobertura ao Vivo em Televisão: o Improviso e o Testemunho em Situações de Tragédia. Recuperada de <https://www.ufsm.br/cursos/pos-graduacao/santa-maria/poscom/wp-content/uploads/sites/513/2019/05/Motta-Rublescki-V-Sipecom.pdf>

Nolasco, Carlos (2017), Terra queimada: portfólio do incêndio de Pedrógão Grande, Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos, Osiris- Observatório do Risco. Recuperado de https://www.ces.uc.pt/ficheiros2/sites/osiris/files/OSIRIS_Portfolio_Carlos_Nolasco.pdf

Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc (2008), *Manual de investigação em ciências sociais*, Lisboa: Gradiva

Ramonet, Ignacio (2015), La tiranía de la comunicación. Recuperado de <https://cotayorosebud.files.wordpress.com/2015/04/ramonetignacio-latiraniadelascomunicaciones-090908165335-phpapp02-1.pdf>

Reis, Clóvis, Mattedi, Marcos & Barrios Yanet (2017), Mídia e desastres: panorama da produção científica internacional de 1996 a 2016, *Intercom*, 2, pp. 77- 92. DOI: 10.1590/1809-5844201725

Reuters Institute for the Study of Journalism (2019). Digital News Report 2019 Recuperado de https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/2019-06/DNR_2019_FINAL_0.pdf

Rodrigues, Adriano (1997), *Comunicação e experiência*, Universidade Nova de Lisboa. Recolhido de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-comunicacao-experiencia.pdf>

Santiago, Daniela (2006), *O reconforto da televisão. Uma visão diferente sobre a tragédia de Entre-Os-Rios*, Coimbra: MinervaCoimbra

Schmidt, Luisa (2003), *Ambiente no ecrã. Emissões e Demissões no Serviço Televisivo*, Lisboa: Universidade de Lisboa/ Imprensa de Ciências Sociais

Schmitz, Aldo (2011), *Classificação das fontes de notícias*. Universidade Federal de Santa Catarina, Recolhido de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/schmitz-aldo-classificacao-das-fontes-de-noticias.pdf>

Scolari, Carlos (2009), The grammar of hypertelevision. An intentikit of the convergence age television. (Or how television is simulating new interactive media), *Journal of Visual Literacy*, pp. 1-25. Recuperado de https://repositori.upf.edu/bitstream/handle/10230/27653/scolari_jvl_grammar.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Sousa, Jorge (2008), *A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica*, Universidade Fernando Pessoa e Centro de Investigação Media & Jornalismo. Recuperado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>

Soster, Demétrio (2008), *Midiatização, a terceira descontinuidade do jornalismo*, Universidade de Santa Cruz do Sul. Recuperado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/soster-demetro-midiatizacao.pdf>

Torres, Eduardo (2006), *A tragédia televisiva: um género dramático da informação audiovisual*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais

Torres, Eduardo (2011), *A Televisão e o serviço público*, Lisboa: Relógio D'Água Editores

Vieira, Pedro (2006), *Portugal: O vermelho e o negro*, Lisboa: Dom Quixote

5.2 Podcasts

Miranda, António & Carvalho, Patrícia (2018). Incêndios: Regressar para contar histórias de resistência [*Podcast*]. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

Catarino, João, Fernandes, Paulo & Carvalho, Patrícia (2018), Incêndios de 2017. Um país de luto e uma tragédia sem explicação [*Podcast*]. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos

5.3 Artigos de jornais

Bica, António (2013), Sem eficaz prevenção não haverá adequada solução para o periódico flagelo dos fogos florestais. Recuperado de <https://www.esquerda.net/artigo/sem-eficaz-preven%C3%A7%C3%A3o-n%C3%A3o-haver%C3%A1-adequada-solu%C3%A7%C3%A3o-para-o-peri%C3%B3dico-flagelo-dos-fogos-florestais>

Como foram as audiências TV em junho em Meios & Publicidade a 4 de julho de 2017. Recuperado de <https://www.meiosepublicidade.pt/2017/07/as-audiencias-tv-junho/>

Testemunho de uma mulher à RTP Informação, consultado no Observador a 2 de março. Recuperado de <https://observador.pt/2017/06/18/se-o-inferno-e-isto-nos-vivemos-o-inferno-aqui-os-testemunhos-de-quem-sobreviveu/>

Vilar, Elisabete (2001), Quando os anónimos contam a vida na televisão. Recuperado de <https://www.publico.pt/2001/10/14/jornal/quando-os-anonimos-contam-a-vida-na-televisao-163006>

5.4 Legislação

Código Civil. Decreto-Lei n.º47344. Diário do Governo n.º264/1966, Série I de 1996-11-25. Recuperado de <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/106487514/201703311258/73407037/diploma/indice>

Código Deontológico do Jornalista. Recuperado de <https://jornalistas.eu/novo-codigo-deontologico/>

Constituição da República Portuguesa. Decreto de aprovação da Constituição. Diário da República n.º86/1976, Série I de 1976-04.10. Recuperado de <https://dre.pt/legislacao-consolidada/-/lc/34520775/view>

Deliberação ERC 2007(2017/186 (CONTJOR-TV). Procedimento officioso de averiguações relativo a reportagem emitida na edição de 18 de junho de 2017 no «Jornal das 8» do serviço de programas TVI sobre os incêndios em Pedrógão Grande. Recuperado de <http://www.erc.pt/download/YToyOntzOjg6ImZpY2hlaXJvIjtzOjM5OiJtZWRpYS9kZW Npc29lcy9vYmplY3RvX29mZmxpbmUvNjY1OS5wZGYiO3M6NjoidGl0dWxvIjtzOjMz OiJkZWxpYmVyYWNhby1lcmMyMDE3MTg2LWNvbnRqb3ItbHYiO30=/deliberacao-erc2017186-contjor-tv>

Estatuto do Jornalista. Lei n.º 1/99. Diário da República n.º 10/1999, Série- I-A de 1900-01-13. Recuperado de https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/34438975/view?p_p_state=maximized

Lei da Televisão, Lei n.º 27/2007. Diário da República n.º145/2007, Série I de 2007-07-30. Recuperado de <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/58853678/201704050300/diplomaPagination/1?rp=diploma&did=34561375&filter=Filter>

5.5 Sites dos noticiários

18 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e294034/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/5946e6290cf2202a65416516>

19 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e294214/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/594837400cf2a0720c4677c7>

20 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e294427/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/594988620cf2a0720c467e5e>

21 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e294666/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/594ad6d10cf2202a65417961>

22 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e294940/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/594c2aa70cf2202a65417fc4>

23 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e295112/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/594d79c90cf2adacb4f459b7>

24 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e295176/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/594edf530cf2202a65418abc>

25 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e295242/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/59501e3d0cf2adacb4f460d0>

26 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e295435/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/595171430cf2a0720c469ec2>

27 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e295615/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/5952bb380cf2202a65419b08>

28 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e295781/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/595414a70cf2202a6541a311>

29 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e296094/telejornal>

<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/595575900cf2202a6541ab8c>

30 de junho

<https://www.rtp.pt/play/p3023/e296315/telejornal>

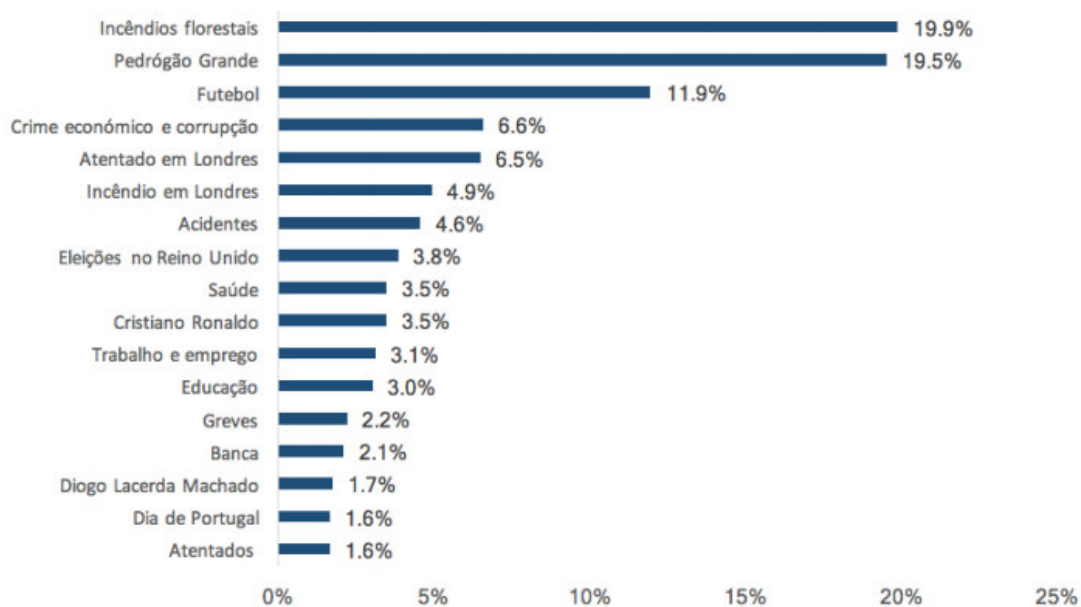
<https://tviplayer.iol.pt/programa/jornal-das-8/53c6b3903004dc006243d0cf/video/5956b3f00cf2adacb4f48511>

VI. ANEXOS

Anexo A – Tabela elaborada por Concha Mateos

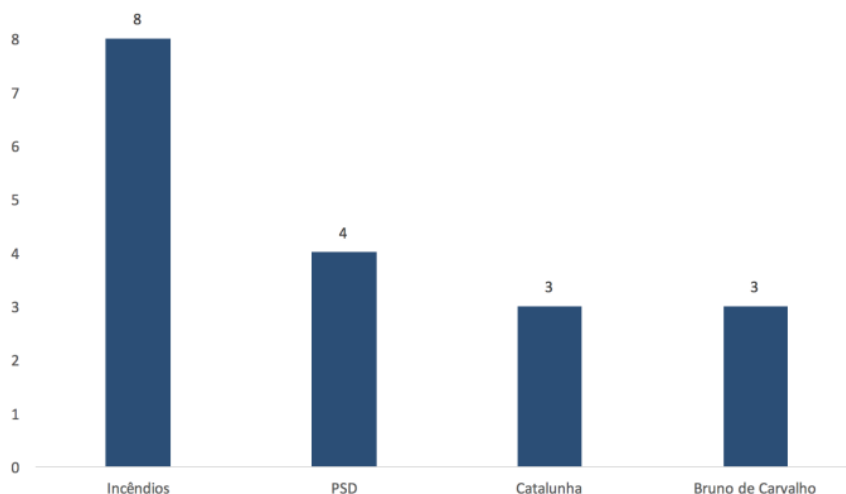
Parámetro	Categoría	Descripción
Naturaleza de la acción	Directo activo	Ocurre la acción.
	Directo enunciativo	Ocurre la enunciación.
	Directo artificial	Ocurre una representación.
Tiempo de la acción	Directo continuo	Pasado que fue y sigue siendo.
	Directo rememorativo	Pasado que ha sido.
	Directo profético	Futuro, será.
Escenario del directo	Directo ilustrativo	Un lugar es escenario de hechos y sus circunstancias presentes portan información.
	Directo perpetuo	Un escenario invariable, puede tener valor informativo identificativo.
	Directo imaginado (Directo a las puertas)	Se imagina el lugar próximo, no se puede acceder, es privado o de paso restringido, pero estamos lo más cerca posible.
	Directo arbitrario	Los hechos podrían contarse desde otros espacios, no ocurren en espacio específico.
	Directo contrario	No estamos en el lugar del relato y no es indiferente el lugar porque el espacio de los hechos sí es otro específico.
Rol narrativo	Directo total	Toda la información se ofrece en directo.
	Directo principal	Se da información en directo y grabada.
	Directo presentación	El directo simplemente da paso a la información, segunda presentación.
Voz en directo	Directo primario	El lugar permite el acceso a fuentes primarias, ha ido a su espacio, les deja la voz.
	Directo editorial	Habla el periodista, el medio.

Anexo B – Notícias recolhidas por Temas do Mês no TOP15 em junho de 2017



Fonte: LCC- IUL- Laboratório de Ciências da Comunicação ISCTE-IUL. Edição: OberCom. nTOP15Junho2017=1097

Anexo C - Peso relativo dos quatro temas em análise nas pesquisas *Google*



Fonte: Google

Anexo D - Tabela com os totais e as percentagens de todos os dias da análise da Unidade de Registo do Formato Diferido da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI

		17/06	18/6	19/6	20/6	21/6	22/6	23/6
RTP1	TOTAL	00:01:26	00:37:34	00:30:51	00:20:39	00:15:26	00:19:02	00:13:07
	%	0,69%	18,15%	14,90%	9,98%	7,46%	9,19%	6,34%
TVI	TOTAL	00:01:33	00:26:18	00:43:40	00:21:39	00:33:45	00:18:00	00:31:07
	%	0,47%	7,92%	7,92%	6,52%	10,17%	5,42%	9,37%

		24/6	25/6	26/6	27/6	28/6	29/6	30/6	TOTAL
RTP1	TOTAL	00:15:33	00:07:55	00:11:36	00:13:26	00:07:52	00:06:36	00:05:57	03:27:00
	%	7,51%	3,82%	5,60%	6,49%	3,80%	3,19%	2,87%	100%
TVI	TOTAL	00:23:02	00:53:36	00:16:02	00:07:43	00:33:46	00:13:51	00:07:53	05:31:55
	%	6,94%	16,15%	4,83%	2,32%	10,17%	4,17%	2,38%	100%

Anexo E - Tabela com os totais e as percentagens de todos os dias da análise da Unidade de Registo do Formato Direto da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI

		17/06	18/6	19/6	20/6	21/6	22/6	23/6
RTP1	TOTAL	00:02:28	00:31:39	00:09:11	00:08:07	00:04:33	00:04:33	00:16:22
	%	2,46%	31,50%	9,14%	8,08%	4,53%	2,36%	16,29%
TVI	TOTAL	00:04:50	00:33:25	00:20:17	00:15:13	00:20:37	00:46:45	00:14:44
	%	2,62%	18,09%	10,98%	8,24%	11,16%	25,31%	7,98%

		24/6	25/6	26/6	27/6	28/6	29/6	30/6	TOTAL
RTP1	TOTAL	00:05:26	00:01:23	00:02:33	00:16:24				01:42:39
	%	5,41%	1,38%	2,54%	16,32%				100%
TVI	TOTAL	00:10:17			00:18:33				03:04:41
	%	5,57%			10,04%				100%

Anexo F - Tabela com os totais e as percentagens da Unidade de Registo do Formato da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI

		Diferido	Direto	TOTAL
RTP1	TOTAL	03:27:00	01:40:28	05:07:28
	%	67,32%	32,68%	100%
TVI	TOTAL	05:31:55	03:04:41	08:36:36
	%	64,25%	35,75%	100%

Anexo G – Tabela com os tempos diários da Unidade de Registo da Posição da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI

DIAS	CANAIS	POSIÇÃO				
		Abertura	Primeira parte	Segunda parte	Fecho	Última hora
17/6	RTP1	00:00:23	00:03:17			
17/6	TVI	00:00:23	00:04:40	00:02:57		
18/6	RTP1	00:00:37	01:02:22	00:30:44	00:03:58	
18/6	TVI	00:02:10	00:45:45	00:26:39	00:01:01	
19/6	RTP1	00:00:59	00:45:25			
19/6	TVI	00:01:02	00:34:39	00:25:34	00:00:51	
20/6	RTP1	00:00:14	00:34:15			
20/6	TVI	00:00:20	00:35:29	00:31:10	00:00:38	
21/6	RTP1	00:00:20	00:21:22			
21/6	TVI	00:00:15	01:00:08	00:24:18	00:01:16	
22/6	RTP1	00:00:18	00:23:46			
22/6	TVI	00:00:18	01:07:38			
23/6	RTP1	00:00:36	00:29:42	00:00:12		
23/6	TVI	00:00:26	00:52:06		00:00:10	00:01:00
24/6	RTP1	00:00:13	00:24:45			
24/6	TVI	00:00:20	00:21:06	00:15:36		
25/6	RTP1		00:13:44			
25/6	TVI	00:00:25	00:17:38	00:28:28	00:00:14	
26/6	RTP1	00:00:26	00:15:21			
26/6	TVI	00:00:30	00:21:55			00:00:46
27/6	RTP1	00:01:43	00:45:44			
27/6	TVI	00:00:39	00:28:30			
28/6	RTP1	00:00:22	00:07:31			
28/6	TVI	00:00:32	00:24:43	00:15:02		
29/6	RTP1		00:07:45			
29/6	TVI		00:12:12	00:01:59		
30/6	RTP1		00:05:32			
30/6	TVI		00:09:17			

Anexo H - Tabela com os totais e as percentagens da Unidade de Registo da Posição da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI

		Abertura	Primeira parte	Segunda parte	Fecho	Última hora	TOTAL
RTP1	TOTAL	00:06:11	05:40:21	00:30:56	00:03:58	00:00:00	00:06:21:26
	%	1,62%	89,23%	8,11%	1,04%	0%	100%
TVI	TOTAL	00:07:20	07:22.47	02:49:44	00:04:10	00:01:46	00:10:25:47
	%	1,17%	70,76%	27,12%	0,67%	0,28%	100%

Anexo I – Tabela com tempos diários da Unidade de Registo dos Atores da RTP1 e da TVI

DIAS	CANAIS	ATORES								
		Jornalista	Políticos	Cidadãos	Militares	Corp. de bombeiros	GNR	Agentes institucionais	Proteção Civil	Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia
17/6	RTP1	00:00:25		00:00:06 00:00:14 (Cidadão exaltado)						
17/6	TVI	00:00:12		00:00:35						
18/6	RTP1	00:09:56	00:15:53	00:04:48 00:00:31 (Cidadão exaltado)			00:00:08	00:02:48		00:03:10
18/6	TVI	00:15:02	00:04:22	00:06:55 00:01:24 (Cidadão exaltado)		00:00:03		00:00:24		
19/6	RTP1	00:05:55	00:02:01	00:08:06 00:00:53 (Cidadão exaltado)		00:01:36	00:02:43	00:01:25		00:00:23
19/6	TVI	00:15:26	00:05:35	00:06:43 00:00:42 (Cidadão exaltado)		00:00:13	00:04:00	00:01:01		00:00:29
20/6	RTP1	00:03:24	00:02:11	00:03:35		00:00:55		00:00:49	00:00:53	00:00:31
20/6	TVI	00:11:43	00:00:21	00:02:57		00:00:28		00:00:16	00:00:18	00:00:25
21/6	RTP1	00:03:05	00:00:48	00:02:27	00:00:11	00:00:40		00:00:17	00:02:03	

21/6	TVI	00:09:25	00:00:18	00:04:47		00:08:11			00:02:01	00:03:26
22/6	RTP1	00:02:17	00:03:11	00:01:57				00:00:17	00:00:34	00:00:58
22/6	TVI	00:16:32	00:02:37	00:08:05		00:04:10		00:01:20	00:00:57	
23/6	RTP1	00:02:21	00:02:21	00:04:58		00:00:10		00:00:51	00:00:03	00:00:53
23/6	TVI	00:08:51	00:01:03	00:02:41		00:01:24		00:02:47	00:00:36	00:01:07
24/6	RTP1	00:03:53	00:01:19	00:02:33 00:00:02 (Cidadão exaltado)		00:00:39		00:00:24	00:00:39	
24/6	TVI	00:05:00	00:02:10	00:03:47 00:00:13 (Cidadão exaltado)				00:00:38		00:01:34
25/6	RTP1	00:01:23	00:01:43	00:02:14 00:01:23 (Cidadão exaltado)		00:00:04	00:00:09			
25/6	TVI	00:01:30	00:01:23	00:09:03 00:01:42 (Cidadão exaltado)		00:01:18		00:01:22		00:01:18
26/6	RTP1	00:00:30	00:01:52	00:01:15 00:00:16 (Cidadão exaltado)	00:01:20		00:00:26	00:00:30		00:00:37
26/6	TVI	00:00:38	00:03:15	00:00:29			00:00:27	00:02:03		00:00:39
27/6	RTP1		00:01:32	00:01:36	00:00:20				00:00:15	00:00:25
27/6	TVI			00:00:53				00:00:34		
28/6	RTP1		00:03:00			00:00:16				
28/6	TVI		00:05:10	00:02:04		00:26:00	00:00:31	00:00:33		00:00:18
29/6	RTP1		00:01:48	00:00:20				00:00:14		
29/6	TVI		00:02:51	00:01:13						
30/6	RTP1		00:00:20			00:00:23				00:00:30
30/6	TVI									

Anexo J - Tabela com os totais e as percentagens da Unidade de Registo dos Atores da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI

		Jornalistas	Políticos	Cidadãos	Cidadãos exaltados	Militares	Bombeiros	GNR
RTP1	TOTAL	00:33:09	00:37:59	00:33:55	00:03:19	00:01:51	00:04:43	00:03:26
	%	24,05%	27,55%	24,60%	2,41%	1,34%	3,42%	2,49%
TVI	TOTAL	01:24:19	00:29:05	00:50:12	00:04:00	00:00:00	00:41:47	00:04:58
	%	35,36%	12,20%	21,05%	1,68%	0,00%	17,52%	2,08%

		Agentes institucionais	Proteção Civil	Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia	TOTAL
RTP1	TOTAL	00:07:35	00:04:27	00:07:27	02:17:51
	%	5,50%	3,23%	5,40%	100%
TVI	TOTAL	00:10:58	00:03:52	00:09:16	1:24:19
	%	4,60%	1,62%	3,89%	100%

Anexo K - Tabela com os tempos diários da Unidade de Registo das Imagens da RTP1 e da TVI

DIAS	CANAIS	IMAGENS							
		Floresta a arder	Floresta ardida	Floresta verde	Casas ardidas	Combate feito por cidadãos	Combate feito por bombeiros	Combate feito por meios aéreos	Meios a prestarem auxílio
17/6	RTP1	00:00:52			00:00:54			00:00:03	00:00:03
17/6	TVI	00:01:03	00:00:03					00:00:04	00:02:48
18/6	RTP1	00:04:28	00:03:22	00:00:40	00:02:08	00:03:28	00:00:07	00:00:35	
18/6	TVI	00:07:37	00:03:20	00:00:01	00:00:23	00:01:22	00:02:22	00:00:09	00:00:06
19/6	RTP1	00:01:17	00:02:58	00:00:16	00:01:24	00:00:07	00:00:30	00:00:10	
19/6	TVI	00:04:04	00:01:25		00:01:27	00:00:02	00:01:04	00:01:04	
20/6	RTP1	00:03:23	00:00:51		00:00:12		00:00:49	00:00:34	00:00:06
20/6	TVI	00:03:28	00:00:06	00:00:09	00:00:03	00:00:03	00:00:57	00:01:11	00:00:11
21/6	RTP1	00:01:32	00:00:42		00:00:33		00:00:25	00:00:13	
21/6	TVI	00:05:13	00:00:57	00:00:31			00:01:24	00:00:25	
22/6	RTP1	00:00:34	00:00:54	00:01:35	00:00:46		00:00:08	00:00:04	
22/6	TVI	00:01:33	00:01:53		00:01:58			00:00:19	00:00:15
23/6	RTP1	00:00:17	00:01:11	00:00:29	00:01:57		00:00:08	00:00:12	
23/6	TVI	00:01:52	00:04:18	00:01:18	00:00:43	00:00:10	00:00:21	00:00:32	00:00:06
24/6	RTP1	00:00:35	00:02:41	00:00:03	00:01:06		00:00:26	00:01:59	
24/6	TVI	00:01:31	00:03:14	00:00:27	00:00:38	00:00:08	00:00:38	00:00:27	00:00:29
25/6	RTP1	00:00:01	00:00:43	00:00:08	00:00:23				
25/6	TVI	00:01:21	00:04:45	00:00:30	00:01:51	00:00:08	00:00:07	00:00:16	00:00:09
26/6	RTP1	00:00:03	00:00:30		00:00:30				
26/6	TVI	00:01:04	00:02:22	00:00:21	00:00:58		00:00:14	00:00:11	00:00:02
27/6	RTP1	00:00:30	00:00:26		00:00:24		00:00:18	00:00:18	
27/6	TVI	00:00:52	00:00:03	00:00:02	00:00:57		00:00:01	00:00:07	
28/6	RTP1	00:00:05	00:00:03				00:00:01	00:00:04	
28/6	TVI	00:00:54	00:01:10	00:00:04	00:00:30		00:00:10		00:00:04
29/6	RTP1		00:00:15	00:00:10	00:00:03				
29/6	TVI	00:00:33	00:00:30	00:00:32	0:00:49		00:00:17	00:00:05	00:00:05
30/6	RTP1		00:01:08		00:00:09		00:00:08	00:00:04	
30/6	TVI		00:01:28		00:00:04				

Anexo L - Tabela com os totais e as percentagens da Unidade de Registo das
Imagens da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI

		Floresta a arder	Floresta ardida	Floresta verde	Casas ardidas	Combate feito por cidadãos	Combate feito por bombeiros	Combate feito por meios aéreos	Meios a prestarem auxílio
RTP1	TOTAL	00:13:37	00:15:44	00:03:21	00:10:29	00:03:35	00:03:00	00:04:16	00:00:09
	%	11,51%	13,30%	2,83%	8,86%	3,03%	2,54%	3,61%	0,13%
TVI	TOTAL	00:31:05	00:25:34	00:03:55	00:10:21	00:01:53	00:07:35	00:04:50	00:04:15
	%	16,05%	13,20%	2,02%	5,34%	0,97%	3,92%	2,50%	2,19%

Anexo M - Tabela com os tempos diários da Unidade de Registo das Imagens da RTP1 e da TVI

DIAS	CANAIS	IMAGENS								
		Cidadãos	Cidadãos exaltados	Carros ardidos	EN 236-1	Políticos	GNR	Corporações de bombeiros	Corpos	Militares
17/6	RTP1	00:00:16	00:00:07				00:00:08			
17/6	TVI	00:00:15	00:00:06				00:00:03			
18/6	RTP1	00:05:16	00:00:04	00:07:04	00:00:15	00:02:46	00:00:44	00:00:49	00:00:21	00:00:11
18/6	TVI	00:01:33	00:01:04	00:04:49	00:08:30	00:00:48		00:00:20	00:00:10	
19/6	RTP1	00:02:36		00:00:47	00:01:03	00:01:07		00:00:34		00:00:02
19/6	TVI	00:03:48	00:00:14	00:01:27	00:00:32	00:04:06	00:00:08	00:00:36		
20/6	RTP1	00:00:38		00:00:25	00:00:28	00:00:43	00:00:08	00:02:04	00:00:08	
20/6	TVI	00:01:35		00:00:46	00:00:29	00:00:39	00:01:16	00:01:35	00:00:01	
21/6	RTP1	00:00:47		00:00:20	00:00:26	00:01:57	00:00:10	00:02:24	00:00:08	00:00:02
21/6	TVI	00:04:39		00:00:20	00:00:12	00:05:13	00:00:54	00:05:32		00:00:02
22/6	RTP1	00:02:43		00:00:30		00:01:06	00:00:25	00:00:27		
22/6	TVI	00:03:07	00:00:27	00:03:11	00:00:47	00:00:25	00:00:10	00:02:47		
23/6	RTP1	00:03:47		00:00:26	00:01:21	00:00:32		00:01:04		
23/6	TVI	00:02:34	00:00:13	00:00:51	00:01:48	00:00:53	00:00:17	00:00:22		
24/6	RTP1	00:01:18	00:00:04	00:00:14		00:00:46	00:00:04	00:01:27		
24/6	TVI	00:01:23	00:00:28	00:00:43	00:00:36	00:02:15	00:00:09	00:00:50		00:00:18
25/6	RTP1	00:01:45				00:00:12		00:00:10		
25/6	TVI	00:05:20	00:00:14	00:01:16	00:01:30	00:01:09		00:02:08		00:00:03
26/6	RTP1	00:01:41	00:00:03	00:00:16	00:00:26	00:00:36	00:00:25	00:00:02		
26/6	TVI	00:00:09	00:00:14	00:00:18	00:00:24	00:00:56	00:00:10	00:00:31		00:01:39
27/6	RTP1	00:00:37	00:00:03	00:00:06	00:00:19	00:01:16	00:00:16	00:00:29		00:00:07
27/6	TVI	00:00:48	00:00:06	00:00:11		00:00:16		00:01:04		
28/6	RTP1		00:00:03	00:00:08		00:01:51		00:00:16		
28/6	TVI	00:01:38	00:00:03	00:00:49	00:00:30	00:01:38	00:00:16	00:00:40		
29/6	RTP1	00:00:12				00:00:35	00:00:19			
29/6	TVI	00:00:57	00:00:01	00:00:01		00:01:28	00:00:10	00:00:24		
30/6	RTP1			00:00:22		00:00:11	00:00:10			
30/6	TVI	00:00:43		00:00:04	00:00:01					

Anexo N - Tabela com os totais e as percentagens da Unidade de Registo das
Imagens da peça no alinhamento da RTP1 e da TVI

		Cidadãos	Cidadãos exaltados	Carros ardidos	EN 236-1	Políticos	GNR	Corporações de bombeiros	Corpos	Militares	TOTAL
RTP1	TOTAL	00:21:36	00:00:24	00:10:38	00:04:18	00:13:38	00:02:49	00:09:46	00:00:37	00:00:22	1:58:19
	%	18,26%	0,34%	8,99%	3,63%	11,52%	2,38%	8,25%	0,52%	0,31%	100%
TVI	TOTAL	00:28:29	00:03:10	00:14:46	00:15:19	00:19:46	00:03:33	00:16:49	00:00:18	00:02:02	3:13:40
	%	14,71%	1,64%	7,62%	7,91%	10,21%	1,83%	8,68%	0,15%	1,05%	100%

Anexo O – Tabela com os tempos diários da Unidade de Registo dos Temas da RTP1 e da TVI

DIAS	CANAIS	DISCURSO								
		FOGOS						CONDIÇÕES CLIMA.	ACID., FERID. E VÍTIM. MORT.	PREVEN.
		Dimensão	Combate às chamadas	Combate feito por cidadãos	Impacto na área	Impacto nas casas	Populações afetadas			
17/6	RTP1	00:00:39	00:00:24	00:00:05		0:00:22	00:00:04	00:00:28		00:00:07
17/6	TVI	00:00:43	00:00:05		00:00:03	00:00:23		00:00:17	00:00:51	
18/6	RTP1	00:02:41	00:02:23	00:01:37	00:00:44	00:00:37	00:00:25	00:03:53	00:06:02	00:01:21
18/6	TVI	00:04:13	00:01:10	00:00:23	00:00:24	00:00:18	00:00:09	00:02:08	00:04:03	00:00:06
19/6	RTP1	00:02:08	00:00:59	00:00:13	00:00:23	00:00:22	00:00:20	00:00:33	00:03:23	00:00:12
19/6	TVI	00:04:25	00:01:34	00:00:09	00:00:07	00:00:16	00:00:22	00:01:55	00:03:01	00:00:28
20/6	RTP1	00:00:23	00:00:29	00:00:17		00:00:06	00:00:12	00:00:38	00:01:01	00:01:17
20/6	TVI	00:01:32	00:01:03	00:00:05	00:00:08	00:00:12	00:00:43	00:01:46	00:00:44	00:00:13
21/6	RTP1	00:02:55	00:00:58		00:00:28	00:00:04	00:00:30	00:00:54	00:00:37	
21/6	TVI	00:03:50	00:01:54		00:00:27	00:00:01	00:01:03	00:00:17	00:01:39	00:00:13
22/6	RTP1	00:00:30	00:00:37	00:00:08	00:00:21	00:00:04	00:00:07	00:00:12	00:00:06	00:00:02
22/6	TVI	00:00:55	00:00:14	00:01:03	00:00:08	00:00:04	00:00:11	00:00:06	00:00:49	
23/6	RTP1	00:00:10	00:00:01		00:00:01	00:00:18	00:00:06	00:00:14	00:00:14	
23/6	TVI	00:00:35	00:00:05	00:00:07		00:00:05	00:00:13		00:00:36	
24/6	RTP1	00:00:25	00:00:13		00:00:27	00:00:25	00:00:28	00:00:27	00:00:17	
24/6	TVI	00:00:59		00:00:08	00:00:05	00:00:07	00:00:06	00:00:03	00:00:18	
25/6	RTP1					00:00:06			00:00:01	
25/6	TVI	00:00:32	00:00:06	00:00:04	00:00:30	00:00:17	00:00:09		00:00:55	
26/6	RTP1									
26/6	TVI	00:00:07	00:00:04	00:00:10	00:00:27	00:00:06	00:00:15		00:00:13	
27/6	RTP1				00:00:08		00:00:01			
27/6	TVI	00:00:04							00:00:09	
28/6	RTP1									
28/6	TVI	00:00:09				00:00:04	00:00:11		00:00:04	
29/6	RTP1	00:00:03				00:00:04			00:00:01	
29/6	TVI					00:00:02			00:00:03	00:01:02
30/6	RTP1	00:00:02				00:00:16	00:00:10		00:00:02	
30/6	TVI									

Anexo P - Tabela com os totais e as percentagens da categoria dos *fogos*

		Dimensão	Combate às chamadas	Combate feito por cidadãos	Impacto na área	Impacto nas casas	Populações afetadas	TOTAL
RTP1	TOTAL	00:09:54	00:06:04	00:02:20	00:02:32	00:02:44	00:02:13	00:25:47
	%	38,40%	23,53%	9,05%	9,83%	10,60%	8,60%	100%
TVI	TOTAL	00:18:04	00:06:15	00:02:09	00:02:19	00:01:55	00:03:22	00:34:04
	%	53,03%	18,35%	6,31%	6,80%	5,63%	9,88%	100%

Anexo Q - Tabela com os totais e as percentagens da categoria das *Condições Climáticas, Acidentes, Feridos e Vítimas Mortais e Prevenção*

		Condições Climáticas	Acidentes, feridos e vítimas mortais	Prevenção	TOTAL
RTP1	TOTAL	00:07:19	00:11:44	00:02:59	00:22:02
	%	33,21%	53,25%	13,54%	100%
TVI	TOTAL	00:06:32	00:13:25	00:02:02	00:21:59
	%	29,72%	61,03%	9,25%	100%

Anexo R – Tabela com os tempos diários da Unidade de Registo dos Temas da RTP1 e da TVI

DIAS	CANAIS	DISCURSO									
		EMOÇÕES			CONSEQUÊNCIAS						
		Negativas	Chorar	Gritar	Conseq. políticas	Apoio psicológico	Ajudas	Ajudas financeiras	Falhas	Destr.	Prejuízo
17/6	RTP1	00:00:06									
17/6	TVI	00:00:13									
18/6	RTP1	00:00:26	00:00:16	00:00:03		00:00:30	00:02:15		00:00:08	00:00:13	
18/6	TVI	00:01:26	00:00:13	00:00:48					00:00:27	00:00:10	00:00:02
19/6	RTP1	00:00:15	00:00:30	00:00:20		00:00:26	00:00:18	00:00:58	00:01:12	00:00:44	
19/6	TVI	00:00:47	00:01:02	00:00:03		00:00:10	00:00:23	00:00:43	00:00:04	00:00:39	
20/6	RTP1	00:00:04		00:00:09		00:00:02	00:00:03		00:00:41		
20/6	TVI	00:00:29			00:00:23		00:00:59	00:00:10	00:01:06		
21/6	RTP1	00:00:11					00:00:02		00:01:09	00:00:03	
21/6	TVI	00:01:25					00:00:11		00:01:23	00:00:07	
22/6	RTP1	00:00:04			00:00:07		00:00:03	00:00:22	00:00:24	00:00:11	00:00:17
22/6	TVI	00:00:25			00:00:03			00:00:07	00:00:32	00:01:02	00:00:04
23/6	RTP1	00:00:04			00:00:04	00:00:16	00:01:30	00:00:40	00:01:07	00:00:17	
23/6	TVI	00:00:17	00:00:13			00:00:04	00:00:37		00:02:04	00:00:21	
24/6	RTP1	00:00:14	00:00:03	00:00:03		00:00:08	00:00:17	00:00:07	00:02:34	00:00:06	00:00:20
24/6	TVI	00:00:09	00:00:13	00:00:05		00:00:02	00:00:03	00:00:06	00:00:34	00:00:24	
25/6	RTP1	00:00:09				00:00:10	00:00:10		00:00:22		00:00:04
25/6	TVI	00:00:07	00:00:58	00:00:13	00:00:17		00:00:05		00:01:03	00:00:38	00:00:10
26/6	RTP1	00:00:02				00:00:22	00:00:48		00:02:05	00:00:04	00:00:06
26/6	TVI	00:00:06				00:01:29	00:00:03	00:00:11	00:02:00	00:00:08	00:00:15
27/6	RTP1	00:00:15			00:00:09		00:00:19	00:00:07	00:03:43	00:00:02	00:00:06
27/6	TVI	00:00:06						00:00:53	00:01:56	00:00:19	
28/6	RTP1				00:00:24			00:00:58	00:01:22		
28/6	TVI	00:00:38	00:00:03		00:00:16		00:00:52	00:00:58	00:02:59	00:00:58	
29/6	RTP1						00:01:16		00:00:04	00:00:11	00:00:04
29/6	TVI						00:00:16				
30/6	RTP1								00:01:31		00:01:41
30/6	TVI						00:00:20	00:00:21	00:00:59		00:01:22

Anexo S - Tabela com os totais e as percentagens da categoria das *emoções*

		Negativas	Chorar	Gritar	TOTAL
RTP1	TOTAL	00:01:50	00:00:49	00:00:35	00:03:14
	%	56,70%	25,26%	18,04%	100%
TVI	TOTAL	00:06:08	00:02:42	00:01:09	00:09:59
	%	61,44%	27,05%	11,52%	100%

Anexo T - Tabela com os totais e as percentagens da categoria das *consequências*

		Consequên. políticas	Apoio psicológico	Combate feito por cidadãos	Ajudas	Ajudas financeiras	Falhas	Destruição	Prejuízo	TOTAL
RTP1	TOTAL	00:00:44	00:01:54	00:05:45	00:03:12	00:16:22	00:01:51	00:02:38	00:00:44	00:32:26
	%	2,26%	5,86%	17,73%	9,87%	50,46%	5,70%	8,12%	2,26%	100%
TVI	TOTAL	00:00:59	00:01:45	00:03:49	00:03:29	00:15:07	00:04:46	00:01:53	00:00:59	00:31:48
	%	3,09%	5,50%	12,00%	10,95%	47,54%	14,99%	5,92%	3,09%	100%

Anexo U - Tabela com os totais e as percentagens de todos os temas

		Fogos	Condições climatéricas, acidentes, feridos e vítimas mortais e prevenção	Emoções	Consequências	TOTAL
RTP1	TOTAL	00:25:47	00:22:02	00:03:24	00:32:26	01:23:39
	%	30,82%	26,34%	4,06%	38,77%	100%
TVI	TOTAL	00:34:04	00:21:59	00:09:59	00:31:48	01:37:50
	%	34,82%	22,47%	10,20%	32,50%	100%